



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Ramon Torres Araujo

**A redução das ocupações de terra e as mudanças no confronto em torno da
reforma agrária no Brasil**

Rio de Janeiro

2015

Ramon Torres Araujo

**A redução das ocupações de terra e as mudanças no confronto em torno da reforma
agrária no Brasil**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Breno Marques Bringel

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA IESP

A663 Araujo, Ramon Torres.
A redução das ocupações de terra e as mudanças no confronto em
torno da reforma agrária no Brasil / Ramon Torres de Araujo. – 2015.
112 f.

Orientador: Breno Marques Bringel.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Reforma agrária - Teses. 2. Sociologia – Teses. I. Bringel,
Breno. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de
Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 378(043.2)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ramon Torres Araujo

**A redução das ocupações de terra e as mudanças no confronto em torno da reforma
agrária no Brasil**

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre, ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia, da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Luiz Augusto de Souza Carneiro de Campos

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Marcelo Hernandez Macedo

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UERJ

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Stella, pelo amor incondicional.

A ela devo quase tudo.

Aí, minha mãe, eis aqui um singelo trabalho, fruto do teu fruto, parte de ti.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação só foi possível por ter podido contar com a contribuição, a solidariedade e o carinho de muitas pessoas que, agora, tenho a oportunidade de prestar uma singela homenagem e oferecer meus humildes agradecimentos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha família, em especial meu pai, minha irmã e minhas avós, por todo aprendizado que pude adquirir com eles ao longo da minha vida. Sem eles, não só a dissertação, mas o próprio viver seria impossível.

Gostaria de agradecer a minha esposa e amiga, Juliana de O. Ferreira, com quem tive conversas intermináveis sobre a pesquisa e com quem compartilhei todas as angústias durante este processo. Ela é a primeira e a melhor leitora dos meus trabalhos. Sem ela, seria um vazio insuportável.

Também gostaria de agradecer a todos os amigos e amigas que me aturaram em todos esses anos, nos momentos de alegria e tristeza. Sem eles, o mundo não valeria a pena.

Gostaria de prestar meus agradecimentos a todos os funcionários do IESP, ao corpo docente e discente, em especial aos companheiros e companheiras que ingressaram no mesmo ano que eu, tanto em Sociologia, quanto em Ciência Política, por toda a solidariedade nesse curto período. Eles foram essenciais.

Gostaria de agradecer o meu orientador, Prof. Dr. Breno Bringel, a banca examinadora composta pelo Prof. Dr. Luiz Augusto Campos e pelo Prof. Dr. Marcelo Hernandez Macedo pela leitura atenta e pelos comentários e correções imprescindíveis. As melhores partes desse trabalho se devem a eles.

Por último, gostaria de agradecer a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa que me deu a oportunidade de desenvolver esta pesquisa dando o melhor de mim.

RESUMO

ARAÚJO, Ramon Torres. *A redução das ocupações de terra e as mudanças no confronto em torno da reforma agrária no Brasil*. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a compreensão das relações entre a redução do número de ocupações de terra e as mudanças no confronto em torno da reforma agrária no Brasil. As ocupações compõem o repertório das organizações camponesas e de trabalhadores rurais que vêm reivindicando a profunda transformação da estrutura fundiária brasileira desde o início dos anos 1960. Com o estabelecimento do regime militar, após o golpe de 1964, este repertório foi solapado, voltando a ser empregado no final dos anos 1970, no período de redemocratização. Nas décadas seguintes, de 1980 e 1990, houve uma tendência ao aumento do número de ocupações, que alcançou seu ápice no ano de 1999, quando foram realizadas 856 ações deste tipo. Porém, a partir de 2005 esta tendência se inverteu, atingindo a marca de 116 ocupações no ano de 2010. A partir de análises comparativas e estatísticas realizadas com base em dados extraídos de fontes primárias e secundárias, pôde-se estabelecer que o fenômeno da redução das ocupações está relacionado a, pelo menos, quatro condições sociais que expressam as mudanças no confronto em torno da reforma agrária, sendo elas: (1) a mudança na orientação política da organização que mais empregou este repertório de ação ao longo das últimas três décadas; (2) a emergência de governos repressores que não reconhecem a ocupação enquanto um meio legítimo de se reivindicar a desapropriação e redistribuição das terras; (3) a diminuição de um contingente de indivíduos dispostos a se engajar nas ocupações de terra; (4) o arrefecimento do apoio de diversos atores relevantes à bandeira de reforma agrária.

Palavras-chave: Ocupação de terra. Repertório de ação. Reforma agrária. Confronto Político.

ABSTRACT

ARAUJO, Ramon Torres. *The reduction of land occupations and the changes in confrontation around agrarian reform in Brazil*. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

This work has as objective to contribute to understanding the relations between the reduction of the number of land occupations and the changes in confrontation over agrarian reform in Brazil. The occupations make up the repertoires of peasant and rural workers organizations since the beginning of 1960's. With the establishment of the military regime, after the 1964 coup, this repertoire was undermined, and reemployed at the end of 1970's, in the re-democratization period. In the following decades, 1980's and 1990's, there was a trend to increase the number of occupations, reaching the peak in 1999, when there were 856 occupations. However, from 2005 this trend has reversed, reaching the mark of 116 occupations in 2010. From statistics and comparative analyzes based on data extracted from primary and secondary sources, it could be established that the phenomenon of reduction of occupation is related to at least four social conditions that express the changes in the confrontation over agrarian reform, namely: (1) the change in the political orientation of the organization that mostly employed this repertoire of action over the last three decades; (2) the emergence of repressive governments that do not recognize the occupation as a legitimate means to claim the expropriation and redistribution of land; (3) the reduction of a contingent of individuals willing to engage in land occupations; (4) the weakening of the support of relevant actors to the agrarian reform banner.

Keywords: Land occupation. Repertoire of action. Agrarian reform. Contentious Politics.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Brasil - Número de Ocupações - 1988-2012.....	76
Gráfico 2 –	Brasil - Números de Ocupações e de Assentamentos - 1988-2012	86
Gráfico 3 –	Taxa de Desemprego nas Regiões Metropolitanas de MG, RS e SP - 1996-2012	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Orçamento da "reforma agrária" - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - 1995-2002	84
------------	--	----

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCV	Comissão Camponesa da Verdade
CF	Constituição Federal
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNRA	Campanha Nacional pela Reforma Agrária
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA	Banco de Dados de Luta pela Terra
DEM	Democratas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FALERJ	Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IGRA	Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR	Imposto Territorial Rural
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MASTES	Movimento de Agricultores Sem Terra do Sudeste do Paraná
MASTRO	Movimento de Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEAF	Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários
MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Brasileiro
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPS	partido Progressista Social
PRRA	Planos Regionais de Reforma Agrária
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TDA	Título da Dívida Agrária
UDR	União Democrática Ruralista
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. FUNDAMENTO TEÓRICO DA PESQUISA.....	24
1.1 Ocupações de terra como repertório de ação	24
1.2 Oportunidades políticas, repressão/facilitação e ciclos de mobilização	30
1.3 Ações, expectativas e identidades coletivas	33
2. AS OCUPAÇÕES DE TERRA COMO PARTE DO CONFRONTO EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA.....	36
2.1 Reforma Agrária Radical: estabelecendo as bases do confronto político.....	36
2.2 As primeiras ocupações de terra no Brasil.....	42
2.3 A luta pela reforma agrária sob a repressão do regime militar	49
2.4 A retomada das ocupações de terra	56
2.5 A intensificação da luta pela reforma agrária no período de transição	61
2.6 Síntese do Capítulo	70
3. A RELAÇÃO ENTRE A REDUÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE TERRA E AS MUDANÇAS NO CONFRONTO EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA	74
3.1 Reforma Agrária Popular: reestabelecendo as bases do confronto político	75
3.2 A hegemonia do agronegócio	79
3.3 Redução do contingente de indivíduos dispostos a ocupar terras.....	89
3.4 Enfraquecimento do apoio à luta pela reforma agrária	94
CONCLUSÃO	100

REFERÊNCIAS	103
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

No dia 13 de fevereiro de 2014, foi publicada uma matéria no portal *G1* com o seguinte título: “Governo Dilma registra menos invasões¹ de terra que antecessores”. Baseando-se nos dados da Ouvidoria Agrária Nacional (OAN)², a matéria afirmava que, nos três primeiros anos do governo da presidenta Dilma Rousseff (2011 a 2013), foram realizadas 500 ocupações de terra, número bem menor que os registrados no mesmo período dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e nos dois de Luiz Inácio Lula da Silva. Nos três primeiros anos do primeiro mandato do governo FHC (1995 a 1997), foram registradas 997 ocupações, enquanto que no segundo mandato (1999 a 2001), foram registradas 896. Já nos três anos iniciais da primeira gestão do governo Lula (2003 a 2005), houve 770 ocupações, e na segunda (2007 a 2009), 705 (REIS, 2014).

Fundamentando-se em dados distintos, organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)³, *O Estado de São Paulo* também publicou uma matéria afirmando que, no primeiro semestre de 2013, o número de ocupações, comparado ao mesmo período de 2012, reduziu em 33%. Enquanto que de janeiro a junho de 2012 foram registradas 162 ocupações, nos mesmos meses de 2013 foram contabilizadas 109. Segundo o jornal, “o Movimento dos [Trabalhadores Rurais] Sem-Terra (MST), força mais importante da luta pela reforma agrária no País, reduziu a invasão de propriedades rurais”, atuando, no primeiro semestre de 2013, em 40% do total de ocupações realizadas no Brasil. Enquanto que em 2011 o MST atuou em 113 das 200 ocupações de terra, respondendo por 56,5% das ações, no ano de 2012, a organização esteve à frente de 126 das 238 ocupações registradas, 53% do total. Apesar do aumento em números absolutos, houve uma redução da participação do MST no total das ações (O ESTADO DE S. PAULO, 2013).

O portal *Rede Brasil Atual*, servindo-se, ainda, de outra fonte, apresentou outros resultados sobre as ocupações no Brasil. Embasando-se nos dados produzidos pelo Banco de

¹ O termo *invasão* é frequentemente utilizado de forma pejorativa pelos meios de comunicação contrários a esse repertório de ação. Seguindo a linguagem que se estabeleceu no meio acadêmico, utilizarei ao longo do trabalho o termo *ocupação de terra* ou simplesmente *ocupação*.

² A Ouvidoria Agrária Nacional é um departamento ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Segundo o Decreto 5.033/04, a Ouvidoria tem como uma das competências diagnosticar as tensões e os conflitos sociais no campo, de forma a propor soluções pacíficas.

³ Criada em 22 de junho de 1975, a Comissão Pastoral da Terra é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que possui como missão atuar na assessoria e no acompanhamento dos “povos da terra e das águas” (trabalhadores rurais, posseiros, pescadores etc.). A CPT vem compilando dados e publicando relatórios anuais sobre os conflitos fundiários desde 1985.

Dados de Luta Pela Terra (DATALUTA)⁴, o portal apontou que foram realizadas 253 ocupações de terra em 2012, número maior do que os registrados pelas outras fontes, mas bem menor se comparado ao registrado pelo próprio DATALUTA no ano de 1999, quando foram feitas 856 ocupações. Segundo o portal, em 2010, foram computados 184 ações, o menor número desde 1994, quando se atingiu a marca de 161 (BREDA, 2013).

Jornais de alcance regional, como a *Gazeta do Povo* e o *Diário Pernambucano*, também publicaram matérias sobre a redução das ocupações. O primeiro, paranaense, publicou uma matéria sobre a redução das ações no estado do Paraná. Segundo o jornal, no primeiro semestre de 2011, foi registrada uma única ocupação em todo o estado, realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), no município de Alvorada do Sul (BREMBATTI, 2011). O segundo, pernambucano, publicou uma matéria afirmando que as organizações do campo pouparam a presidenta Dilma ao desacelerarem o ritmo das ocupações de terra em 2011. Segundo o jornal, baseando-se nos dados da OAN, o ano de 2011 superou apenas 2009 em números de ocupações, quando ocorreram 173 ações (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2012).

Apesar de haver várias discordâncias entre as diferentes fontes, pode-se afirmar que o fenômeno da redução do número de ocupações de terra no Brasil é consensual. Nenhum dos bancos de dados, assim como nenhuma das matérias mencionadas acima, deixou de ressaltá-lo. Muitas pessoas relacionadas à questão procuraram explicar tal fenômeno utilizando-se de diferentes argumentos.

Segundo Delwek Matheus, integrante da Coordenação Nacional do MST, um dos motivos para a redução do número de ocupações foi a expectativa que se criou de que o governo Dilma iria avançar na política da reforma agrária, mas “À medida em que [sic] ele [o governo Dilma] foi fazendo a opção por uma política de apoio ao agronegócio, [...] percebeu-se a importância de um reforço nas ações”. Outro motivo apontado pelo coordenador para explicar o arrefecimento das ocupações, foi o crescimento do programa Bolsa Família (REIS, 2014).

Numa matéria publicada pela *Folha de São Paulo*, em 2007, quase todos os especialistas entrevistados afirmaram que o Bolsa Família teve uma grande responsabilidade na redução das ocupações. Para Plínio de Arruda Sampaio, ex-presidente da Associação

⁴ O DATALUTA foi criado em 1998 pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária da Universidade Estadual Paulista (NERA-UNESP) com o objetivo de sistematizar os dados sobre a reforma agrária no Brasil. Atualmente a compilação dos dados é feita pela Rede DATALUTA, composta por diversos grupos de pesquisa de várias universidades brasileiras.

Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), havia um forte indício de que o Bolsa Família tirava a combatividade das pessoas para lutar pela reforma agrária, sendo este, o efeito mais perverso do programa. Segundo Dom Tomás Balduino, ex-presidente da CPT, o programa arrefeceu a luta dos sem-terra e as ocupações só se mantiveram onde havia “consciência política”. De acordo com a Maria Cecília Manzoli Turatti, autora de “Os Filhos da Lona Preta”, dissertação defendida no departamento de antropologia da Universidade de São Paulo, “certamente as periferias das cidades são um importante bolsão de arregimentação de acampados e um incremento da renda para a subsistência pode sim contribuir para desmotivar o cidadão a escolher viver sob as duras condições impostas num acampamento”. Mas, segundo ela, esta hipótese deve ser verificada por meio de pesquisas apropriadas. Ariovaldo Umbelino, professor de geografia da Universidade de São Paulo, foi o único dos entrevistados que não viu relação entre a redução do número de ocupações e o Bolsa Família. Para ele, a “redução deve ser buscada no conjunto das ações dos movimentos sociais e sindicais que colocaram-se ao lado da defesa do mandato de Lula desde os acontecimentos políticos de 2005”, referindo-se à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada em agosto de 2005 para investigar o esquema de compra de votos de parlamentares (FOLHA DE S. PAULO, 2007).

Gilmar Mauro, da Direção Nacional do MST, além de acreditar que a disseminação do programa Bolsa Família gerou certa acomodação em grupos sociais potencialmente interessados em lutar pela reforma agrária, também apontou que a maior oferta de emprego no setor da construção civil desmobilizou setores da periferia de grandes centros urbanos que normalmente participavam das ocupações (ARRUDA, 2011).

Celso Lacerda, ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), também atribuiu à geração de empregos a responsabilidade pela redução das ocupações, pois, segundo ele, “Mesmo sem capacitação, os acampados conseguiram empregos, como a construção civil” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2012).

O ex-ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, disse achar que as ocupações diminuíram por causa das ações de inclusão do governo federal e pelo aumento do número de vagas no mercado de trabalho, seja no emprego formal ou no informal. O ex-ministro também afirmou que a transferência de renda, os benefícios da Previdência e o aumento do rendimento com o trabalho, assim como o aumento significativo de famílias assentadas durante os três governos federais encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), serviram para reduzir a pressão das organizações engajadas na luta pela terra (ÉBOLI, 2013).

Já o pesquisador de temas agrários da Universidade de Brasília, Sérgio Sauer, elencou outros pontos para explicar a retração das mobilizações no campo, como a Medida Provisória 2109-52/2001, que impede a vistoria realizada pelo INCRA para avaliar se a propriedade é ou não passiva de desapropriação em qualquer imóvel rural que seja ocupado. Ao contrário de Pepe Vargas, que traçou uma relação direta entre a criação de assentamentos e a redução das ocupações, para Sauer, a frustração das expectativas de que os governos do PT iriam realizar a reforma agrária fez com que o número de ações decrescesse. “A falta de expectativa de assentamentos e a disponibilização de novas áreas desestimularam as mobilizações” (ÉBOLI, 2013).

Seguindo essa linha argumentativa, João Paulo Rodrigues, membro da Coordenação Nacional do MST, afirmou que a redução das ocupações reflete uma ausência de resultados do governo. Segundo ele, “Há uma diminuição da quantidade de ações porque houve poucas conquistas nas famílias que foram acampar nos últimos cinco anos”. Se antes as famílias “ficavam em média três a quatro anos em um local e conseguiam as terras, agora o tempo está chegando a sete anos, e a perspectiva de assentamento é muito pequena”, cenário muito parecido ao vivido no final do governo FHC, quando “praticamente parou o processo de luta porque não havia mais saída”. De acordo com Rodrigues, não existe uma “nova orientação do MST”, mas pouca conquista, e, caso isso mude, as ocupações voltarão a ser realizadas com mais frequência, pois “aumentará a expectativa das famílias de conquistar terras para trabalhar” (EFE, 2014).

Para Bernardo Mançano Fernandes, professor de geografia da Universidade Estadual Paulista, o número de ocupações está diminuindo por causa de diferentes fatores. “O primeiro deles é o aquecimento econômico do Brasil; o segundo, as políticas compensatórias, tipo o Bolsa Família; e o terceiro, a baixa renda das famílias assentadas”. A combinação de uma acentuada queda na renda dos agricultores familiares com o surgimento de empregos em outros setores da economia, sobretudo, nas grandes cidades, teria gerado, para ele, uma desmobilização na luta pela terra. Segundo Fernandes, é difícil supor que pessoas que passam a ter acesso a algum tipo de renda por meio de políticas compensatórias e que encontram oportunidades de emprego nos grandes centros urbanos queiram enfrentar o “frio e a fome à beira de estrada” para conseguir um pedaço de terra (FERNANDES, 2011).

João Pedro Stédile, uma das principais lideranças do MST, também apresentou uma série de argumentos para explicar a redução das ocupações de terra. Segundo ele, houve um grande investimento na agricultura por causa dos elevados preços das commodities, o que gerou um aumento no preço das terras que precisam ser pagas pelo Estado no momento da

desapropriação, fazendo com que o custo para se levar à frente uma política de reforma agrária seja muito elevado. Além disso, os salários aumentaram nas cidades, reforçando o êxodo rural. O bloqueio da reforma agrária no Judiciário e no Congresso e o abandono das desapropriações por parte dos governos também fizeram com que os trabalhadores desanimassem em se engajar na luta pela terra (O ESTADO DE S. PAULO, 2014). Segundo Stédile, outra questão importante diz respeito ao novo caráter da reforma agrária, que não é mais uma “reforma agrária clássica”, que visa apenas combater o latifúndio através da distribuição de terra. Agora, a reforma agrária é “popular”, pois, além de ter como objetivo a distribuição da terra, ela também visa combater o capital financeiro e as grandes empresas transnacionais, que dominam a produção agrícola. Portanto, o principal objetivo da nova reforma agrária é lutar pela transformação do modelo agrícola (STÉDILE, 2010).

Nota-se, por essa série de matérias supracitadas (além de outras que tratam do mesmo assunto, mas que não foram incluídas no presente texto) e pelos diversos posicionamentos manifestados por pessoas de diferentes áreas, que o fenômeno da redução das ocupações de terra vem sendo alvo de debate já há um tempo. No entanto, apesar das diversas opiniões que foram apresentadas, que, inclusive, podem ser tomadas como hipóteses plausíveis, poucos estudos sistemáticos foram empreendidos para compreender tal fenômeno, e como a própria Maria Turatti – citada acima – enfatizou, faz-se necessário analisá-lo a partir de pesquisas apropriadas. Estudos como os realizados pela Rede DATALUTA, publicados, sobretudo, nos seus boletins mensais⁵, são um dos poucos esforços de pesquisa que, até o momento, buscaram tratar desta questão.

A presente pesquisa se insere neste esforço com o intuito de contribuir para a compreensão dos motivos da redução do número de ocupações de terra no Brasil. Porém, não se pode buscar compreender os motivos de tal redução sem procurar entender os motivos para a adoção e realização das ocupações, pois estes dois fenômenos são partes constituintes do repertório de ação dos sujeitos coletivos, que emerge e se transforma a partir do surgimento e das alterações do confronto político no qual ele está inserido. Assim, da mesma maneira que não é possível compreender a redução das ocupações sem compreender a sua intensificação, não é possível compreender estes dois fenômenos sem entender as transformações do confronto político do qual esse repertório faz parte. Portanto, seria um equívoco restringir a análise à conjuntura imediata e ao curto espaço de tempo em que as ocupações têm se reduzido. É necessário compreender este fenômeno como parte de um processo mais amplo

⁵ Ver a lista de artigos publicados no *Boletim DATALUTA* que consta nas “Referências” do presente trabalho.

onde participam e influem diversos atores, dinâmicas e elementos políticos, sociais, culturais e econômicos.

No primeiro capítulo serão apresentadas as bases teóricas da pesquisa. Trabalhou-se, especialmente, com a abordagem contemporânea, amplamente difundida no estudo dos movimentos sociais, que ficou conhecida como *Contentious Politics* (ou Teoria do Confronto Político), cujos expoentes são Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow. Desde a década de 1970, uma das principais preocupações dos autores que elaboraram e trabalharam com esta abordagem foi a de entender a relação entre as mudanças dos repertórios de ação e as transformações sociais, econômicas e políticas. Porém, um dos seus principais limites é seu caráter assaz “estruturalista”. Apesar de reelaborações e autocríticas recentes, onde matizam muitos de seus argumentos iniciais, seus autores atribuíram um peso grande às estruturas que condicionam a ação e acabaram, muitas vezes, negligenciando a própria ação (BRINGEL, 2012, p. 49-50; GOHN, 1997, p. 98). Tilly (1978, p. 52), em seu trabalho mais emblemático, até chegou a elaborar um *modelo de mobilização* para dar conta de explicar o comportamento dos competidores, mas as categorias do modelo tiveram um peso excessivamente reduzido na sua e nas demais obras ligadas a *Contentious Politics* (ALONSO, 2009, p. 58). Alberto Melucci foi um dos autores que melhor assinalou este limite, fazendo um esforço para superá-lo a partir do conceito de identidade coletiva. Por isso, recorreu-se também a este debate teórico para auxiliar na compreensão da ação coletiva a partir da perspectiva dos atores e não apenas como consequência de condições externas. Trata-se, obviamente, de uma disjuntiva mais ampla na teoria da ação (expressa, em geral, nos termos ação e estrutura), mas que aqui ganham um sentido mais específico ao querer se discutir como determinado repertório de ação perde força e se reconfigura no seio de um confronto político mais abrangente.

No segundo capítulo serão expostas algumas das condições sociais que foram fundamentais para a decorrência ou não das ocupações no Brasil. As relações entre estas condições e a intensificação/redução das ocupações foram apresentadas a partir de diferentes eventos históricos. O enraizamento temporal e espacial torna-se fundamental para apreender com maior detalhe este fenômeno. A escolha destes eventos foi feita com base numa pesquisa comparativa realizada em diversos trabalhos que trataram de casos específicos de ocupações

e/ou acampamentos⁶. Porém, esta pesquisa aparecerá ao longo do texto já como resultado. Outra questão importante é que o trabalho partiu da perspectiva dos atores que empreenderam as ocupações. Os atores que, por diferentes motivos, se opuseram ou apoiaram à utilização deste repertório foram mencionados apenas para demonstrar a existência ou não de oportunidades políticas.

No terceiro capítulo serão apresentadas e discutidas algumas das transformações que ocorreram no confronto político do qual a ocupação de terra faz parte, bem como analisadas as relações entre estas transformações e a redução do emprego deste repertório de ação. A escolha das transformações foi feita com base nas condições que serão expostas no segundo capítulo. De todo modo, é importante antecipar que as condições sociais e as transformações que serão elencados não esgotam as chaves explicativas para o fenômeno da redução das ocupações. Provavelmente, há uma série de outras condições que também contribuem para explicá-lo, mas que não serão abordados no trabalho por causa da impossibilidade de se abarcar a totalidade de um fenômeno social. Entretanto, esta ressalva não retira a relevância das condições sociais que serão tratadas para se compreender os motivos da redução das ocupações de terra no Brasil. Ela apenas enfatiza que as explicações que serão oferecidas, assim como todas as explicações científicas, não esgotam o problema.

A pesquisa foi realizada, principalmente, com base em diferentes trabalhos que se debruçaram sobre casos específicos de ocupações e sobre eventos relevantes relacionados ao confronto no qual as ocupações estão inseridas. Estes trabalhos ofereceram informações importantes para se compreender um quadro histórico mais amplo, isto é, para se compreender o confronto político do qual as ocupações fazem parte. Não se buscou, portanto, revelar novos dados sobre aspectos específicos relacionados às ocupações de terra, mas formular explicações a respeito das regularidades comuns às diversas ocupações específicas. Portanto, o trabalho foi realizado com base num exame sistemático das publicações de pesquisadores que se propuseram a estudar, sobretudo, através de entrevistas qualitativas e de etnografias, casos específicos de ocupação. Seria impossível estudar as milhares de ocupações que ocorreram ao longo de décadas, mas, partindo do princípio que as ocupações são parte do

⁶ Destacam-se as pesquisas minuciosas realizadas por Marcelo Macedo, Marcelo Rosa e Lygia Sigaud sobre as ocupações que foram empreendidas nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco entre os anos de 1960 e 1990.

mesmo confronto político, procurou-se realizar inferências a partir dos casos que foram tratados nas chamadas fontes secundárias. A compartimentalização dos estudos sobre os movimentos sociais no país se acompanha, em geral, de uma tendência muito empiricista que se, por um lado, ajuda a desvelar informações fundamentais sobre casos e localidades concretas, por outro, não permite gerar interpretações mais abrangentes.

Também foram utilizados durante a pesquisa bases de dados secundários sobre as ocupações realizadas entre 1988 e 2012, e sobre os assentamentos criados no mesmo período. Embora existam pelo menos três bancos de dados com estas informações, como os que foram mencionados acima, optou-se por trabalhar com o DATALUTA por sua metodologia, que além de utilizar como fonte os bancos da CPT e da OAN, faz um levantamento periódico nos diários nacionais e regionais, confrontando os dados, ao final, para evitar duplicações⁷. A partir desses dados, foram realizadas algumas operações de estatística descritiva. Dados sobre o orçamento para as políticas de “reforma agrária”, organizados pelo banco de dados da assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, também foram empregados a título de ilustração. Foram usados os dados da Pesquisa de emprego e desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

Laçou-se mão de uma série de matérias, artigos, entrevistas e documentos que foram publicados em diferentes meios, em que se destacam o jornal *Terra Livre* e o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*. Estes materiais consistem em fontes riquíssimas que oferecem, principalmente, informações a respeito das orientações das organizações de luta pela reforma agrária. Foi com base nessas informações que as orientações dessas organizações e de suas lideranças foram analisadas. Entretanto, sabe-se que as organizações não são feitas apenas de consenso e que, portanto, os documentos publicados ou as entrevistas concedidas por suas lideranças não expressam todas as orientações que interferem nas ações cotidianas de seus militantes. Uma análise mais detalhada sobre as relações muitas vezes tensa entre as principais lideranças, os militantes e as bases não pôde ser realizada. Dessa maneira, as fontes primárias que foram utilizadas apresentaram as orientações consensuais ou as que se impuseram nos processos de disputas e negociações que se deram no interior das organizações. Os interesses das bases e a forma como os militantes que participavam das ocupações assimilavam as orientações de suas organizações apareceram, no entanto, nos trabalhos que trataram de casos específicos de ocupações de terra.

⁷ Para mais informações sobre a metodologia utilizada pelo DATALUTA, ver Girardi e Vinha (2013).

Por fim, o presente trabalho tem como objetivo compreender os motivos da redução do número de ocupações de terra no Brasil, analisando algumas das condições sociais que afetaram o emprego e, principalmente, o não emprego deste repertório de ação. Com base nas pesquisas que se propuseram a estudar casos específicos de ocupações, foi possível observar a existência de relações entre condições sociais específicas (como o aumento da taxa de emprego/desemprego, a existência de governos facilitadores/repressores, o caráter da reforma agrária defendida pelas organizações) e as ocupações de terra. Procurou-se, portanto, na parte inicial do texto, identificar e analisar estas condições sociais, e na parte final, traçar as relações entre tais condições e a redução das ocupações no Brasil.

É importante reforçar que o repertório de ação que esse trabalho se propõe a estudar faz parte do confronto em torno da reforma agrária e que, por isso, não faz sentido analisar o fenômeno do seu enfraquecimento sem analisar as transformações de tal confronto. Por sua vez, a complexidade deste confronto e deste fenômeno não pode ser resumida às condições sociais que serão apresentadas. Sem dúvida, existe uma série de outras condições importantes que ficarão de fora do trabalho. Por exemplo: uma hipótese possível para explicar a redução das ocupações que não será tratada ao longo do trabalho diz respeito ao enfraquecimento da relação que, atualmente, as pessoas possuem com o rural. Um dos principais argumentos utilizados para justificar o engajamento nas ocupações é o da relação com a terra e com o trabalho agrícola. Mesmo pessoas que moravam na cidade costumavam justificar a vontade em conquistar um pedaço de terra dizendo que vinham do campo ou que seus familiares eram oriundos do campo. Muito provavelmente, até a década de 1980 e 1990, as pessoas que moravam na cidade possuíam uma relação muito mais estreita com essa realidade, seja diretamente ou através de familiares próximos. Portanto, é plausível supor que, a partir de 2000, essa relação se enfraqueceu consideravelmente. Esta e outras condições sociais não serão analisadas sistematicamente nas páginas seguintes. Mas, novamente, esta ressalva não retira a relevância das condições sociais que serão tratadas para se compreender os motivos da redução das ocupações de terra no Brasil.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

1.1. Ocupações de terra como repertório de ação

O conceito de *repertório* pode ser definido como um conjunto de meios que determinados atores dispõem para fazer reivindicações direcionadas a outros atores que, por controlarem recursos econômicos, sociais e políticos importantes, possuem o poder de atendê-las. Enquanto aqueles que realizam as reivindicações são chamados de *desafiantes*, os que podem atendê-las, por possuírem o controle sobre determinados recursos, são chamados de *autoridades* (TARROW, 1995, p. 90). Os repertórios não são propriedades de um indivíduo ou de um ator coletivo específico; eles são criações culturais que emergem de relações históricas de confronto entre, pelo menos, dois atores – um que realiza demandas coletivas, como, por exemplo, um grupo de trabalhadores que reivindica melhores salários, e outro que se converte no destinatário dessas demandas, como, por exemplo, o patrão que detém o poder de decidir se atenderá a reivindicação. Esse é o cenário de confronto político mais simples composto por um par, mas que pode se desdobrar em complexas disposições políticas nacionais e transnacionais (TILLY, 2002, p. 31-32; MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 24). Por isso, para compreender a dinâmica dos repertórios é importante compreender a dinâmica dos confrontos políticos nos quais estes estão inseridos.

Os *confrontos políticos* ocorrem quando desafiantes, frequentemente em aliança com outros grupos mais poderosos, juntam forças para fazer reivindicações às autoridades. As reivindicações dos desafiantes são impreterivelmente contrárias aos interesses de outros atores, pois os recursos são escassos, sendo, por isso, alvo de constantes disputas. Embora estejamos longe de um jogo de soma zero, quando alguns atores ganham, outros necessariamente perdem, por mais difícil que seja definir “vitórias” e “derrotas” quando analisamos os atores sociais, de forma geral, e os movimentos sociais de forma particular. Aqueles cujos interesses são contrários às reivindicações dos desafiantes são chamados de *oponentes* (TILLY, 1978; TARROW, 2011). As reivindicações dos desafiantes podem ir contra os interesses das próprias autoridades, quando, por exemplo, um grupo de funcionários públicos (desafiantes) entra em greve (repertório) para reivindicar maiores salários ao governo (autoridade/oponente). Se o governo concede o aumento, ele mesmo perde o controle sobre recursos econômicos, deixando de contar com uma quantidade de dinheiro que passa a ser destinado aos funcionários. Nesse caso, o governo se apresenta no confronto político como autoridade e oponente ao mesmo tempo. É importante salientar que os confrontos envolvem

outros tipos de recursos diferentes dos materiais ou econômicos, como, por exemplo, os recursos políticos. Não é apenas o dinheiro (recurso econômico) que está em jogo, mas, por exemplo, a satisfação dos funcionários perto de períodos eleitorais, que podem levá-los a votar e/ou fazer campanha para o candidato do governo (recurso político) que concedeu o aumento. Não é mera coincidência que várias greves ocorram próximas de períodos eleitorais. Outro exemplo é quando um grupo de indígenas (desafiantes) realiza passeatas (repertório) para reivindicar ao governo (autoridade) a demarcação de determinada área que está sob a posse de uma empresa (oponente). Nesse caso, o governo pode defender o interesse da empresa com vista a conquistar ou manter outros recursos diferentes da área em litígio, tornando-se, com isso, um governo repressor, ou pode defender os interesses dos indígenas, inclusive, incentivando-os a se manifestar, tornando-se, com isso, um governo facilitador.

Contudo, os confrontos políticos não precisam envolver diretamente os governos. Eles podem dar-se entre um grupo de trabalhadores e seus patrões – como no exemplo citado no primeiro parágrafo deste capítulo. Entretanto, atualmente, os governos dispõem de tantos recursos importantes que torna-se difícil não envolvê-lo em qualquer tipo de confronto. Mas faz-se necessário considerar que as posições que proporcionam o controle sobre os recursos dos governos não são estáveis. Por isso, o Estado – compreendido a partir de sua *existência governamental* (BORGES, 2006) – não pode ser visto apenas como um reflexo dos interesses de grupos dominantes. Ele está completamente integrado à sociedade. Os “cidadãos” não só contestam a sua expansão; eles usam-no como um sustentáculo para avançar em suas reivindicações contra os outros (TARROW, 2011, p. 79-80). As posições (ou cargos) são intensamente disputadas, não apenas em períodos eleitorais, mas durante os respectivos mandatos, pois estas asseguram o controle sobre recursos específicos. As autoridades políticas (que ocupam posições nos governos) mantêm os governos que, por sua vez, mantêm o Estado. Mas os indivíduos que assumem essas posições não utilizam os recursos disponíveis ao bel prazer. Ao assumirem-nas, eles se submetem a uma série de relações que ultrapassam as fronteiras governamentais. Por isso, os governos devem ser compreendidos como um conjunto de relações que envolvem não apenas as autoridades políticas, mas os atores que procuram influenciar no modo como os recursos serão investidos. Como ressalta Angela Alonso, “a análise tem de suplantar as barreiras convencionais que definem ‘Estado’ e ‘sociedade’ como duas entidades coesas e monolíticas” (ALONSO, 2009, p. 56). Tal tendência é, de fato, muito forte nos estudos dos movimentos sociais e da ação coletiva, com explícitas posições normativas sobre a autonomia e a institucionalização que acabam por criar fronteiras muito rígidas entre o Estado e a sociedade, quando, na prática política, estas são

muito permeáveis – vide a pesquisa realizada por Rebecca Abers, Lizandra Serafim, Luciana Tatagiba (2014).

Como produtos de relações históricas de confronto, os repertórios variam de época para época, de lugar para lugar e de par para par (reivindicante e autoridade). Assim, os indivíduos fazem reivindicações coletivas inovando e selecionando os meios de ação a serem empregados a partir de constrangimentos determinados pelo lugar, pela época e pelos atores envolvidos (TILLY, 2006, p. 35). Os repertórios podem ser mais flexíveis, quando os grupos tendem a utilizar, com certa frequência, meios de ação usados previamente, mas não estão completamente fechados às inovações, ou mais rígidos, quando os grupos escolhem meios de ação familiares indiscutivelmente (TILLY, 1978, p. 153-154). Os meios de ação disponíveis aos grupos de reivindicantes num dado período histórico são extremamente limitados, considerando-se a infinidade de meios virtualmente possíveis de serem empregados nos confrontos políticos. Isso acontece porque, apesar de novos meios serem criados, as inovações dos repertórios são bastante raras, ocorrendo em longos períodos (TARROW, 1995, p. 91-92). Seja como for, devem ser vistos como formas contingenciais de ação.

Por estarem inseridos na temporalidade das estruturas culturais⁸, os repertórios se transformam lentamente, parecendo, muitas vezes, óbvios e naturais para os atores envolvidos. Eles são reproduzidos (com certas adaptações) ao longo do tempo, não sendo, portanto, apenas o que os indivíduos fazem quando pretendem reivindicar algo, mas o que eles sabem fazer e, inclusive, o que imaginam poder fazer. Assim, a memória cumpre um papel fundamental para que eles sejam reproduzidos por diferentes gerações. Os repertórios possuem uma história que está em consonância com a história do confronto dos grupos que os empregam (TARROW, 2011, p. 29). Porém, para que um determinado repertório seja utilizado regularmente e reproduzido ao longo do tempo, é necessário que ele seja legitimado e reconhecido como um caminho factível para se alcançar os objetivos (TILLY, 1978, p. 155).

Os diferentes meios de ação possuem significados que são compartilhados – embora com relutância – pelos grupos reivindicantes, pelos destinatários da reivindicação e pelos espectadores do confronto. Os grupos só utilizam um dado repertório porque sabem que serão compreendidos pelo conjunto de atores envolvidos no confronto, pois não adiantaria de nada realizar ações que não comunicassem para as autoridades e espectadores as reivindicações em

⁸ O conceito de repertório foi elaborado em diálogo com a historiografia francesa da escola dos *Annales*. Por isso, a categoria de longa duração, que ressalta a temporalidade lenta das estruturas culturais, possui grande influência em sua definição (ALONSO, 2012, p. 22).

pauta. Portanto, nesse sentido, os repertórios, que conectam conjuntos de indivíduos e grupos, se assemelham mais a uma linguagem do que à consciência individual (TILLY, 2002, p. 37).

Ocupar espaços específicos (como prédios, ruas, praças, terras, entre outros) é um dos meios utilizados por diversos grupos em diferentes contextos para realizar distintas reivindicações. As ocupações de fábricas, como a que foi realizada, em 1988, pelos trabalhadores em greve da Companhia Siderúrgica Nacional (FOLHA DE S. PAULO, 1988), as ocupações de reitorias, como as que foram realizadas, entre 2007 e 2008, pelos os estudantes das universidades brasileiras (BRINGEL, 2009), as ocupações de praças públicas, como a que foi realizada, em 2011, na Praça da Cinelândia, região central do Rio de Janeiro (TEIXEIRA, 2011), são alguns dos inúmeros exemplos de ocupações. Mas, apesar de haver pontos em comum entre estas formas de ocupação, existem diferenças fundamentais que precisam ser consideradas para não se fazer generalizações e comparações problemáticas.

Esse trabalho tratará das ocupações de grandes propriedades rurais realizadas como meio de reivindicar a desapropriação e redistribuição de terra. Entretanto, ainda existem algumas delimitações que precisam ser feitas. *O foco será sobre as ocupações de terra que estão relacionadas ao confronto político em torno da reforma agrária*, pois existe uma série de grupos indígenas e quilombolas que também se utilizam das ocupações de propriedades rurais como meio de reivindicar a desapropriação e redistribuição de terra, mas que não estão envolvidos nesse tipo de confronto. Apesar de todas essas ocupações terem como um dos principais objetivos a conquista da terra, há pontos fundamentais que são diferentes, como, por exemplo, os atores envolvidos no confronto, as relações que os desafiante possuem com a terra e os argumentos empregados para legitimar as suas ações.

As ocupações ligadas ao confronto em torno da reforma agrária passaram a ser empregadas no Brasil a partir dos anos de 1960, o que pode ser percebido nas edições do jornal *Terra Livre* – órgão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) voltado para o público do campo que foi veiculado entre os anos 1949-1964⁹. Numa pesquisa realizada nas edições do jornal publicadas entre 1954 e 1964, foram encontrados dez casos diferentes de ocupações e 17 matérias a respeito. A primeira vez que esse repertório apareceu no periódico foi numa matéria sobre a luta pela terra na Itália (TL, janeiro de 1956, p. 2). De acordo com a matéria, no dia 19 de outubro de 1955, os camponeses de *Sezze Romano* ocuparam 320 hectares de terras de uma fazenda para pressionar o governo a cumprir a lei que determinava a desapropriação e redistribuição das terras improdutivas. É difícil saber se essa notícia,

⁹ Para mais informações sobre o jornal *Terra Livre*, ver Medeiros (1995).

acompanhada por uma grande foto, influenciou o surgimento das ocupações no Brasil, mas, pelo menos, ela demonstra que existia uma preocupação do jornal em divulgar esse repertório de ação.

Essa matéria também expõe um aspecto importante para compreender o confronto no qual se inserem as ocupações de terra no país. Assim como na Itália, os grupos que realizaram (e realizam) as ocupações como meio de lutar pela reforma agrária no Brasil utilizaram (e utilizam) como uma das principais justificativas para legitimar as suas ações o argumento de que as terras improdutivas – conhecidas também como latifúndios – devem ser distribuídas para aqueles que nelas querem trabalhar. Respondendo à pergunta sobre se o MST tinha como posição respeitar as propriedades produtivas, Stédile disse não haver sentido desapropriar propriedades produtivas (STÉDILE, 1997, p. 84). É difícil afirmar se ele deu essa resposta pensando em possíveis consequências políticas ou se esta era de fato a posição do MST, mas independentemente disto, pode-se afirmar que o argumento da terra improdutiva sempre foi bastante utilizado para legitimar as ocupações.

No passado, esse argumento legitimava-se com base no Art. 141, § 16, da Constituição Federal de 1946 (BRASIL, 2012, p. 82) que estabelecia a possibilidade de qualquer propriedade ser desapropriada por “necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia indenização em dinheiro”. Atualmente, esse argumento legitima-se com base no Art. 184 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2013, p. 34), que atribui à União o poder de “desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária”. Nos dois casos, a improdutividade da grande propriedade rural, calculada a partir de indicadores técnicos, foi definida como um dos critérios para atestar o descumprimento da utilidade pública e da função social da terra. A noção de terra como espaço de produção e trabalho agrícola e a luta contra o latifúndio e, conseqüentemente, contra os grandes proprietários de terra, sempre estiveram presentes nas concepções de reforma agrária compartilhadas por esses grupos. Por isso, grande parte das ocupações ocorreu e ainda ocorre em terras improdutivas.

As ocupações de terra são parte dos repertórios modernos (TILLY, 2006; TARROW, 2011). Elas são *(trans)nacionais*, pois a reforma agrária não é uma bandeira de luta que se limita a uma comunidade específica, mas se coloca como uma questão nacional e, em alguns momentos, como uma questão supranacional, reivindicada por coletividades organizadas, e com bandeiras e ações comuns, em diferentes lugares do mundo. O avanço do capital internacional na agropecuária brasileira, como no caso dos investimentos de multinacionais

para a produção de etanol e sementes transgênicas, explicita a transnacionalização do confronto em torno da reforma agrária (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 277). Mesmo os grupos que só atuam em nível local, realizando ocupações como forma de reivindicar a distribuição das terras, estão inseridos, no mínimo, numa dimensão nacional do confronto, pois grande parte das lutas localizadas já não são mais localistas e apelam a um sentido global do lugar. As ocupações são *modulares*, pois, como vimos acima, elas (em todas as suas formas) podem ser empregadas em circunstâncias distintas, por diferentes atores com objetivos diversos, não se restringindo ao confronto político em torno da reforma agrária e aos atores envolvidos nesse confronto. Por último, as ocupações são *autônomas*, pois atualmente os grupos que as realizam possuem a capacidade de estabelecer relações diretas com os centros de poder. As ocupações de terra envolvidas no confronto em torno da reforma agrária no Brasil tendem a clamar pela sua autonomia, mas, ao mesmo tempo, buscam abrir diálogo com os governos federais e estaduais, pois *estes detêm o monopólio da desapropriação e redistribuição legal das terras*. Vemos, assim, como a autonomia é um horizonte político e normativo, mas não um espaço de exterioridade absoluto do Estado, tal como sugerido por parte da literatura sobre os movimentos sociais.

Por outro lado, as ocupações não são simplesmente aglutinações de indivíduos interessados em obter terra; elas seguem um padrão de ação que pode ser compreendido como uma *performance* (TILLY, 2006; TARROW, 2011). Primeiro, elas são, na maioria das vezes, promovidas por organizações, como o MST, a CPT, a CONTAG, além de outras. As organizações mobilizam e organizam os indivíduos para participar das ocupações, comandam a formação do acampamento e, em seguida, apresentam-se perante o Estado como o representante autorizado a falar em nome dos acampados. Os acampamentos também seguem certo padrão de organização espacial, geralmente, com suas barracas alinhadas de modo a formar vias internas. Neles, existem regras específicas, um vocabulário próprio e uma divisão do trabalho em comissões – o que pode ser visto no documentário *Zé Pureza*, que trata do processo de formação do acampamento também chamado de *Zé Pureza*¹⁰. Além disso, há uma série de elementos dotados de forte simbolismo, como a bandeira da organização que é hasteada em frente à ocupação e a lona preta que cobre as barracas. Esse padrão constitui uma linguagem que busca fazer afirmações por meio de ações públicas com o intuito de ser

¹⁰ ZÉ PUREZA. Direção de Marcelo Hernandez Macedo. Rio de Janeiro, 2006 (97 min.). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EH4Uf9dSLTw>. Acesso em 29 jan. 2015 (33:53 min. – 35:50 min.).

reconhecida e legitimada por diferentes interlocutores (SIGAUD, 2000; LOERA, 2006; MACEDO; ROSA; SIGAUD, 2008).

1.2. Oportunidades políticas, repressão/facilitação e ciclos de mobilização

Os repertórios não são empregados pelos atores em um vazio ou num ambiente completamente indiferente. Eles são empregados a partir de determinadas circunstâncias, sendo a noção de *oportunidades políticas* fundamental para analisá-las. Tais oportunidades podem ser definidas como a dimensão política do ambiente que proporciona incentivos ou constrangimentos para a ação coletiva por afetar as expectativas relativas ao sucesso ou a falha dos atores. As oportunidades só se constituem enquanto tal quando os atores percebem-nas e possuem a capacidade de aproveitá-las. Trata-se assim de uma dimensão indissociável das subjetividades e enquadramentos dos atores e não simplesmente de um contexto externo. Assim, quaisquer mudanças no confronto político que disponibilizem uma quantidade maior de recursos aos desafiantes, dando a eles uma capacidade maior de agir, aumentam suas oportunidades políticas, desde que estes apresentem certa habilidade em discernir a existência destas condições. O enfraquecimento da eficiência dos governos em recompensar grupos de oponentes e/ou em reprimir grupos de desafiantes costuma gerar oportunidades políticas. Deste modo, é fundamental levar em consideração a reflexividade dos atores e não considerar as oportunidades como um conjunto de “condições estruturais objetivas”, já que precisam, para se constituírem enquanto tal, da conjunção de fatores subjetivos, como a orientação dos desafiantes em agir e a percepção de que as condições existentes no ambiente político propiciam o sucesso de suas ações (TARROW, 2011, p. 160).

Do outro lado, existe a *ameaça*, que está relacionada ao risco e ao custo da ação ou da inação, ao invés de estar relacionada à perspectiva de sucesso. Pode-se defini-la como os custos que um grupo social enfrenta (ou espera enfrentar) num protesto ou que sofre (ou espera sofrer) se não agir. Desse modo, a ameaça está completamente ligada à oportunidade, pois um grupo pode decidir suportar um alto custo para protestar se acreditar que as chances de sucesso são altas, mas o mesmo grupo pode decidir evitar protestar mesmo com baixos custos, se acreditar que as chances de sucesso são baixas (TARROW, 2011, p. 160).

As oportunidades políticas nunca surgem para todos os grupos, pois todos os confrontos são relacionais e se estabelecem como disputas em torno de recursos limitados. O fato de alguns grupos contarem com oportunidades políticas, implica em necessariamente haver grupos que estão sendo alvos de ameaça dessas oportunidades. As dimensões espacial e

temporal também importam, pois as oportunidades políticas não são as mesmas em todos os locais ao mesmo tempo e no mesmo local em diversos períodos; elas variam de lugar para lugar e de época para época. Os repertórios também devem ser considerados em relação às oportunidades políticas, pois estas podem estar mais propícias para um determinado repertório de ação e menos para outro (TARROW, 2011, p. 163).

Um trinômio fundamental para se analisar as oportunidades políticas é *repressão-tolerância-facilitação*. Como foi visto, qualquer disputa pelo poder envolve, pelo menos, duas partes. O comportamento dos desafiantes, que não possuem controle dos meios de coerção, desenrola-se sobre um ambiente de repressão ou facilitação. Do outro lado encontra-se o governo, que pode ser repressivo ou facilitador. A repressão não é somente física. É qualquer ação desempenhada pelo governo que aumenta o custo da ação coletiva dos desafiantes. A repressão pode atingir tal nível que seja inviável realizar qualquer mobilização, situação que ocorre quando o governo assume o controle absoluto do confronto. A facilitação é qualquer ação que diminui o custo da ação coletiva dos competidores, que, curiosamente, também pode levar à desmobilização a partir do momento que o governo satisfaz, pelo menos, algumas das reivindicações feitas pelos desafiantes. A tolerância situa-se no espaço entre a repressão e a facilitação. Determinados governos não reagem a algumas associações de atores e ações coletivas; nem impedem nem contribuem para que elas alcancem seus fins. Simplesmente as ignoram (TILLY, 1978, p. 100).

Um governo nunca é totalmente repressor, facilitador ou tolerante. Ele seleciona grupos para os quais ele vai oferecer um dos tratamentos elencados. Governos podem aceitar ou não qualquer meio de ação dependendo do grupo que o pratique ou podem aceitar ou não determinados meios de ação coletiva independentemente dos grupos que os pratiquem. Enquanto que no primeiro caso o grupo que pratica a ação é o mais importante, no segundo é o meio de ação o que mais importa. A aceitação ou não do grupo está ligada a vários fatores, mas, sobretudo, ao seu poder¹¹. O poder do grupo é uma variável elementar para compreender sua aceitação. A tendência é que os grupos mais poderosos sofram menos repressão (TILLY, 1978, p. 106-107). A aceitação ou não da ação coletiva depende de uma série de condições relacionadas à legalidade e legitimidade da ação, ao número de participantes, à extensão geográfica, à extensão da organização, ao grau de força da mobilização, entre outros fatores. Os meios de ação violentos e disruptivos tendem a ser menos aprovados e mais reprimidos,

¹¹ Só é possível mensurar o poder de determinado grupo a partir de uma perspectiva relacional, considerando-o em relação aos outros grupos, aos outros interesses e às interações. Assim o grupo A pode ter mais poder em relação ao grupo B e menos poder em relação ao grupo C, e assim por diante (TILLY, 1978, p. 115).

enquanto que os contidos tendem a ser mais aceitos e facilitados¹². Muitas vezes, as inovações dos repertórios acontecem em resposta às ações repressivas, pois os desafiantes buscam surpreender os oponentes ou se adaptar aos repertórios permitidos (TARROW, 2011, p. 199; DELLA PORTA; DIANI, 1999, p. 182). Outra razão para o declínio do emprego dos repertórios disruptivos é que eles dependem, para serem executados, de um alto nível de comprometimento por parte dos participantes e esse comprometimento quase nunca se sustenta por um longo tempo, especialmente quando as forças repressivas estão determinadas a reprimir e as elites estão unidas (TARROW, 2011, p. 104).

Finalmente, os *ciclos de mobilização* estão estreitamente relacionados às estruturas de oportunidade política. Pode-se defini-los resumidamente como ondas inter-relacionadas de ações coletivas, assim como de reações às mesmas, em que, no primeiro momento, ocorre o aumento na frequência, na intensidade e na variedade dos meios de ação e, no segundo, o declínio. É possível identificar alguns elementos nos diferentes ciclos de mobilização, como o acirramento dos conflitos, a difusão geográfica e setorial das ações coletivas, a emergência de organizações, o surgimento de novos *frameworks* e a expansão do repertório (TARROW, 1995, p. 94-95). Os confrontos aumentam a ponto de se desencadearem em ciclos quando os indivíduos passam a ter acesso a recursos externos que os convencem da possibilidade de por fim àquilo que eles compreendem como injustiças e encontram oportunidades para usá-los. Isso acontece quando se abrem acessos institucionais, aparecem fissuras entre as elites, os aliados se tornam disponíveis e diminui a capacidade do Estado em reprimir. Todas essas condições dão aos desafiantes uma vantagem, mesmo que temporária, que contribui para que eles consigam alcançar seus objetivos. Os confrontos também tendem a aumentar quando os indivíduos, percebendo que seus interesses, seus valores e seus sentidos de justiça estão sendo ameaçados, acreditam ser possível por fim à ameaça (TARROW, 2011, p. 160).

Diversas condições sociais objetivas, como o enfraquecimento do governo, a disponibilidade de possíveis aliados, as ações de repressão ou facilitação, entre outros, são fundamentais para gerar um ambiente propício ou impertinente para a mobilização dos desafiantes como um todo ou para o emprego de um repertório específico. Entretanto, desconsiderar a importância dos condicionantes subjetivos – que contribuem para conformar as orientações dos desafiantes – para mobilização e para utilização de determinado repertório traz sérios limites à análise, pois o aumento da mobilização, o surgimento e as mudanças dos diferentes meios de ação, assim como a própria transformação das estruturas de oportunidade,

¹² A classificação dos repertórios com base nestas três categorias varia a depender do contexto político no qual os repertórios estão inseridos. Portanto, não existe um repertório violento, contido ou disruptivo por essência.

estão intimamente relacionados às percepções culturais, às emoções e aos interesses dos atores (TARROW, 2011, p. 39).

1.3. Ações, expectativas e identidades coletivas

Para compreender os processos de surgimento e transformação das ações coletivas, faz-se necessário superar as abordagens que se fundamentam em explicações dicotômicas, considerando apenas as condições objetivas ou as subjetivas. A ação coletiva não pode ser entendida simplesmente como um reflexo das estruturas de oportunidade ou meramente como um produto das crenças dos atores. A combinação dessas duas dimensões é fundamental para gerar análises e explicações mais completas e complexas (MELUCCI, 1989, p. 21).

Embora se trate de um debate seminal e longo, com muitas nuances em Marx e nos marxismos (BRINGEL; DOMINGUES, 2012), costuma-se, na atualidade, realizar esse tipo de combinação numa única direção: as oportunidades são percebidas pelos desafiantes que agem para aproveitá-las. Ou seja, se supera a concepção que compreende a ação como um reflexo mecânico das estruturas de oportunidades, pois os desafiantes percebem-nas e agem a partir dessa percepção, mas se considera que eles só agem porque existem fatores objetivos que os impelem a agir. Entretanto, não se pode desconsiderar que as próprias ações dos desafiantes podem produzir contextos de oportunidades políticas onde havia um ambiente de extrema repressão (KURZMAN, 2009, p. 43). Ou seja, um contexto de forte repressão não gera, necessariamente, desmobilização. Ele pode, ao contrário, gerar mais mobilização a partir do momento em que, por exemplo, os indivíduos que não estavam participando do confronto se revoltam com a violência sofrida pelos desafiantes e resolvem se juntar às mobilizações. Nesse caso, a mobilização se intensifica, não por causa da diminuição prévia do poder repressivo do governo, mas por causa do descontentamento dos indivíduos com a repressão, combinado, geralmente, com a insatisfação em relação a outras questões. Portanto, são as percepções, os valores, os interesses que impelem os atores a agir, sendo essas ações as responsáveis por produzir oportunidades que tendem a levar a uma intensificação ainda maior das mobilizações.

Esse caso demonstra como os atores desempenham um papel fundamental para a formação, sustentação e transformação das ações coletivas. Não é determinada estrutura política que decide se os atores irão ou não para as ruas fazer reivindicações. São os atores que decidem, a partir de determinada estrutura política, se irão ou não agir. Portanto, as *ações coletivas* devem ser entendidas como produtos das orientações desenvolvidas pelos atores sob

situações de oportunidades e constrangimentos. Os atores agem produzindo significados, tomando suas decisões e definindo a si próprios, a outros atores e os ambientes sobre os quais atuam (recursos disponíveis, oportunidades, ameaças). Porém, esses processos não ocorrem de forma linear; eles acontecem através de interações, negociações e conflitos. Mas é importante considerar que os atores precisam contar com *estruturas de mobilização* para agir, ou seja, é fundamental que eles controlem recursos para realizar as suas ações coletivas, que vão desde redes de relações até alimentos, pois nenhum indivíduo empreende uma ação coletiva sem contar com outras pessoas e com força física (MELUCCI, 1989, p. 26; TILLY, 1978, p. 73-74).

Sempre que os indivíduos agem coletivamente, contribuindo para formar um “nós” mais ou menos estável, situam-se num *sistema de ação* composto pelos *objetivos* da ação, pelos *meios* empregados para alcançar tais objetivos e pelos *ambientes* sob os quais as ações se dão. Não é sempre que esses três elementos se adequam à ação. Na realidade, esse é um grande desafio, pois eles tendem a gerar tensões, quando, por exemplo, os objetivos não estão de acordo com os meios, o ambiente não se encontra propício para determinado objetivo ou os meios são incompatíveis aos objetivos. Por isso, os atores são obrigados, se quiserem continuar agindo, a negociar e renegociar com cada uma dessas dimensões. Os diferentes modelos de liderança e as formas de organização representam esforços para dar uma maior duração e um fim previsível para essas negociações (MELUCCI, 1989, p. 27).

Os indivíduos agem coletivamente a partir de *expectativas* socialmente construídas, avaliando se o investimento supostamente necessário para alcançar o objetivo sob determinado ambiente vale ou não a pena (MELUCCI, 1989, p. 32). É a expectativa que liga os atores ao ambiente, pois eles ponderam se vale a pena agir com base em suas percepções sobre as oportunidades ou ameaças. As expectativas são construídas e comparadas à realidade apenas porque os atores são capazes de definir a si próprios e o ambiente de suas ações. O resultado desse processo de construção do sistema de ação, que define os objetivos, os meios e o ambiente, conformando a expectativa com base nestas definições, é chamado de *identidade coletiva* (MELUCCI, 1989, p. 34).

A identidade coletiva é um processo que envolve, pelo menos, três dimensões fundamentais que são, na realidade, entrelaçadas: a primeira é a formulação cognitiva de *frameworks* relativos aos objetivos, meios e ambientes de ação; a segunda é a relação entre os atores que se comunicam, negociam e tomam decisões; a terceira é a produção de investimentos emocionais, que fazem com que os indivíduos se sintam parte da coletividade (MELUCCI, 1989, p. 35). Os processos de construir, manter e alterar as identidades coletivas

fornece a base para os atores moldarem suas expectativas e calcularem os custos e benefícios de suas ações. Os *frameworks*, depois de formulados, se apresentam como uma linguagem compartilhada tanto por aqueles que se autoidentificam com base nessas definições (o “nós”) quanto por parte da população que não se identifica dessa forma (os “outros”). A emoção é um elemento fundamental para formação da coletividade, pois não é possível produzir nenhum senso de pertença responsável por mobilizar indivíduos para as ações, ainda mais as de confronto, somente utilizando-se de argumentos baseados em cálculos de custo-benefício (MELUCCI, 1996, p. 70-71).

A identidade coletiva pode se cristalizar em formas de organização, em sistemas formais de regras e em modelos de liderança que podem parecer naturais. Mas, apesar da identidade coletiva se apresentar ao público como algo permanente e homogêneo, ela se constrói num processo de negociação e conflito entre os próprios atores que constituem o “nós”. As definições que aparecem para o público são as consensuais ou as que conseguem se impor nos processos de negociações e conflitos internos. Os atores que são reconhecidos como os “outros” também participam, de maneira diferente, deste processo de construção, pois nenhuma identidade pode ser construída sem que haja o reconhecimento por parte dos outros atores, mesmo que seja um reconhecimento por negação ou oposição. Se fosse completamente ignorada, a identidade não identificaria e, portanto, não seria uma identidade. A unidade da ação coletiva, que é produzida e mantida por autoidentificação, repousa na habilidade dos atores de se localizarem dentro desse sistema de relações. Portanto, pode-se entender a identidade coletiva como um sistema de relações e representações (MELUCCI, 1996, p. 72-73), mais ainda nos dias de hoje quando estas se complexificaram enormemente, com consequências profundas para os próprios sentidos do ativismo e das formas de atuação.

2. AS OCUPAÇÕES DE TERRA COMO PARTE DO CONFRONTO EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA

2.1. Reforma Agrária Radical: estabelecendo as bases do confronto político

As primeiras ocupações de terra no Brasil que se tem notícia ocorreram no início dos anos 1960 (MACEDO; ROSA; SIGAUD, 2008). Nessa época, a reforma agrária colocava-se como uma das principais pautas do debate político brasileiro, sendo quase que consensual a necessidade de realizá-la. As disputas aconteciam em torno do tipo de reforma agrária que deveria ser realizada. Diversos atores, como as associações empresariais rurais, as federações das indústrias, as entidades católicas, as organizações camponesas e os governos tinham uma posição em relação a essa questão, apresentando diferentes e divergentes concepções a respeito do caráter da reforma agrária que deveria ser levada a cabo no país (MEDEIROS, 1982)¹³. As ocupações de terra começaram a ser empregadas por (e com o apoio de) diversos atores que reivindicavam uma concepção específica de reforma agrária, sendo necessário compreendê-la para compreender esse repertório de ação.

As organizações camponesas¹⁴ foram os principais atores a promover e disseminar as primeiras ocupações pelo país. Mesmo com todas as suas diferenças, elas conseguiram construir uma unidade a partir da bandeira da reforma agrária, pois foi para esta bandeira que, no final dos anos 1950, convergiram as diferentes reivindicações que se travaram no campo e que tinham a terra como eixo central (FERREIRA, 2013, p. 13; MEDEIROS, 1989, p. 32). O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (também conhecido como Congresso Nacional Camponês), realizado em Belo Horizonte–MG, entre os dias 15 e 17 de novembro de 1961, foi um marco no processo de construção dessa unidade.

Os congressos e encontros são espaços onde ocorrem discussões, deliberações, produção de demandas, troca de experiências, identificação de problemas comuns e elaboração de reivindicações. Num jogo complexo de consensos e divergências entre os diferentes atores, esses eventos se constituem enquanto espaços de socialização que contribuem para se consolidar redes de relações que ultrapassam as estruturas formais das

¹³ Por fugir do escopo deste trabalho, não serão apresentadas as concepções das diferentes organizações da burguesia brasileira, das entidades católicas e dos diversos governos. Para saber mais sobre o assunto, ver Medeiros (1982).

¹⁴ A palavra “camponês” (com suas variantes) foi introduzida como “palavra política” no vocabulário brasileiro, nos anos de 1950, para dar unidade às lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em várias partes do país. Segundo José de Souza Martins, a palavra “camponês” está enraizada “numa concepção de História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais” (MARTINS, 1983, p. 21-23).

organizações. Neles, são construídos e consolidados símbolos coletivos, são criadas concepções e representações relativas à natureza das organizações e ao papel de seus integrantes, assim como sobre a natureza do próprio grupo que estas organizações se propõem a representar. A simbolização da união e o engajamento coletivo que existem ou que devem existir são construídos muitas vezes com base em momentos, como as místicas ou os shows, que carregam grande carga emocional. Os congressos e encontros são momentos de mobilização que contribuem para produção e divulgação de identidades coletivas, impondo seus reconhecimentos no espaço público (COMERFORD, 1999, Cap. 2).

Participaram do Congresso Nacional Camponês a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), organização ligada ao PCB, as Ligas Camponesas, cuja principal liderança era Francisco Julião, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER)¹⁵, sob influência do, então, governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, além de autoridades políticas como o, na época, Presidente da República, João Goulart, e o Primeiro Ministro, Tancredo Neves (COSTA, 2010, p. 23; MEDEIROS, 1995, p. 112). As principais organizações eram, sem sombra de dúvidas, a ULTAB e as Ligas. A ULTAB congregava dezenas de entidades de trabalhadores rurais em vários estados do Brasil¹⁶ e as Ligas organizavam milhares de camponeses, especialmente em Pernambuco e na Paraíba¹⁷. Estas organizações possuíam concepções diferentes em relação à questão agrária brasileira.

A primeira, seguindo a linha do PCB, acreditava que deveria se formar uma frente única anti-imperialista composta pelo proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia industrial e até mesmo setores de grandes fazendeiros que entravam em conflito com certos aspectos da política monopolista estadunidense. A reforma agrária se inseria, assim, no programa denominado *revolução democrático-burguesa*, cujas teses defendiam que o campo brasileiro estava marcado pelos restos feudais que atravancavam o desenvolvimento das forças produtivas. Desta maneira, o fim das relações feudais possibilitaria o desenvolvimento das forças produtivas, tanto no campo como na cidade, e somente a partir daí se criariam condições para uma revolução de caráter socialista.

¹⁵ Após o Congresso Nacional Camponês, militantes do PCB ingressaram no MASTER (ECKERT, 1984, p. 75).

¹⁶ Do Congresso Nacional Camponês ao golpe de 1964 foram criados milhares de sindicatos de trabalhadores rurais organizados em 26 estados. Em março de 1964, existiam no Brasil 1.174 sindicatos rurais, dentre os quais, 400 eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (CCV, 2014, p. 57).

¹⁷ De acordo com um relatório do Comando do II Exército, no segundo semestre de 1963 existiam 218 Ligas distribuídas por 20 estados. Algumas das Ligas Camponesas, como as do Rio de Janeiro, eram vinculadas ao PCB e não ao grupo de Julião (CCV, 2014, p. 58).

A segunda, seguindo, sobretudo, as elaborações de Francisco Julião, acreditava que a reforma agrária inseria-se diretamente na luta contra as instituições capitalistas para a instauração do socialismo. Para as Ligas, ao contrário do que argumentava o PCB, os camponeses ocupavam um papel central no processo revolucionário, pois, diferentemente da luta operária, que na maioria das vezes possuía uma conotação meramente economicista e corporativista, a luta camponesa colocava em questão um ponto fundamental das relações sociais capitalistas, a saber: a propriedade privada. Por isso, para as Ligas seria impossível incluir a reforma agrária num programa de frente única democrática, anti-imperialista e anti-feudal, pois a burguesia industrial estava profundamente ligada aos latifundiários na defesa da propriedade privada.

É importante dizer que, além das diferenças expostas acima, existia uma série de divergências no interior das próprias organizações, tanto da ULTAB/PCB, quanto das Ligas Camponesas, mas estas divergências não impediram a construção de uma identidade coletiva fundamentada em torno da bandeira da reforma agrária.

A construção dessa unidade só foi possível porque a reforma agrária defendida por estas organizações possuía pontos em comum. Essa convergência se fez clara na “Declaração do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o Caráter da Reforma Agrária”. Logo no título se percebe que a reforma agrária era a principal bandeira defendida pelos cerca de 1.600 delegados do Congresso. A Declaração, logo nos primeiros parágrafos, manifestava a sua defesa por uma *reforma agrária radical* que promovesse uma profunda transformação da estrutura fundiária brasileira, isto é, que acabasse com a extrema concentração fundiária expressa, sobretudo, na figura do latifúndio. A passagem a seguir, tirada da Declaração, demonstra como este era identificado pelas organizações como o grande problema a ser enfrentado:

É o monopólio da terra, vinculado ao capital colonizador estrangeiro, notadamente o norte-americano, que nele se apoia, para dominar a vida política brasileira e melhor explorar a riqueza do Brasil. É ainda o monopólio da terra o responsável pela baixa produtividade de nossa agricultura, pelo alto custo de vida e por todas as formas atrasadas, retrógradas e extremamente penosas de exploração semifeudal, que escravizam e brutalizam milhões de camponeses sem terra. Essa estrutura agrária caduca, atrasada, bárbara e desumana constitui um entrave decisivo ao desenvolvimento nacional e é uma das formas mais evidentes do espoliativo interno (COSTA, 2010, p. 61).

Portanto, para a realização da reforma agrária radical, os delegados do Congresso julgavam indispensável solucionar as seguintes questões:

- a – radical transformação da atual estrutura do País, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercida pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo Governo Federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal;
- b – máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos os que nela desejam trabalhar, à base da venda ou usufruto das terras desapropriadas aos latifundiários e da distribuição gratuita das terras devolutas (COSTA, 2010, p. 62-63).

A Declaração assinalava ainda as medidas que deveriam ser tomadas para solucionar as questões citadas acima, sendo elas: a modificação do Art. 141 da Constituição Federal de 1946, em seu §16, que estabelecia a exigência de indenização prévia, justa e em dinheiro para os casos de desapropriação de terras por interesse social; a adoção de um plano para regulamentar a indenização em títulos federais da dívida pública, em longo prazo e a juros baixos, das terras desapropriadas; a desapropriação pelo governo federal das propriedades rurais com áreas superiores a 500 hectares, a partir das regiões mais populosas, das proximidades dos grandes centros urbanos, das principais vias de comunicação e reservas de água; o levantamento cadastral de todas as terras devolutas, que deveria ser feito pelos governos federal, estaduais e municipais; a implantação de um imposto territorial rural progressivo; a proibição da entrega de terras públicas àqueles que poderiam utilizá-las para fins especulativos; a outorga de títulos de propriedade aos posseiros que efetivamente trabalhavam a terra, bem como a defesa de seus direitos contra a grilagem; a planificação, facilitação e o estímulo à formação de núcleos de economia camponesa, através da produção cooperativa; o respeito ao direito de organização independente; a extensão da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais; a garantia à sindicalização livre e autônoma dos assalariados e semi-assalariados do campo; além de outras medidas (COSTA, 2010, p. 63-64).

No entanto, como era de se esperar, o Congresso não foi feito apenas de consenso. Uma divergência no que diz respeito aos métodos da condução da reforma agrária ocupou um lugar central nos debates. Em uma de suas teses, a ULTAB defendia a necessidade de se lutar pela regulamentação em lei do arrendamento e da parceria, como medidas capazes de fortalecer a luta pela reforma agrária radical. Os delegados que eram contra essa medida – entre os quais estava Julião – achavam que era contraditório defender o reconhecimento por lei dessas relações de exploração e, ao mesmo tempo, uma reforma agrária radical. Os que defendiam argumentavam que a regulamentação dos contratos dinamizaria a luta de classes no campo e, conseqüentemente, elevaria a consciência de classe dos trabalhadores, gerando,

assim, um fortalecimento da luta pela reforma agrária radical. Ao final das discussões, a posição contrária à regulamentação do arrendamento e da parceria prevaleceu (MEDEIROS, 1982, p. 55; FERREIRA, 2013, p. 17-18). Portanto, as definições que foram apresentadas ao público através da Declaração final foram ou as consensuais ou as que se impuseram no processo de negociação.

Um ponto importante que era consensual entre os delegados do Congresso era que a reforma agrária radical só seria alcançada com a mais “ampla e vigorosa ação, organizada e decidida, das massas trabalhadoras do campo fraternalmente ajudadas em sua luta pelo proletariado das cidades, os estudantes, a intelectualidade e as demais forças nacionalistas e democráticas do povo brasileiro” (COSTA, 2010, p. 61-62). Como se percebe, a definição que foi assumida pelo Congresso em relação às alianças entre as classes e as frações de classe caminhou na direção da concepção da questão agrária defendida pelas Ligas. A burguesia nacional não foi explicitamente citada como aliada e os trabalhadores do campo passaram a ser concebidos enquanto protagonistas no processo de efetivação da reforma agrária radical (MEDEIROS, 1982, p. 56). A afirmação deste protagonismo demonstrava a defesa das organizações em relação à ação direta dos camponeses para conquistar a reforma agrária. Em outras palavras, não se esperaria passivamente a iniciativa dos governos para efetuar as medidas propostas e solucionar os problemas apresentados, não significando, com isto, uma recusa em influenciar as ações governamentais. As próprias propostas expostas na Declaração e a participação de políticos como João Goulart apontam a importância que as organizações que participaram do Congresso conferiam às ações institucionais. Mesmo as Ligas, que possuíam uma posição mais radical em relação à reforma agrária, também atuavam através das brechas dos mecanismos legais no atendimento às soluções imediatas dos problemas vividos pelos camponeses, seja na advocacia contra o aumento do foro, seja na defesa dos camponeses em situações de despejo (FERREIRA, 2013, p. 18; MEDEIROS, 1995, p. 113).

Assim, pode-se dizer que a identidade coletiva que conferia unidade às organizações fundamentava-se em orientações comuns como, por exemplo: (1) a defesa de uma reforma agrária de caráter distributivo que transformasse profundamente a estrutura fundiária brasileira, acabando com o latifúndio e possibilitando o acesso à posse e ao uso da terra aos que nela quisessem trabalhar; (2) a afirmação de que essa reforma agrária só seria realizada por meio das ações dos camponeses que protagonizariam esse processo com o apoio de outros atores; (3) a compreensão de que os governos deveriam cumprir um papel fundamental de facilitação desse processo através das desapropriações de terra, do estímulo à produção

camponesa, do reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, da extensão dos direitos aos assalariados do campo, dentre outras ações.

As orientações presentes na Declaração final indicam como as ocupações de terra, que passaram a ser empregadas com maior regularidade após o Congresso, inseriam-se no confronto político entre aqueles (desafiantes) que reivindicavam a realização da reforma agrária radical – ou, mais especificamente, da distribuição das terras – e aqueles (oponentes) que defendiam a conservação da estrutura fundiária brasileira.

É importante destacar – como será visto em seguida – que nem todos os que se engajavam nas ocupações tinham como objetivo contribuir para a realização da reforma agrária radical. Muitos, inclusive, nem sabiam o que essa expressão significava. Isto porque existia (e ainda existe) uma diferença basilar entre os *militantes* das organizações que se propunham a organizar as ações com o objetivo de lutar pela reforma agrária e os *indivíduos comuns* que compunham a massa de ocupantes – também conhecida como *base*. Os militantes engajavam-se nas ocupações para contribuir com o avanço da reforma agrária radical ou, de maneira mais geral, com o avanço das “lutas populares”. Os indivíduos comuns engajavam-se nas ocupações para conquistar um pedaço de terra com o intuito de “melhorar de vida”¹⁸. Existiam também os militantes que participavam das ocupações para conquistar um pedaço de terra, assim como os indivíduos comuns que viravam militantes no decorrer das ocupações. Mas, independentemente dessas diferenças, que, sem sombra de dúvidas, é muito mais complexa do que a exposição acima deixa transparecer, tanto os primeiros quanto os segundos possuíam como objetivo comum a desapropriação e redistribuição das terras ocupadas, pois este desfecho contribuía tanto para o avanço da reforma agrária quanto para conquista das terras almejadas. Em relação aos governos, detentores do monopólio da desapropriação e redistribuição legal das terras, existiam os facilitadores, que defendiam uma reforma agrária de caráter distributivo, e os repressores, que defendiam a conservação da estrutura fundiária.

Desta maneira, as ocupações de terra expressavam um conjunto de ideias e valores que eram sintetizados na bandeira da reforma agrária radical. Os diferentes atores que lutavam por

¹⁸ Loera ressalta em dois momentos do seu trabalho a diferença entre os militantes do MST e os indivíduos comuns (chamados pelos acampados de *sem-terra*). No primeiro momento a autora afirma que “O discurso de Gilmar Mauro [uma das principais lideranças do MST] era diferente daqueles dos acampados com os quais [ela] tinha conversado na primeira visita ao Terra Sem Males [acampamento estudado]. Eles [os acampados] não falavam que estavam lá para fazer a revolução, mas sim à procura de uma espécie de autonomia [...]” (LOERA, 2006, p. 19-20), que, como afirma a autora mais à frente, está relacionada ao ato de “pegar a terra” – referência ao ato de conquistar um pedaço de terra (LOERA, 2006, p. 39). No segundo momento, a autora diz que “segundo os depoimentos colhidos durante o trabalho de campo, a maioria dos acampados e assentados faz essa distinção entre ser do *MST* e ser dos *sem-terra*” (LOERA, 2006, p. 50).

esta bandeira, os defensores da concentração fundiária e os governos reconheciam o significado desse repertório de ação. No momento em que diversos indivíduos adentravam numa grande propriedade rural, montavam acampamento e reivindicavam a sua desapropriação e redistribuição, colocava-se em questão o fim da grande propriedade rural. Assim, todos os envolvidos diretamente no confronto político, compreendendo o que estava em jogo, começavam a agir de diferentes formas para fazer valer seus interesses.

2.2. As primeiras ocupações de terra no Brasil

Em janeiro de 1962, centenas de pessoas, transportadas em caminhões, deixaram a sede do município Nonoai-RS, para fazer uma viagem de cem quilômetros rumo a um local conhecido como o Capão da Cascavel, onde se situava a Fazenda Sarandi, de 24 mil hectares, pertencente à família de origem uruguaia. Ao chegarem à fazenda, montaram barracas de madeira cobertas de capim para servir de abrigo, ergueram uma cruz e hastearam as bandeiras do Rio Grande do Sul e do Brasil (MACEDO; ROSA; SIGAUD, 2008, p. 111-112).

Não se sabe ao certo de onde surgiu a ideia de se realizar a ocupação. Segundo uma das versões, um grupo de jovens militantes do Centro Castro Alves, que estava ensinando aos posseiros do interior sobre seus direitos à terra, encontrou com Jair Calixto, na época, prefeito de Nonoai, que pediu-lhes ajuda para reunir pessoas com o intuito de ocupar uma fazenda. De acordo com o prefeito, *o povo estava muito sofrido*. Então, o grupo saiu de porta em porta a convidar os que não eram proprietários de terra para participar da ação. Cleto, natural de Nonoai, também contou que havia sido chamado por Calixto, seu padrinho de casamento, para ajudá-lo na ocupação programada, mobilizando as pessoas. Segundo ele, a ação era apoiada por alguns políticos locais e pelo padre da região. Francisco Santos da Silva, mais conhecido como Chico das Éguas, disse que também havia sido convocado pelo prefeito para escolher uma fazenda próxima à estrada que cortava Sarandi, onde seria realizada a ação, e que teria sido ele o responsável pela indicação do Capão da Cascavel. Porém, Chico, introduzindo mais uma personagem na história, alegou que Brizola, na época governador do Rio Grande do Sul, teria orientado Calixto a organizar a ação. É importante ressaltar que o Brizola contava com uma equipe que viria a ser uma das principais referências na questão da reforma agrária no país. Entre os integrantes desta equipe, estava João Caruso, secretário de

agricultura e presidente do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA)¹⁹ e Paulo Schmidt, coordenador do IGRA, considerado por muitos o braço direito do governador para as questões fundiárias. O próprio Calixto afirmou, numa entrevista realizada em 1978, que a ideia de ocupar a Fazenda Sarandi havia surgido em uma reunião convocada por Brizola para discutir a situação dos sem-terra da cidade (MACEDO, ROSA, SIGAUD, 2008, p. 112-113; ROSA, 2010). Já para Córdula Eckert (1984), teria sido o MASTER o responsável por impulsionar, através de pessoas como Milton Rodrigues e Paulo Schilling²⁰, as mobilizações no estado gaúcho.

Após a ocupação, o governador Leonel Brizola, além de enviar um contingente policial para proteger os acampados e proferir um discurso de apoio às ações, desapropriou e redistribuiu as terras da fazenda para aqueles que se encontravam acampados. Os moradores das comunidades vizinhas, ao saberem da redistribuição, correram para o Capão da Cascavel para tentar conseguir um pedaço de terra. De acordo com a matéria publicada no *Terra Livre*, juntaram-se às 600 pessoas que haviam iniciado a ocupação mais 5.000. Como a quantidade de terra era insuficiente para atender a demanda de todos, aqueles que não foram atendidos ocuparam 49 mil hectares da Fazenda Camaquã, a 500 quilômetros de Sarandi, que também foi desapropriada e redistribuída no dia 30 de janeiro (TL, fevereiro de 1962: 5).

Porém, em nenhuma das imagens da ocupação no Capão da Cascavel publicadas no jornal *Terra Livre* ou no livro escrito por Macedo, Rosa e Sigaud (2010) aparecem 5.000 pessoas. Mas é bastante plausível pensar que, após a montagem do acampamento e, sobretudo, após a visita de Brizola ao local, juntaram-se às primeiras pessoas que realizaram a ação outras tantas, sendo difícil estipular uma quantidade. Além disso, não é razoável pensar que diversas pessoas que, segundo Calixto, encontravam-se numa situação de penúria, empreenderam espontaneamente uma viagem de 500 quilômetros para realizar outra ocupação no município de Camaquã. Provavelmente esta ocupação foi realizada pela comunidade local com a participação de algumas pessoas que estavam em Sarandi.

O que se sabe é que a ação realizada em Camaquã foi organizada pela associação dos sem-terra do município, ligada ao MASTER. Essa área era um alagado que fora drenado pelo

¹⁹ O Instituto Gaúcho de Reforma Agrária foi criado, através de decreto, em novembro de 1961, para desenvolver “projetos, iniciativas, bases e diretrizes de uma política agrária para o Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a melhoria das condições socioeconômicas da população rural, o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural e, especialmente, quanto ao uso e propriedade da terra”.

²⁰ Milton Rodrigues e Paulo Schilling foram fundadores do MASTER, em junho de 1960, na cidade Encruzilhada do Sul, onde Rodrigues era prefeito. Segundo Eckert (1984), o Movimento havia sido criado com o objetivo de organizar um grupo de agricultores da cidade que estavam sendo ameaçados judicialmente de expulsão das terras nas quais viviam há mais de 60 anos.

governo estadual e pertencia ao Estado desde a sua desapropriação para as obras, em 1960. Por ser um alagado, a área era chamada também de Banhado do Colégio. Com o melhora do terreno, os fazendeiros da região começaram a expandir ilegalmente o limite de suas propriedades para aproveitar o solo fértil que surgira. Foi nesse contexto que correligionários de Brizola, ligados ao MASTER, decidiram reivindicar as terras por meio da ocupação. Segundo Rosa (2010, p. 42), num “panfleto assinado pelo MASTER, no início de 1963, além dos elogios ao governador, são mostradas fotos das lavouras de milho, já prontas para serem colhidas. Em uma dessas fotos, temos uma placa com o símbolo do estado e a frase: ‘aqui o latifúndio deu lugar à reforma agrária’”.

Afora as duas ocupações citadas acima, foram realizadas, entre 1962-1963, mais de 20 em todo o estado do Rio Grande do Sul (ROSA, 2010, p. 49-52). Todas elas ocorreram depois do Congresso Nacional Camponês. O jornal *Terra Livre* publicou uma matéria na sua edição de janeiro de 1962 com o seguinte título: “Reforma Agrária dá mais um passo: Brizola desapropria um latifúndio”. Além de descrever o processo que culminou na desapropriação das terras, o jornal publicou a “Proclamação dos lavradores do Capão da Cascavel”, que apresentava o latifúndio como uma das principais causas para a miséria no campo e convocava todos os “agricultores sem terra” do estado a formarem, em seus municípios, associações com o objetivo de criar uma federação estadual e, posteriormente, uma confederação brasileira de agricultores sem terra (TL, janeiro de 1962: 8). Na edição seguinte, em fevereiro, foi publicada outra matéria a respeito das ocupações. Além de apresentar as ações como exemplos a serem seguidos por camponeses de todo o país, o jornal noticiou uma carta da ULTAB onde se parabenizava o governador Brizola por tomar medidas que se enquadravam “perfeitamente” nas resoluções do Congresso, ou seja, medidas que, segundo a carta, apontavam para a efetivação da reforma agrária radical (TL, fevereiro de 1962: 8). O *Terra Livre* circulava pelas redes de relações dos militantes da ULTAB, que possuíam um alcance nacional. Por isso, provavelmente as notícias sobre as ocupações e as desapropriações incentivaram novas ocupações que começaram a surgir em outras partes do país.

No início de 1963, um grupo de desempregados liderado por José Pureza ocupou uma propriedade de 210 mil hectares de terras da Usina Cupim, localizada na região açucareira do Imbé, em Campos dos Goytacazes–RJ. A ocupação tinha como objetivo reivindicar terra ao Estado (TL, maio de 1963: 1). Os ocupantes que eram, em sua maioria, ex-empregados das usinas de cana-de-açúcar da região e que estavam sendo expulsos das terras onde moravam e trabalhavam, procuraram a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) para pedir apoio. José Pureza, que era tesoureiro da FALERJ, foi

encarregado de cuidar desse caso. Após descobrir no cartório de Campos que as terras do Imbé eram devolutas e que, por isso, deveriam servir para criação de assentamentos, reuniu o grupo de desempregados junto com suas famílias para realizar a ocupação (MACEDO, 2010, p. 134-135). Outra questão importante que contribui para explicar a opção em realizar uma ocupação como forma de reivindicar a desapropriação e redistribuição das terras foi o fato de Pureza ser militante do PCB/ULTAB, estando, por isso, a par das resoluções do Congresso Nacional Camponês (PUREZA, 1982, p. 40-41).

Logo depois da montagem do acampamento, o delegado de Campos, Ivo Barroso Graça, dizendo cumprir ordens do governador Badger da Silveira, foi ao local junto com 47 policiais armados com metralhadoras para expulsar os ocupantes, que, mesmo assim, mantiveram o acampamento. Um dos objetivos da ação policial era encontrar João Batista, também conhecido como João Guarda, presidente da Liga Camponesa de Campos. Segundo os policiais, João estaria contribuindo com a ocupação. A Liga tinha enviado um contingente de camponeses para dar suporte ao acampamento, mas o próprio João Guarda não se encontrava no local. Com isso, o grupo de policiais, depois de ir até a casa do líder da Liga de Campos, onde também não o encontrou, invadiu a sede do Sindicato dos Ferroviários para busca-lo. Em resposta à invasão policial, os ferroviários desencadearam uma greve que só terminou quando o delegado foi demitido. Além de demitir o delegado, o governador, pressionado, decidiu examinar o caso do Imbé à luz do Plano de Ação Agrária²¹, indicando, assim, que as terras seriam redistribuídas. Desta maneira, a polícia foi afastada e os usineiros insatisfeitos mobilizaram suas milícias para atacar o acampamento. Os acampados, avisados por um empregado da usina da existência de um plano para expulsá-los a força, decidiram resistir, cavando trincheiras em pontos estratégicos de acesso e se refugiando na mata fechada para surpreender os jagunços (PUREZA, 1982, p. 77-81).

Nas palavras de Pureza:

As horas passavam. Começamos a achar que se tratava de um rebate falso, quando ouvimos o ruído de um carro que se aproximava. Bloquemos a estrada e com pouco tempo nossos homens rodeavam o jipe. Os dois homens que estavam no jipe e um cachorro foram obrigados a saltar. Crivamos os homens de perguntas e um deles identificou-se como amigo do administrador da usina. Vinha acompanhado do seu motorista fazer uma visita, pois fora convidado por um grupo para uma notável caçada na região. Afirmou que estava perdido e não sabia o caminho da casa do amigo [...].

²¹ O Plano de Ação Agrária, elaborado pelo governo do Rio de Janeiro, em 1959, e enviado à Assembleia Legislativa do estado, era um plano que previa, entre outras medidas, a concessão das terras devolutas de âmbito estadual para o assentamento de famílias.

Prontamente decidimos ensinar o caminho até o rio, e um grupo de camponeses começou a caminhar na frente do jipe e outro atrás. Os homens amedrontados com os camponeses armados à sua volta, resolveram retornar. Fizeram uma manobra infeliz com o jipe e terminaram matando o cachorro que traziam. Mais desolados ainda eles arrancaram no sentido contrário ao quartel general armado contra nós. A cilada evitou o ataque ao acampamento. Adiamos assim o combate desigual (PUREZA, 1982, p. 82).

A escalada do conflito no Imbé adquiriu sérios contornos. João Caruso, que, com o término do governo Brizola, assumiu a presidência da Superintendência de Política Agrária (SUPRA)²² do governo federal, enviou Paulo Schmidt para avaliar a situação do acampamento. Assim que chegou ao Rio de Janeiro, junto com um amigo engenheiro, Schmidt encontrou com o superintendente da SUPRA no estado. Os três, acompanhados de um motorista, foram para Campos, onde se encontraram com um dentista do PCB que possuía ligações com os líderes do acampamento. O dentista, então, levou-os ao local onde os acampados estavam escondidos. Um dos acampados já estava à espera deles. Como era preciso atravessar uma mata fechada, o superintendente da SUPRA, com medo, recusou-se a prosseguir. Ficou combinado com o motorista que ele voltaria no dia seguinte para levar alimentos, pois o homem que os esperavam falou que a situação estava precária. Depois de uma longa caminhada mata adentro, eles chegaram ao esconderijo. Paulo Schmidt ficou durante três dias junto com os acampados vivendo o cotidiano do acampamento. Segundo ele, os cerca de 200 acampados, depois de serem acordados bem cedo por uma espécie de sino, seguiam para o centro do acampamento pra cantar o hino nacional sob a bandeira hasteada do Brasil. Além disso, havia uma palestra sobre as questões relacionadas ao governo, isto é, sobre o que Schmidt, também conhecido como “o homem da reforma agrária”, estava fazendo no acampamento²³ (MACEDO, 2010, p. 176-177).

O caso do Imbé ganhou notoriedade nacional, pois, além dos camponeses receberem apoio de diversas organizações, como os sindicatos dos operários navais de Niterói, dos ferroviários da Leopoldina, dos trabalhadores da Extração de Sal, que visitavam o acampamento e doavam alimentos, o caso foi divulgado por uma série de meios de comunicação de alcance nacional. Assim que começou a correr boatos de que as terras seriam

²² A Superintendência de Política Agrária foi criada em outubro de 1962, no governo de João Goulart, como autarquia subordinada ao Ministério da Agricultura, para colaborar na formulação da política agrária do país, planejando, promovendo, executando e fazendo executar a reforma agrária.

²³ Schmidt disse em uma entrevista que quem dava a palestra era “O chefe. Essas lideranças, lá [...] *O linguajar tipicamente – pra mim que sou do ramo e que fui do Partido Comunista – tipicamente de doutrinação comunista*, padrão da época. Tô falando de 63, né?” (MACEDO, 2010, p. 176; grifo nosso).

redistribuídas, pessoas de outros municípios e, inclusive, de fora do estado do Rio de Janeiro começaram a ir para o Imbé em busca de terra.

José Correia da Silva, morador do assentamento Vecchi (município de Cachoeira de Macacu) onde posteriormente foram instalados os ocupantes do Imbé, relatou em uma reunião realizada nessa mesma localidade, em 1981, que soube da ocupação pelo *Terra Livre*. [...] Entre outros presentes à reunião de 1981, havia Miguel de Lima: vendedor ambulante em Campos e leitor do *Terra Livre*, contou ter sabido da ocupação pelo jornal e ter sido estimulado pelo mesmo líder ferroviário a ir para o Imbé. Foi ainda pelo *Terra Livre* que Sebastião Adão Ferreira, trabalhador de uma fazenda de cana, se inteirou da ocupação e da possibilidade de redistribuição de terras. Seguiu para o Imbé e, em 2005, estava instalado no Vecchi (MACEDO; ROSA; SIGAUD, 2008, p. 118).

Em 11 de junho de 1963, a SUPRA desapropriou e redistribuiu as terras do Imbé. Nos meses seguintes, houve uma série de outras ocupações no estado do Rio de Janeiro, como as de Floresta, em Paracambi; Tocaia e Cachoeirinha, em Magé; Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias, entre outras²⁴. A SUPRA, assim como o órgão estadual responsável pelos assuntos fundiários, continuou redistribuindo as terras ocupadas. Além do Imbé, outras 21 áreas foram desapropriadas no estado (MEDEIROS, 1989, p. 69). O Rio de Janeiro foi o estado em que mais desapropriações foram feitas durante esse período (MACEDO, 2010, p. 239).

A gestão de João Pinheiro Neto, que foi presidente da Superintendência de julho de 1963 até o golpe de 1964, ficou reconhecida por uma atuação ainda mais radical, desapropriando terras e participando diretamente da organização dos trabalhadores rurais (COSTA; SILVA, 2001). No I Encontro Camponês-Operário-Estudantil de Goiás, realizado em Goiânia entre os dias 24 e 27 de outubro de 1963, Pinheiro Neto afirmou que os camponeses deveriam ocupar os latifúndios a exemplo dos camponeses do Imbé (TL, dezembro de 1963: 3). Percebe-se com base na atuação dessas autoridades políticas, que, dentro dos governos, estavam se firmando grupos de aliados àqueles que reivindicavam a reforma agrária radical.

O governo de João Goulart foi progressivamente radicalizando suas posições em relação à necessidade de transformar a estrutura fundiária brasileira, que, segundo seu plano de governo, tinha o latifúndio e o minifúndio como os principais problemas a serem solucionados. A própria participação do presidente no Congresso Nacional Camponês evidencia como o Executivo Federal estava disposto a dialogar com as organizações

²⁴ Assim como existiram outras ocupações além da do Imbé, existiram outras lideranças além de Pureza. É interessante notar que todas elas tiveram algum tipo de envolvimento com as organizações presentes no Congresso Nacional Camponês. Para saber sobre a história de algumas destas lideranças, ver Macedo (2010).

camponesas. Em seu discurso de encerramento no Congresso, Goulart chegou a enfatizar que a ausência de uma reestruturação agrária estava “embaraçando a marcha do progresso” do país e que a luta em favor do acesso à terra dos que nela trabalhavam era “uma das reivindicações mais sentidas e mais legítimas dos camponeses brasileiros”, sendo o seu atendimento de fundamental importância para a “consolidação dos direitos democráticos”. Segundo o presidente, a Constituição de 1946, apesar de reconhecer a função social da propriedade, admitindo, assim, a desapropriação por interesse social, impossibilitava a aplicação prática desse princípio, ao estabelecer, no §16 do Art. 141, que toda desapropriação fosse feita pela prévia e justa indenização em dinheiro. Por isso, para fazer uma reforma agrária que atendesse aos “interesses nacionais” e aos “camponeses brasileiros” seria necessário reformar a Constituição (COSTA, 2010, p. 87).

Entretanto, o Executivo enfrentava forte oposição no Legislativo. A maioria dos parlamentares era contra uma reforma agrária de caráter distributivo. Em meio às negociações com o Legislativo, Bocayuva Cunha, liderança do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido de Goulart e Brizola, apresentou uma emenda constitucional que propunha a alteração do §16 do Art. 141, de modo a permitir que os pagamentos das desapropriações fossem feitos em títulos da dívida pública – medida que constava na Declaração final do Congresso Nacional Camponês. A proposta de emenda acabou sendo derrotada. Diante da intransigência do Legislativo no que diz respeito às reformas de base, sendo uma delas a reforma agrária, o Executivo resolveu, através do famoso decreto da SUPRA, anunciado no Comício da Central de 13 de março de 1964, tomar a dianteira do processo e pressionar o Congresso Nacional Brasileiro a votar a reforma agrária. Por esse instrumento legal tornavam-se passíveis de desapropriação por interesse social os imóveis rurais que tivessem área superior a cem hectares, localizadas numa faixa de dez quilômetros à margem de rodovias ou ferrovias federais e os imóveis rurais de mais de trinta hectares situadas em bacias de irrigação dos açudes públicos federais (MEDEIROS, 1982, p. 119).

Apesar de alguns autores – a exemplo de Regina Bruno (1997, p. 97) – acreditarem que o governo de João Goulart havia assumido, em geral, uma postura conservadora e que não se propunha explicitamente a acabar com o latifúndio, suas ações públicas, como a realização do Comício da Central, a participação no Congresso Nacional Camponês e as desapropriações de terras para fim de redistribuição convergiam com as propostas da reforma agrária radical.

O próprio Comício da Central do Brasil acirrou ainda mais a tensão entre os defensores das reformas anunciadas por Goulart e os grupos oposicionistas, abrindo caminho para o golpe de 1964. Segundo Moacir Palmeira (1985, p. 43), a intensificação da

mobilização dos camponeses foi um dos principais pretextos utilizados pelos organizadores do golpe para, em nome da ameaça ao direito de propriedade, justificar a derrubada do governo e buscar o apoio da população para o projeto ditatorial.

2.3. A luta pela reforma agrária sob a repressão do regime militar

O golpe de 1º de abril de 1964, que desencadeou uma onda violentíssima de repressão aos atores que defendiam as reformas de base anunciadas por João Goulart, fez com que as experiências de mobilização que vinham ocorrendo no campo brasileiro desde os anos 1950 diminuíssem a intensidade. Algumas tentativas de resistência ao golpe foram empreendidas. Em Porto Alegre, Brizola convocou um comício no mesmo dia que foi dado o golpe. No Rio de Janeiro, houve uma greve parcial dos operários. Em Pernambuco, a Liga Camponesa de Vitória do Santo Antão ocupou a rádio local e fez uma manifestação na praça da cidade com intenção de marchar até Recife; além disso, 400 camponeses do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso mobilizaram-se também com a intenção de marchar até Recife, mas desistiram ao receberem a notícia de que o governador do estado, Miguel Arraes, havia sido preso; ainda em Pernambuco, Gregório Bezerra liderou uma greve de camponeses em Palmeiras, Osias da Silva mobilizou camponeses de Ipijuca, Amaro Fernandes fez o mesmo em Timbaúba, Belmiro do Nascimento e Jurandir Ferreira da Silva também o fizeram em Santarém. Seria possível ainda mencionar outras tentativas de resistência, mas todas elas foram brutalmente reprimidas (CCV, 2014, p. 78).

Milhares de camponeses que se engajaram em ações a favor da reforma agrária radical no pré-64 foram presos, torturados, assassinados, desaparecidos, exilados, em suma, sofreram com as graves violações de direitos humanos que foram realizadas tanto por agentes do Estado quanto por agentes privados, em alguns casos, com ações articuladas entre esses dois grupos. Um levantamento feito entre os processos judiciais militares apontou que 663 camponeses foram atingidos, dentre denunciados, indiciados, testemunhas e declarantes (VIANA, 2014). Segundo estudo realizado pela Presidência da República, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, publicado em 2013, pelo menos, 1.192 camponeses e apoiadores foram mortos ou desaparecidos entre 1º de abril de 1964 e 1988 (VIANA, 2011). Entretanto, muito provavelmente, esses números estão subnotificados, considerando,

primeiro, a invisibilidade política desses atores²⁵, segundo, a dificuldade em pesquisar essas informações, e, terceiro, que a maioria dos casos apresentados no estudo refere-se aos anos de 1970 e 1980. Porém, sabe-se que logo após o golpe, vários defensores da democratização do acesso à terra, sobretudo, os camponeses, foram perseguidos. Como afirma Márcio Alves:

As primeiras vítimas [do estado de Pernambuco] foram os camponeses (primeiras e maiores) que chegaram do interior – Palmeiras, Timbaúba, Vitória, Barreiros, etc., atados de cordas e deitados em caminhões, uns sobre os outros, com o corpo esmagado de pancadas, como fardos de carne, e os policiais e capangas dos latifundiários sobre todos (ALVES, 1996, p. 81).

Entretanto, o debate sobre a reforma agrária não foi abandonado. Ao mesmo tempo em que o governo militar reprimia os opositores ao regime, apropriava-se de suas bandeiras de luta, entre elas a reforma agrária, que ganhou corpo legal através do Estatuto da Terra (MEDEIROS, 1989, p. 85). Criado pela Lei nº 4.504, em 30 de novembro de 1964, o Estatuto foi uma resposta legal à sociedade, mas não significou uma vitória para os atores que lutavam pela reforma agrária radical, pois a participação direta dos camponeses no processo de efetivação desta bandeira, que era uma das principais qualidades da reforma agrária defendida pelas organizações presentes no Congresso Nacional Camponês, não foi contemplada no Estatuto. Da forma como o Estatuto havia sido elaborado, os camponeses deveriam esperar a realização da reforma agrária passivamente (FERREIRA, 2013, p. 27).

O presidente Castello Branco era a favor de uma concepção de reforma agrária “democrática e cristã”, que teria como objetivos desenvolver uma classe média rural, aumentando a produção e a produtividade, além de consolidar a propriedade privada no campo. Essa concepção buscava legitimar-se por meio de argumentos supostamente “técnicos” que suplantariam as propostas de cunho “ideológico”. Mas mesmo essa concepção de reforma defendida pelo presidente possuía características marcadamente progressistas, expressas no anteprojeto do Estatuto, como a noção de função social da terra, que procurava acabar com a grande propriedade rural improdutiva através de desapropriações feitas mediante pagamento em títulos da dívida pública. Ou seja, curiosamente Castello Branco tentou emplacar, nos primeiros meses do governo, propostas que haviam feito João Goulart receber o golpe (BRUNO, 1997, p. 102-104).

Os grandes proprietários rurais, insatisfeitos com a postura do Executivo Federal frente à questão fundiária brasileira, começaram a dirigir, através, sobretudo, do Congresso

²⁵ “Os nomes de camponeses, aliás, raramente são acompanhados pelo sobrenome. Mesmo no sofrimento brutal, conservaram o anonimato de suas vidas” (ALVES, 1996, p. 63).

Nacional, uma série de críticas às pretensões reformistas do governo militar. Ao final, o Estatuto da Terra, desfigurado por meio de várias emendas, adendos e vetos, apresentou duas vertentes de política para o campo: uma, nitidamente distributivista, que propunha a democratização da propriedade da terra; e outra, produtivista, que acabava oferecendo incentivos para a concentração fundiária. Com a pressão dos latifundiários, que receberam total apoio da “linha dura” militar, o governo Castello Branco e os demais do regime militar acabaram priorizando a segunda vertente (produtivista), se voltando para o estímulo à modernização do latifúndio – o que se convencionou chamar de *modernização conservadora* (DELGADO, 2001). As políticas de concessão de créditos baratos, de incentivos fiscais, de garantia de preços mínimos, além de outras, fizeram com que os grandes proprietários de terra adquirissem, ao longo do regime, sobretudo, entre os anos 1970 e 1985, um poder ainda maior em relação aos defensores da reforma agrária distributivista. Já no final de 1964, as declarações oficiais não apresentavam as medidas reformistas de redistribuição das terras como as medidas prioritárias para a solução dos problemas agrários. As desapropriação e redistribuição só ocorriam em situações excepcionais. Assim, o governo justificava o fracasso da política fundiária, quando visto pelo viés distributivista, argumentando que faltava eficácia na técnica adotada por aqueles que elaboraram o Estatuto da Terra (BRUNO, 1997, p. 106-121; SILVA, 2005, p. 198-200).

A repressão não se voltou apenas contra indivíduos específicos. As organizações camponesas também foram alvo do regime. As Ligas, a ULTAB e o MASTER foram aniquilados, diversos sindicatos tiveram suas cartas de reconhecimento cassadas e outros sofreram intervenção do governo. As redes de apoio construídas ao longo dos processos de disputa no pré-64 foram desarticuladas. Mesmo as organizações que continuaram abertas, por terem uma diretoria simpática ao regime, foram submetidas a constante vigilância do sistema repressor. As eleições sindicais eram sistematicamente controladas. Candidatos eram impedidos de concorrer. Reuniões, assembleias e cursos de formação eram invadidos, interrompidos ou inviabilizados e dirigentes sindicais eram submetidos a interrogatórios (CCV, 2014, p. 92). Importantes dirigentes da CONTAG, como Lyndolpho Silva e José Pureza, foram presos, exilados e tiveram seus direitos políticos cassados. Para presidência da Confederação foi nomeado, pelo governo militar, o interventor José Rotta, que dirigia, já antes de 1964, a federação de linha cristã em São Paulo.

Mas, mesmo com toda a repressão que se abateu sobre os opositores do regime e com a intervenção nos sindicatos, o confronto político em torno da reforma agrária continuou existindo. É claro que houve mudanças significativas em seu caráter. As disputas entre os que

reivindicavam a reforma agrária radical e os que defendiam a manutenção da estrutura fundiária foram suprimidas com a supressão do primeiro grupo de atores. As ocupações de terra também deixaram de ser empreendidas. Os trabalhadores rurais – que, por iniciativa do regime militar, eram censurados quando se identificavam como camponeses²⁶ – passaram a atuar através das brechas legais deixadas pelo Estatuto do Trabalhador Rural²⁷ e pelo Estatuto da Terra. Isso ocorreu, sobretudo, após a vitória nas eleições para a direção da CONTAG da chapa de oposição à diretoria de José Rotta, em 1967. Liderada por José Francisco da Silva, sindicalista proveniente da Zona da Mata pernambucana, a chapa de oposição, que assumiu apenas no ano seguinte, passou a agir em duas frentes: divulgando os direitos trabalhistas de maneira a torná-los conhecidos pelos trabalhadores e dirigentes sindicais e tornando a lei um campo de disputa para ampliar os espaços de organização dos trabalhadores rurais. Para divulgar os direitos trabalhistas, a nova diretoria lançou, em 1969, o boletim *O trabalhador Rural*. Além do boletim, elaborou-se, junto com as federações, um Plano de Integração Nacional que visava fortalecer a unidade dos diferentes sindicatos e intensificar a mobilização dos trabalhadores rurais. O Plano propunha capacitar os sindicalistas sobre a legislação vigente, especialmente quanto aos direitos previstos no Estatuto do Trabalhador Rural e no Estatuto da Terra. Esta capacitação acontecia através de reuniões e de cursos de formação, desafiando a incisiva fiscalização do Ministério do Trabalho que enviou, por várias vezes, fiscais e olheiros, chegando a impedir a realização de algumas atividades (MEDEIROS, 1989, p. 90-91).

Em relação ao Estatuto do Trabalhador Rural, regulador das relações entre capital e trabalho, a orientação da CONTAG era a de cobrar o cumprimento das leis trabalhistas por meio de ações judiciais. Segundo Moacir Palmeira, houve, em plena ditadura, uma intensa mobilização nas sedes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Palmares e Carpina-PE. Centenas de canavieiros de duas usinas que tinham falido uniam-se na frente da delegacia da

²⁶ “A mobilização política do campesinato, num certo sentido, cria o campesinato. Ao tirá-los do anonimato político. Uma das suas exigências para a sua eficácia política é que ele assuma uma identidade política. Não é por acaso que o vocabulário político ‘emprestou’ ao campesinato um termo novo – camponês – para formular uma identidade nova, prisioneiro que era dos termos de circulação restrita (matuto, caboclo, lavrador etc.) no momento da sua entrada no cenário político e que, em algumas áreas, o termo tenha sido reapropriado para designar os trabalhadores rurais engajados na luta política. *Também não terá sido por acaso que, após 1964, os grupos no poder, permanentemente, tenham tentado esvaziar política e ideologicamente o prosseguimento das lutas camponesas, censurando a divulgação e a utilização do próprio termo*, conseguindo, na cidade, em certo momento, criar uma sensação de desaparecimento do campesinato” (PALMEIRA, 1985, p. 49-51, *grifo nosso*).

²⁷ O Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2 de fevereiro de 1963) estendeu aos trabalhadores do campo uma série de garantias e direitos que, na época, já eram usufruídos pelos trabalhadores urbanos, tais quais direito a férias, salário mínimo, repouso semanal remunerado, aviso prévio, sindicalização, entre outros.

junta do trabalho para reivindicar os seus direitos previdenciários (RICCI, 1999, p. 90). Em relação ao Estatuto da Terra, no que diz respeito à reforma agrária, cobrava-se o seu cumprimento, principalmente, às autoridades políticas, inclusive, ao presidente da República. Num memorial enviado ao presidente Médici, em 1970, para cobrar a reforma agrária, os trabalhadores procuraram legitimar-se fundamentando seus argumentos no aparato legal existente, em resoluções da FAO²⁸, em pronunciamentos do papa, em trechos de discursos proferidos pelo próprio presidente, em compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, além de outros materiais. Cada caso de despejo e de ameaça aos trabalhadores era motivo de reivindicação de desapropriação das terras em questão, sempre invocando o Estatuto. Desta maneira, as ações na justiça passaram a ser o principal instrumento de mobilização dos trabalhadores, que procuravam os sindicatos para resolver problemas com os proprietários de terra com quem estavam em conflito. Meios de ação direta, como as greves, não deixaram de ser empregados, mas, por causa da intensificação da repressão, esses meios mostravam ser perigosos e ineficazes (MEDEIROS, 1989, p. 92-95).

Em maio de 1973, realizou-se o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (Congresso da CONTAG). Nesse encontro, que contou com a participação de 700 delegados, estabeleceu-se como prioridade: (1) a formação dos dirigentes sindicais, visando fortalecer a unidade na linha política no nível de sindicatos, federações e CONTAG; (2) o rechaço à prática sindical que limitava-se aos serviços burocráticos e assistencialistas; (3) a orientação das ações em defesa das reivindicações dos trabalhadores; e (4) o incentivo à promoção de novos dirigentes, de modo a evitar a criação de uma classe profissional de diretores de sindicatos. No que diz respeito às reivindicações, o Congresso reiterou a defesa da reforma agrária que “desse a terra a sua função social”, e que deveria ser feita com base no Estatuto da Terra. De acordo com visão que prevaleceu no encontro, o Estatuto era uma lei apropriada para se levar a cabo a reforma agrária. A preocupação, portanto, era fazer com que esta lei fosse cumprida. Demandava-se, também, que a reforma agrária não fosse confundida com colonização, mas que fosse feita com a fixação do trabalhador num lugar próximo à sua residência. Além destas reivindicações, foram apresentadas outras de caráter trabalhista e relativas à organização sindical. Nota-se, a partir desses pontos, que a CONTAG continuava pautando suas reivindicações com base na legislação vigente para legitimar as suas ações institucionais, de maneira a evitar a repressão, que nessa época se intensificava, mas sem,

²⁸ A FAO (*Food and Agriculture Organization*) é a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, cujo objetivo é aumentar a capacidade da comunidade internacional para, de forma eficaz e coordenada, promover o suporte adequado para a Segurança Alimentar e Nutrição global.

contudo, deixar de reivindicar a realização da reforma agrária, bandeira herdada do pré-64 (MEDEIROS, 1989, p. 98-101; RICCI, 1999, p. 93).

Em meio ao ciclo de mobilizações²⁹ que rompeu o cenário político brasileiro no final dos anos 1970, com massivas greves operárias, manifestações estudantis e grandes mobilizações de trabalhadores rurais, foi realizado, em maio de 1979, o III Congresso da CONTAG, que marcou uma nova postura da entidade frente ao confronto político no campo. Já estava claro para os trabalhadores que o governo militar não tinha nenhum intuito de aplicar o Estatuto da Terra para alterar a estrutura fundiária. Os conflitos por terra e a violência no campo se ampliavam, os repertórios empregados para fazer reivindicações não ofereciam um retorno satisfatório, principalmente, quando relacionados às questões de expulsão de trabalhadores das terras onde moravam e trabalhavam. Nesse contexto, a própria direção da CONTAG começou a ser contestada pelas oposições sindicais. Um dos grupos mais críticos à postura da CONTAG era a CPT, que se posicionava contra “a valorização da estrutura sindical oficial e a consequente hierarquização do poder sindical” e contra “a canalização dos conflitos para sua resolução através das instituições governamentais” (RICCI, 1999, p. 97). O Congresso, que teve a participação de 1.500 dirigentes, representando 2.275 sindicatos e 21 federações, continuou a dar proeminência à reforma agrária, mas, agora, ela deveria ser ampla (realizada em todo território nacional), massiva (deveria beneficiar grande parte das famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra), imediata (com fixação de prazo para o assentamento dos beneficiados) e implementada com a participação dos trabalhadores durante todo o processo. Demandava-se, ainda, a redistribuição imediata das terras que se encontravam em áreas prioritárias e em áreas já desapropriadas, o levantamento e titulação das terras públicas, além da elaboração de uma lei que criasse o instituto da perda sumária da propriedade acima de um módulo rural pela não utilização de, pelo menos, 70% de sua área agricultável e a criação do instituto da área máxima, com limites

²⁹ Zander Navarro (2002) afirma, em seu artigo, que o Brasil presenciou dois ciclos de mobilização das “populações rurais mais pobres”. O primeiro se desenrolou no final dos anos 1950 e foi até o golpe de 1964. Nesse período, “observou-se pela primeira vez a constituição e a multiplicação de sindicatos de trabalhadores rurais, que mobilizavam principalmente os assalariados das regiões comerciais do país e, também, a emergência das ligas camponesas, que abraçaram primordialmente as demandas de pequenos produtores, geralmente não proprietários, em particular no Nordeste brasileiro”. O segundo ciclo de mobilizações começou no final da década de 1970. “A partir daqueles anos, o movimento sindical de trabalhadores ligado à estrutura oficial passou a mostrar-se mais dinâmico”. Breno Bringel (2009) também afirma, num artigo onde analisa especificamente o movimento estudantil no Brasil, que na segunda metade da década de 1970, “com as políticas de liberalização e de ‘distensão’ de Geisel, reabre-se uma estrutura de oportunidades políticas mais favoráveis à rearticulação dos movimentos sociais, entre os quais os estudantis, que viveriam um segundo ciclo de ações coletivas importantes”.

entre 250 e 700 hectares, de modo a impedir o aumento das grandes propriedades rurais e a aquisição de terras para fins especulativos. Por fim, a reforma agrária era compreendida como uma condição para redemocratização do país (MEDEIROS, 1989, p. 115-117).

Dessa maneira, a CONTAG retomava, a partir das resoluções do seu III Congresso, uma concepção de reforma agrária mais próxima à concepção preconizada pelas organizações camponesas antes do golpe de 1964. Mas não foi apenas a concepção de reforma agrária da CONTAG que se aproximou da defendida por organizações como a ULTAB e as Ligas. Os meios pelos quais essas reivindicações deveriam ser feitas também apresentaram semelhanças com o pré-64. Passou a ser proposta a manifestação coletiva, com estímulo à mobilização, enfatizando a resistência e as iniciativas dos próprios trabalhadores. Tratava-se não mais de pedir, mas de exigir. Seguindo essa linha, tirou-se uma resolução segundo a qual o movimento sindical assumiria “o compromisso de desenvolver trabalhos de base programados, de organização, motivação e mobilização dos trabalhadores rurais, no sentido de ocuparem as terras improdutivas, nelas fixando residência e tornando-as produtivas” (CONTAG, 1979, p. 163). Desta maneira, os trabalhadores voltaram a defender repertórios como a ocupação de terra em detrimento de encaminhamentos meramente administrativos (MEDEIROS, 1989, p. 119).

Porém, apesar das resoluções apontarem para uma nova postura dos trabalhadores em relação ao confronto em torno da reforma agrária, as ações posteriores não seguiram a mesma linha. Nos primeiros anos de 1980, as entidades sindicais só apoiaram ações que ultrapassavam os limites institucionais, como as ocupações, nos momentos em que estas já haviam se tornado um fato político irreversível. Isto acabou gerando disputas acirradas dentro do sindicalismo. Diversos atores que começaram a desenvolver ações diretas para reivindicar a redistribuição das terras – entre eles, a CPT – passaram a tentar conquistar as direções dos sindicatos. Multiplicaram-se as chapas de oposição que cobravam o cumprimento das resoluções do III Congresso referentes à ocupação de terras. Foram nesses processos de disputas que começaram a surgir concepções críticas à capacidade do Estatuto da Terra de servir como instrumento de promoção da reforma agrária (MEDEIROS, 1989, p. 152).

A atuação da CONTAG demonstra como a bandeira da reforma agrária de caráter distributivo não foi esquecida e abandonada pelos trabalhadores rurais durante todo o regime militar, que, como se viu acima, desencadeou uma onda repressiva violentíssima. Apesar de não ter feito parte da pauta dos diferentes governos, a reforma agrária continuou fazendo parte das pautas de reuniões, cursos de formação, encontros, congressos e demais atividades realizadas pelas organizações dos trabalhadores rurais. Assim, os diferentes atores que eram a

favor de uma profunda transformação da estrutura fundiária brasileira estavam esperando o momento propício para publicizar e avançar nas suas reivindicações, e este momento surgiu com a abertura de oportunidades políticas que ofereceram incentivos para uma série de ações coletivas. Entre estas ações encontravam-se as ocupações, que reapareceram no confronto em torno da reforma agrária como um meio legítimo de reivindicar a desapropriação e redistribuição das terras.

2.4. A retomada das ocupações de terra³⁰

Entre maio e junho de 1978, todas as famílias que moravam na reserva indígena de Nonoai-RS foram retiradas inesperadamente pelos índios Kaingang com a ajuda da polícia militar, sem, com isso, contar com o direito a qualquer compensação. Como o final do mês de junho era o período de colheita, diversas famílias que foram retiradas antes desse período ficaram sem os recursos financeiros que adviriam da venda de suas produções, situação que as impossibilitou de adquirir novas terras. Por isso, elas tiveram que se abrigar no pavilhão da Igreja local, em casas de parentes, de amigos e de vizinhos, muitas vezes em outros municípios. Mas com o passar do tempo, se tornava cada vez mais difícil manter as famílias nesses locais. A saída encontrada por algumas delas foi montar barracos à beira da estrada, sendo o acampamento de Taquaruçuzinho o exemplo mais emblemático desta situação. A multiplicação desses barracos mobilizou a atenção do governo do estado, que enviou alguns funcionários ao local a fim de dar uma solução emergencial para a condição dos desabrigados. No entanto, todas as soluções dadas pelo governo, como, por exemplo, enviar as famílias para projetos de colonização na Amazônia e no Mato Grosso, não foram bem aceitas.

Diante da falta de uma alternativa por parte do governo, algumas famílias passaram a se organizar para buscar terras livres. Foi entre elas que a ideia de ocupar terras, a princípio públicas, passou a reaparecer no cenário político brasileiro. A primeira ocupação foi realizada na localidade de Passo Feio, mas, logo após a entrada na área, um vereador do município, que avistou as famílias ao passar próximo da região, chamou os policiais para retirá-las. Os homens foram detidos e levados ao distrito policial para prestar depoimento e, em seguida, foram liberados. A segunda tentativa se deu na Fazenda Brilhante, em Ronda Alta-RS, mas, logo que as famílias entraram na área, um grupo de policiais cercou o local, impedindo a saída e a entrada das pessoas. Tratadas como caso de polícia, as ocupações não recebiam muito

³⁰ Esse subcapítulo foi escrito, em grande medida, com base na “Parte II” do trabalho realizado por Rosa (2010, p. 71-131).

apoio das populações locais. Nesse caso, apenas o padre da região, Arnildo Fritzen, que desempenhou um papel fundamental nos processos de ocupação de terra, levava comida para as famílias. A única proposta que foi apresentada pelo governo estadual foi a de levar as famílias para o parque de exposições de Esteio, distante cerca de 20 km de Porto Alegre. A terceira tentativa, que também foi mal sucedida, ocorreu no Parque Florestal de Rondinha. Nesse caso, houve o cadastramento das famílias. Segundo depoimentos, os policiais disseram que o cadastramento serviria para assentar todos os acampados em outras terras. Amaral de Souza, que era o vice-governador e pré-candidato ao cargo de governador (na época, o cargo de governador dependia da indicação da Presidência da República), visitou o acampamento e prometeu que, uma vez indicado, se empenharia em obter terras para os acampados, que desocuparam a área com a esperança de receber terras na região.

Com todos esses casos, o problema das famílias desabrigadas passou a chamar a atenção de vários atores da política gaúcha. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul construiu uma comissão de deputados, no segundo semestre de 1978, para avaliar a situação. Sindicalistas de várias categorias e membros da CPT também formaram uma comissão para buscar contribuir com a solução do problema. Essas comissões começaram a organizar reuniões pelos municípios onde existiam famílias que haviam sido expulsas da reserva indígena. Porém, as reuniões mais importantes foram aquelas promovidas pelo padre Arnildo Fritzen, pelo funcionário da Secretaria de Agricultura do Estado, João Pedro Stédile, pelo sindicalista do Sindicato dos Sociólogos do Rio Grande do Sul, Ivaldo Gehlen, dentre outras pessoas. Fritzen e Stédile eram membros da CPT. Esses novos sujeitos, que eram, em sua grande maioria, de Porto Alegre, contavam com uma rede de relações que abriam um canal importante de interlocução com o Estado. Diferentemente das três primeiras ocupações, que foram organizadas com base em grupos locais, com a atuação desses novos sujeitos, as reuniões passaram a acontecer nas diferentes regiões onde existiam famílias desabrigadas, criando uma articulação muito maior entre elas. Aqueles que iam para as reuniões eram chamados por meio das redes de relações de vizinhos e parentes. Após diversos encontros nas comunidades, todos, tanto os novos sujeitos quanto as famílias, já estavam convencidos que os locais onde seriam realizadas as próximas ocupações seriam as Fazendas Macali e Brilhante.

Em 1979, foi criada uma comissão formada por alguns dos desabrigados e dos novos sujeitos para visitar a Assembleia Legislativa. Nesta visita, foi elaborado um relatório sobre as condições de penúria vividas pelas famílias após a expulsão da reserva indígena, e, a partir da divulgação deste relatório, foi agendada uma audiência com o governador Amaral de Souza,

que havia se comprometido com os acampados do Parque Florestal de Rondinha a dar uma solução ao problema. Nessa audiência ocorreu um episódio que foi decisivo para as ações que se seguiriam. Segundo Stédile:

A audiência estava ocorrendo em um clima particularmente amistoso. O governador sempre repetindo: “Eu tenho um compromisso de resolver o problema de vocês”. No final da audiência, uma das lideranças [...] quase pôs por terra toda a preparação tática. Ele disse: “Governador, e se ocuparmos aquela tal granja Macali?”. Quase caímos da cadeira. As outras lideranças queriam comê-lo vivo. [...] O governador perguntou: “Qual é a granja Macali?” E o companheiro continuou: “Aquela que está grilada pelos Dalmolin”. Aí, o governador, que foi pego de surpresa pela proposta, caiu na besteira de dizer: “Aquilo lá está tão inviável que eu não sei o que fazer. Se vocês ocuparem, acho que até vou dar graças a Deus”. Foi a chave do comprometimento (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 27-28).

No dia seguinte, a fala do governador apareceu nos principais jornais do estado, servindo para conferir legitimidade à ocupação e para criar uma expectativa ainda maior de que as terras poderiam ser conquistadas por meio desse repertório. Assim, as reuniões passaram a ser mais animadas e ter como pauta principal a organização de uma nova ocupação. Quanto mais as pessoas participavam das reuniões, mais elas tinham certeza que a ocupação era uma saída factível.

Segundo o relato do padre Fritzen, o governador teria estipulado um prazo de 30 dias para apresentar uma solução. Ao final de um mês de espera, sem que o problema fosse resolvido, decidiu-se ocupar a Fazenda Macali, localiza em Ronda Alta, ao lado da Fazenda Brilhante, que já havia sido ocupada numa das três tentativas.

Na madrugada do dia seis para o dia sete de setembro, cerca de 110 famílias ocuparam a Fazenda Macali, contando com o apoio do padre Fritzen, de Stédile, de Gehlen e de outras pessoas, entre elas, o prefeito de Ronda Alta, que cedeu lonas para a montagem das barracas. A data tinha relação com o prazo fixado pelo governador, mas não se restringia a isso. A escolha do dia sete de setembro também tinha a ver com o Feriado da Independência, no qual a polícia militar costuma participar de desfiles comemorativos. Coincidência ou não, no mesmo dia, Brizola desembarcava na cidade de São Borja após vários anos de exílio.

Logo após a montagem de grandes barracos coletivos, a polícia chegou ao local, trazida pelo capataz da fazenda. No dia oito, foi fechada a entrada da área onde se encontravam os ocupantes. Stédile, que havia sido incumbido pelo governo do estado de cuidar do caso, procurou evitar a todo custo um conflito com a polícia e agilizar as primeiras negociações. Quando a situação já estava controlada, o acampamento foi transferido para um

local mais alto e os barracos coletivos que abrigavam cerca 20 pessoas foram substituídos por unidades individuais.

No final do mês de setembro de 1979, o governo estadual instalou um escritório na antiga sede da Fazenda Macali. Um grupo de pessoas foi contratado para prestar assistência aos acampados. Este grupo era formado por alguns dos próprios acampados e apoiadores da ocupação, como o sociólogo Gehlen. No início, o governo, através do escritório, forneceu gêneros alimentícios. Em seguida, os acampados passaram a trabalhar na preparação de uma primeira lavoura coletiva, que foi potencializada com a chegada dos primeiros implementos agrícolas ao local. Em 23 de setembro do ano seguinte, 1980, o governador Amaral de Souza visitou a Macali e distribuiu os primeiros títulos de posse para as famílias acampadas, assim como o Brizola havia feito no início dos anos 1960.

O acampamento e, posteriormente, o assentamento de Macali não significaram o fim das ações empreendidas pelas famílias expulsas da reserva indígena de Nonoai. Ao contrário, a postura do governo em relação ao acampamento e a notícia de que o assentamento seria criado – notícia esta, disseminada por vizinhos, amigos e parentes – animou aqueles que não conseguiram chegar a tempo para a ocupação ou que haviam desistido de obter terras. Assim, dos dias 25 a 28 de setembro de 1979, formou-se outro acampamento de 180 famílias na Fazenda Brilhante. Inclusive, juntaram-se às famílias desabrigadas, os filhos de pessoas que haviam sido assentadas na Fazenda Sarandi no pré-64. O argumento utilizado pelos *filhos de Sarandi* era de que existia uma promessa do governo militar que as duas áreas – da Fazenda Macali e Brilhante – seriam destinadas aos filhos daquelas famílias que moravam na Sarandi. Até os políticos locais ligados à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) passaram a mobilizar pessoas do município, dizendo que os de fora estariam tomando aquilo que pertencia aos moradores de Ronda Alta.

No entanto, a rápida reposta dada pelo governo em relação ao acampamento da Macali não ocorreu no acampamento da Brilhante, pois a área que, na época, ainda produzia milho, estava arrendada por um dos principais produtores rurais da região, com muita influência no partido do governo. Mesmo com as levas de famílias que chegavam para se integrar ao acampamento, o arrendatário continuou cultivando milho e soja no local. Sem recursos financeiros e sem a assistência do Estado, os acampados organizaram uma comissão que foi a Porto Alegre buscar apoio dos deputados estaduais. Em dezembro de 1979, o governo ainda não tinha dado nenhum sinal que seria criado um assentamento na área ocupada. Em março de 1980, as famílias tentaram colher o milho plantado pelo arrendatário na Brilhante, gerando um conflito entre elas e a polícia. Este conflito teria precipitado novas negociações com o

governo, que no mês de maio, prometeu assentar parte das famílias na própria Fazenda. Em julho foram selecionadas pelos funcionários da Secretária de Agricultura do estado apenas 80 das 175 famílias que estavam acampadas.

Em setembro de 1980, as famílias que não haviam sido selecionadas aproveitaram a ida do governador a Macali para cobrar uma solução. O governador propôs assentar as famílias em outra área, chamada de Fazenda Anoni. Desta maneira, o padre Fritzen e os demais apoiadores do acampamento organizaram cerca de 120 famílias que estavam acampadas na Brilhante e que não tinham sido contempladas com os assentamentos anteriores para ocupar a Anoni. Em oito de outubro de 1980, a ocupação foi brutalmente reprimida pela polícia militar, que levou preso um grupo de pessoas. Como resposta à repressão, os ocupantes resolveram fazer um acampamento em frente ao palácio do governo em Porto Alegre. Esse conflito tornou-se objeto de matérias nos principais jornais da capital, fazendo com que o governo, pressionado, comprasse uma área para assentar as famílias em Palmeira das Missões. Porém, nesse novo assentamento, só havia lugar para 66 famílias. Outras 22 foram alocadas em uma área remanescente da antiga Fazenda Sarandi, mas, mesmo assim, faltava assentar algumas dezenas de famílias. Em dezembro do mesmo ano, estas famílias construíram um acampamento na divisa entre a Macali e a estrada que liga Passo Fundo a Ronda Alta.

Esse acampamento, que, diferentemente dos outros, foi construído na beira da estrada, num cruzamento rodoviário, ficou nacionalmente conhecido como Encruzilhada Natalino. O padre Fritzen e seu grupo, sabendo que quanto maior fosse o número de pessoas acampadas, maior seria a pressão sobre o governo, passaram a mobilizar outras famílias para acampar na Encruzilhada. Além das pessoas que já estavam na região, o acampamento passou a atrair recém-retornados dos projetos de colonização de Mato Grosso que não se adaptaram às péssimas condições. Em maio de 1981, ou seja, apenas cinco meses após a construção do acampamento, havia cerca de 500 famílias vivendo no local.

Diferentemente dos outros casos, o governo gaúcho se recusou a receber uma comissão de acampados e apoiadores que havia sido criada para abrir negociações. A dimensão que ganhou o acampamento da Encruzilhada Natalino fez com que o Governo Federal intervisse, enviando ao local o coronel Curió³¹. Os policiais, a mando do coronel Curió, montaram um acampamento do outro lado da estrada, estabeleceram um regime disciplinar extremamente rígido dentro do acampamento da Encruzilhada, infiltraram alguns

³¹ O major Sebastião de Moura, mais conhecido como coronel Curió, fazia parte do serviço de inteligência do Exército e era considerado um especialista em conflitos rurais.

oficiais para convencer os acampados a se retirar da área e prenderam uma série de pessoas, entre elas, alguns padres, como o próprio Fritzen. Isto contribuiu para que a Igreja Católica se posicionasse contra a repressão da polícia e a favor do acampamento. Esse apoio não só político, mas logístico, já que a Igreja fornecia, entre outras coisas, alimentação para os acampados e lonas para construção das barracas, foi muito importante para pressionar o governo a afastar o coronel Curió do caso. O ápice da participação da Igreja no caso da Encruzilhada ocorreu quando, em 24 de agosto de 1981, 137 padres do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina celebraram uma missa no acampamento, ato que obteve uma projeção nacional.

A ocupação, que passou a ser vista não apenas como uma luta por terra, mas pela própria redemocratização do Brasil, começou a ganhar colaboradores de todas as partes do país. Diante da demora do governo em solucionar o problema dos acampados, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) resolveu assumir o pagamento de uma área de aproximadamente 100 hectares para onde rumaram 207 famílias. A CNBB tinha plena consciência de que a compra dessa área seria insuficiente para solucionar o problema de todos que se encontravam na Encruzilhada, mas, em carta enviada aos acampados, ela afirmava que aquela ação era apenas uma forma de animá-los a continuar lutando por um direito legal firmado pelo Estatuto da Terra e que não era cumprido pelos governos. Em setembro de 1983, o governo do Rio Grande do Sul acabou assentando as famílias da Encruzilhada em quatro áreas do estado, confirmando, com isso, o sucesso das ocupações como um meio de reivindicar a desapropriação e redistribuição das terras (PESCHANSKI, 2007, p. 55-56).

Porém, as primeiras ocupações não se apresentavam explicitamente como ações coletivas que tinham como objetivo lutar pela reforma agrária. Apesar de elas contribuírem minimamente para a transformação da estrutura fundiária brasileira, as pautas se limitavam à reivindicação específica de conseguir terra para as famílias desabrigadas que ambicionavam continuar reproduzindo suas vidas no campo. A ocupação de terra começou a se reconstituir mais claramente enquanto um repertório propício para se reivindicar a reforma agrária depois que alguns atores que estavam envolvidos em diferentes casos de conflitos em todo Brasil começaram a se reunir com o intuito de trocar experiências, unificar pautas e articular ações.

2.5. A intensificação da luta pela reforma agrária no período de transição

A “Campanha Nacional pela Reforma Agrária” (CNRA) lançada, em 1983, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no centro do Rio de Janeiro, representou um marco

para a construção da unidade em torno da bandeira da reforma agrária. A Campanha foi organizada por organizações como a CONTAG, a CNBB, a CPT, a ABRA, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Além de contar com a presença das principais lideranças das organizações que constituíam a CNRA, como José Francisco da Silva, pela CONTAG, padre Mario, pela CPT, Carlos Lorena, pela ABRA, Dom Tomás Balduino, pelo CIMI, Herbert de Souza, pelo IBASE, entre outros, o evento de lançamento teve a participação de representantes dos governos do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Paraná, que afirmaram apoiar integralmente a luta pela reforma agrária (JTST, abril/maio de 1983, p. 7). É importante lembrar que, em novembro de 1982, houve, após um intervalo de mais de 20 anos, as primeiras eleições diretas para os governos estaduais. Em alguns estados, como os citados acima, foram eleitos governos de oposição ao regime militar e favoráveis à reforma agrária³².

A Campanha, que foi incorporando outras organizações até os anos 1990, quando terminou, tinha como objetivo divulgar a bandeira da reforma agrária, que se fundamentava na mudança profunda da “estrutura fundiária de modo a garantir a realização socioeconômica e o direito de cidadania do trabalhador rural”, distribuindo e redistribuindo terra, eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio, assegurando o regime justo de posse e uso da terra, assim como o aumento da produtividade com o intuito de atender prioritariamente o mercado interno (CNRA, 1985). Todos esses pontos indicam como que as diferentes reivindicações que se travaram no campo e, sobretudo, aquelas que tinham a terra como eixo central foram novamente convergindo para a bandeira da reforma agrária. As organizações que formavam a CNRA defendiam que a reforma agrária só aconteceria a partir da mobilização e participação dos trabalhadores rurais, demonstrando que o apoio à ação direta dos trabalhadores passava a ser quase que consensual entre as organizações que eram a favor de uma reforma agrária distributivista.

Antes, durante e depois do lançamento da CNRA, houve vários encontros importantes que se desdobraram, em janeiro de 1984, na fundação do MST. Segundo Fernandes:

As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram as ocupações das glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta-RS, em 1979; a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê-SC, em 1980; ainda nesse ano, no Paraná, o conflito entre mais de dez mil famílias e o estado que, com a construção da Barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas e o estado propôs apenas a

³² Leonel Brizola foi eleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio de Janeiro; Franco Montoro foi eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em São Paulo; e José Richa foi eleito também pelo PMDB no estado do Paraná.

indenização em dinheiro; em São Paulo a luta dos posseiros da fazenda Primavera nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência; no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra. Outras também aconteciam nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás (FERNANDES, 1999, p. 66-67).

A primeira grande reunião de articulação regional aconteceu em Medianeira-PR, em julho de 1982. Nesse encontro, foi possível trocar experiências a respeito dos diferentes casos de conflitos do Centro-Sul, como o da Macali-RS o de Itaipu-PR, o de Naviraí-MS, e o do próprio acampamento da Encruzilhada Natalino, que, nesta época, ainda encontrava-se de pé. Participaram alguns militantes do Movimento de Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) e do Movimento de Agricultores Sem Terra do Sudeste do Paraná (MASTES), além de atores que estavam envolvidos em conflitos em outros estados (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 45-46).

Em setembro do mesmo ano foi realizado outra reunião, agora de caráter nacional, em Goiânia-GO, organizada por agentes pastorais e lideranças locais. Nesse encontro, o principal debate se deu em torno de criar ou não uma comissão de luta pela terra na própria CPT. A proposta que venceu foi a de que os trabalhadores rurais sem-terra deveriam construir sua própria organização autonomamente, o que, segundo Stédile, foi fundamental para que, mais à frente, fosse formado o MST, pois, para ele, caso a proposta de se criar uma comissão no interior da CPT vencesse, “[...] não teria surgido o MST. Ou surgiria mais tarde, em outras circunstâncias” (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 47). Notícias sobre essas reuniões, que ocorriam em várias cidades do país, eram publicadas com frequência nas páginas do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*.

O I Encontro Nacional, onde se formou o MST, realizou-se dos dias 21 a 24 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel-PR, e contou com a presença de 80 representantes de 13 estados do Brasil. As duas palavras de ordem que foram escolhidas foram “Terra para quem nela trabalha” e “Terra não se ganha, se conquista”, mostrando como que a noção de terra como espaço de produção e de trabalho, assim como a necessidade da ação direta para se alcançar o objetivo de conseguir um pedaço de terra, já estavam presentes nos primeiros símbolos do MST (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 55).

O I Congresso Nacional do Movimento foi realizado entre os dias 29 e 31 de janeiro do ano seguinte, em Curitiba-PR, com a participação de cerca de 1.500 trabalhadores rurais. De acordo com Stédile, a marca mais forte do Congresso foi a decisão política de não se “iludir” com o governo da Nova República. De acordo com as orientações do Congresso, a

reforma agrária deveria ocorrer sob o controle total dos trabalhadores; todas as propriedades com áreas acima de 500 hectares deveriam ser desapropriadas; as terras estatais (estaduais ou federais) deveriam ser distribuídas; as terras em mãos das multinacionais deveriam ser expropriadas e o Estatuto da Terra deveria ser extinto. Além dessas orientações, o Congresso decidiu que a reforma agrária só seria realizada a partir da ação direta dos trabalhadores. Mas o MST, diferentemente da CNRA, foi explícito em relação ao repertório que deveria ser empregado para se reivindicar a reforma agrária: a ocupação de terra.

Nas palavras de Stédile:

[...] crescia em nós a convicção de que a reforma agrária somente iria avançar se houvesse ocupação, luta de massas. Sabíamos que mesmo com o novo governo, civil agora, não dava para ficar esperando pela boa vontade das autoridades. O povo deveria pressionar. Essa era a nossa garantia. Daí surgiu a bandeira de luta ‘Ocupar é a única solução’” (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 51).

Dias depois, no início de fevereiro, Tancredo Neves, já como presidente eleito indiretamente, após duas décadas de governos militares, afirmou em entrevista coletiva que entre as metas prioritárias do governo estava a reforma agrária. Para assumir o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), criado em 1982 pelo governo Figueiredo, foi indicado o advogado Nelson de Figueiredo Ribeiro, apoiado pela CNBB, e, para presidir o INCRA, foi indicado o agrônomo José Gomes da Silva, um dos fundadores da ABRA. Stédile declarou uma vez que José Gomes da Silva escreveu para ele as seguintes palavras, logo após ser indicado: “João Pedro, eu vou ser presidente do INCRA. Agora chegou a nossa vez, finalmente” (BRUNO et. al., 2009, p. 42). Na véspera da posse, Tancredo morreu, assumindo a presidência José Sarney. Mas mesmo com a mudança, os nomes para os ministérios, assim como para a maior parte dos demais cargos políticos, foram mantidos. Sarney também se comprometeu a cumprir os compromissos anunciados por Tancredo. No final de abril de 1982 foi criado o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), em substituição ao MEAF, que, junto com o INCRA, encabeçou um processo de elaboração de uma “proposta” para o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Coube a José Gomes da Silva coordenar esse processo. A “proposta” foi elaborada por 17 Comissões Temáticas, as quais envolveram 102 especialistas de diferentes áreas, além de contar com a colaboração de organizações como a CONTAG, MST e CNBB (COLETTI, 2005, p. 77-78).

Em maio de 1985, a “proposta” do PNRA foi apresentada ao público no IV Congresso da CONTAG, que contou com a participação de cerca de 4.000 delegados e de várias

autoridades políticas, entre elas o ministro do MIRAD, Nelson Ribeiro que pronunciou um discurso cujo auge foi a exposição de uma panela cravada de balas dada a ele por uma trabalhadora do Pará (BRUNO et. al., 2009, p. 42).

O objetivo geral da “proposta” era o de mudar a estrutura fundiária do país, distribuindo e redistribuindo terra, eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio e assegurando um regime de posse e uso da terra que atendesse aos princípios da “Justiça Social” e aumento da produtividade, de modo a garantir a realização socioeconômica e o direito de cidadania do trabalhador rural. A *desapropriação por interesse social* foi eleita como o *principal instrumento para a obtenção de terras* e possibilitava ao Estado indenizar os proprietários, cujas terras não estivessem cumprindo a sua função social, com Títulos da Dívida Agrária (TDA's), sendo somente as benfeitorias indenizadas em dinheiro. Além disso, a indenização deveria ser feita com base no valor declarado pelo próprio proprietário para fins de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), valor este, na maioria dos casos, bem abaixo daquele de mercado. A “proposta” também retomava a tese das “áreas prioritárias”, presente no Estatuto da Terra, estabelecendo que o INCRA ficaria responsável em produzir estudos para definir as regiões críticas que exigiam reforma agrária. Além dos critérios que constavam no Art. 20 do Estatuto da Terra, as “áreas prioritárias” seriam definidas com base nas (1) incidência de conflitos pela posse da terra; (2) incidência de complexo latifúndio/minifúndio; (3) incidência de latifúndios próximos aos centros urbanos; (4) incidência de grande número de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, arrendatários, parceiros, posseiros, minifundistas e assalariados; entre outros critérios. Mencionava-se abertamente a necessidade de “contenção do processo de expansão do latifúndio”. 409 milhões de hectares de terras privadas poderiam ser arrecadados em quinze anos (MIRAD/INCRA, 1985)³³.

Todo o processo de elaboração da “proposta” do PNRA, que culminou em sua apresentação no IV Congresso da CONTAG, provocou o alinhamento entre os atores que eram contrários ou favoráveis à transformação da estrutura fundiária brasileira. Do lado dos defensores da concentração da terra, encontravam-se organizações como Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a União Democrática Ruralista (UDR), entre outras. Do lado dos defensores da distribuição da terra, encontravam-se organizações como a CONTAG, CPT, MST, CNBB, CIMI, ABRA, entre outras.

³³ Para mais informações sobre a “proposta” do PNRA, ver Coletti (2005, p. 81-95).

O primeiro grupo de organizações, não satisfeito com o teor do documento, começou a tecer suas críticas, que se basearam em acusações como “marxista”, “esquerdizante” e “comunista”. Porém, além de publicizar suas críticas, estas organizações também se preocuparam em acionar os seus aliados no Parlamento, que propuseram diversas alterações em pontos fundamentais da “proposta”, e pressionar o Executivo para aprovar um Plano que não fosse contra os seus interesses. Prevvia-se que, após o lançamento da “proposta” inicial, realizado no final de maio, fosse aberto um período de aproximadamente três meses para apresentação e incorporação de sugestões, e que a assinatura e a aprovação do decreto ocorreria no final de agosto. No entanto, no dia 20 de junho, o governo, frente à pressão dos defensores da conservação da estrutura fundiária brasileira, decidiu prorrogar o prazo de discussão. Apenas no dia 10 de outubro, após serem elaboradas 12 versões, o PNRA foi aprovado, mas com pontos que desfiguravam a “proposta” (COLETTI, 2005, p. 95).

Em primeiro lugar, se estabeleceu que as áreas prioritárias para realização da reforma agrária deveriam ser definidas pelos Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA), a serem elaborados por cada um dos estados da Federação, que, por sua vez, deveriam ser assinados pelo presidente da República. Essa condição aumentou enormemente o tempo para a definição dessas áreas. Para se ter uma ideia, os sete primeiros PRRA’s foram assinados pelo Sarney apenas em maio de 1986, e, ainda por cima, definiam como área prioritária toda a área rural dos respectivos estados. Ou seja, se toda área rural era considerada como área prioritária, não havia área prioritária.

Em segundo lugar, conforme o PNRA aprovado, “a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária ‘mediante pagamento de justa indenização’” deveria ser realizada a partir do “entendimento” e da “negociação” entre as partes. De acordo com o Decreto-Lei n. 554, de 25 de abril de 1969, era possível definir como “justa indenização” o valor declarado para fins de pagamento de ITR, como constava na “proposta” inicial do PNRA. Indenizar com base no valor declarado para fins de pagamento do ITR, que, na maioria das vezes, estava muito abaixo do preço de mercado, era uma forma de o Estado penalizar o proprietário rural, cuja terra não estivesse cumprindo sua função social. O acréscimo da “negociação” e do “entendimento” no texto do decreto deixava claro que o governo estava abrindo mão da penalização.

Em terceiro lugar, enquanto a primeira “proposta” estabelecia como objetivo geral “mudar a estrutura fundiária do País”, o texto do PNRA estabelecia como objetivo geral “promover melhor a distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e

uso”. Detalhe meramente simbólico, pois não trazia nenhuma implicação do ponto de vista jurídico, mas importante de ser notado. Além destas, ainda havia outras alterações³⁴.

No mês de novembro o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* publicava uma capa com a seguinte manchete exposta no canto superior: “Lavradores sem terra ocupam latifúndio”. E na parte de baixo a seguinte afirmação em letras garrafais: “Assim se faz reforma agrária”. Um texto pequeno dizia: “Desconsolado com a proposta da ‘Nova República’ [referindo-se ao PNRA aprovado], o Movimento dos Sem Terra prometeu fazer a Reforma Agrária com as próprias mãos, e partiu para as ocupações e acampamentos”. Duas fotos, uma tirada em Sarandi-RS e outra em Andradina-SP, mostravam centenas de trabalhadores ocupando terras e montando acampamentos (JTST, out./nov. de 1985, p. 1).

Uma matéria oferecia mais detalhes sobre as ocupações. Segundo o jornal, 2.500 famílias ocuparam, no dia 29 de outubro, nove mil hectares improdutivos da Fazenda Annoni, município de Sarandi-RS. A ocupação teria sido “uma resposta dos sem terra ao não cumprimento, pelo Governo Federal, do acordo estabelecido no dia 31 de agosto, quando o INCRA se comprometeu a assentar, até o dia 20 de setembro, os dez mil lavradores que acamparam por três dias em Palmeira das Missões”. Ainda segundo a matéria, quatro deputados acompanharam Darci Maschio, membro da Executiva Nacional do MST, na audiência com o ministro Nelson Ribeiro, quando ficou acertado que não haveria despejo. Dia 28 de outubro, no estado do Paraná, os sem terra montaram três acampamentos, em São Miguel do Iguaçu (700 famílias), Cascavel (250 famílias) e Pitanga (85 famílias), totalizando 14 acampamentos em todo estado. Representantes desses novos acampamentos realizaram uma audiência com o Secretário de Agricultura, de quem conseguiram alimentação. No Espírito Santo, 400 famílias ocuparam, no dia 27 de outubro, uma área devoluta de três mil hectares no município de São Mateus. Em São Paulo, ocorreram duas ocupações, uma no dia 1º e outra no dia 24 de outubro. A primeira aconteceu em Nova Odessa, próximo à capital, com 110 famílias. A segunda aconteceu no município de Andradina, com 150 famílias (JTST, out./nov. de 1985, p. 8).

Na mesma edição, o jornal enfatizava a necessidade de mobilizar a população para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte “autônoma, livre e soberana” (JTST, out./nov. de 1985, p. 3). Tempos depois, verificou-se que a mesma configuração de alinhamentos políticos que resultou do processo de elaboração do PNRA permaneceu durante o processo de discussão que precedeu a instalação da Assembleia, o que ocorreu em 1º de

³⁴ Para saber mais sobre as mudanças que foram feitas da “proposta” ao PNRA aprovado, consultar um “Suplemento” publicado na edição de out./nov. de 1985 do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*.

fevereiro de 1987, e durante os debates que se deram, primeiramente, na “Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária”; depois, na “Comissão de Ordem Econômica”; em seguida, na “Comissão de Sistematização”; e, finalmente, na aprovação em plenário da nova Constituição. Em todas estas etapas, os defensores do latifúndio, através de manobras regimentais e ameaças de morte, conseguiram emplacar pontos de seus interesses na Constituição Federal de 1988 (CF).

Foi introduzida no texto final da CF a impossibilidade de desapropriação da “propriedade produtiva”. Segundo José Gomes da Silva, a expressão “propriedade produtiva” possuía uma “deformação conceitual” e uma “impropriedade semântica”. Isto porque o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utilizava a expressão “terras produtivas não utilizadas” e o INCRA a expressão “área aproveitável não explorada” para se referir as áreas rurais *que tinham potencial para produzir*, mas que se encontravam abandonadas. “Produtivo”, portanto, poderia significar tanto a terra “que produz” quanto a que é “fértil” (que *pode produzir*). Esta confusão conceitual poderia gerar brechas interpretativas para impedir que as terras férteis (que produzem ou que podem vir a produzir) fossem desapropriadas para fins de reforma agrária (SILVA, 1988, p. 16).

Além disso, a CF estabelecia que o pagamento da propriedade rural desapropriada por interesse social seria realizado mediante *prévia e justa* indenização em TDA, o que representava uma vitória para os defensores do latifúndio, já que o Decreto-Lei n. 554/1969 – mencionado acima – previa que o pagamento deveria ser *posterior*, além de definir como *valor justo* o valor declarado pelo proprietário para fins de pagamento do ITR. A CF não definiu o que seria *valor justo*, dando margem para que se definisse o preço de mercado para servir de base à indenização. Outra questão fundamental é que a Constituição remeteu para legislação ordinária a regulamentação da desapropriação das terras improdutivas.

Assim, somente em 1993, durante o governo Itamar Franco, foi aprovada a regulamentação da Lei Agrária (Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993) e da Lei Complementar (Lei nº 76, de 6 de julho de 1993), que tratam do rito sumário, quando, inclusive, se regulamentou o conceito de “função social”, estabelecendo a improdutividade, calculada a partir de indicadores técnicos, como um dos critérios para caracterizar seu não cumprimento. Com isso, o INCRA passou a ser a instituição responsável por realizar as vistorias para verificar se as propriedades seriam ou não improdutivas e se deveriam ou não ser desapropriadas. Além disso, “acampado” passou a ser uma categoria reconhecida pelo INCRA, figurando no código 09 do item 05 do formulário para seleção de candidatos aos assentamentos, o que legitimava e institucionalizava a ocupação e, em seguida, a construção

de acampamentos como forma de reivindicar a desapropriação e redistribuição das terras³⁵. Portanto, entre 1988 e 1993, não existiam os mecanismos legais para as desapropriações (COLETTI, 2005, p. 117-132; SIGAUD, 2004, p. 18).

Todos esses eventos foram redesenhando o confronto político em torno da reforma agrária, que voltava a conter algumas características importantes que conformavam o confronto no pré-64. A abertura política possibilitou que alguns repertórios, como as ocupações de terra, voltassem a ser empregados como meio de se reivindicar a reforma agrária ou, mais especificamente, a distribuição das terras. O regime militar, com rachas em sua composição, não contava mais com as mesmas condições políticas para investir numa nova rodada repressiva capaz de por fim às mobilizações dos trabalhadores rurais e assumir o controle absoluto do confronto – o que não significa dizer que a repressão cessou.

A intensificação das mobilizações e os acenos tímidos que alguns governos deram às reivindicações dos trabalhadores no período da redemocratização forçaram os atores a assumirem mais claramente as suas posições políticas dentro do confronto: aqueles que eram a favor de uma mudança profunda da estrutura fundiária brasileira e aqueles que defendiam a sua conservação. Com as eleições de 1982, governos facilitadores, como o de Brizola no Rio de Janeiro, passaram a contribuir com o avanço da reforma agrária. Apesar da insatisfação dos desafiantes em relação ao texto final da CF, as mobilizações que já vinham acontecendo com certa intensidade, continuaram ao término da Assembleia Nacional Constituinte. Em 1988 foram realizadas, de acordo com os dados do DATALUTA, 71 ocupações de terra em todo o Brasil³⁶. Em 1989, ano que houve a eleição presidencial e o V Encontro Nacional do MST, que, segundo Stédile, foi o encontro mais marcante por conta da esperança que se depositou na candidatura do Lula (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 53), o número de ocupações aumentou para 86.

As organizações que defendiam a bandeira da reforma agrária voltaram a afirmar que a estrutura fundiária brasileira só seria profundamente transformada a partir da ação direta dos trabalhadores rurais. Tratava-se não mais de pedir, nem de esperar passivamente, mas de exigir por meio de ações como as ocupações, não significando, com isso, uma recusa em influenciar as políticas governamentais. As audiências que foram realizadas entre os desafiantes e as autoridades demonstram como as organizações defensoras da reforma agrária

³⁵ É importante ressaltar que o INCRA não é o único órgão responsável em criar assentamentos. Também existem os Órgãos Estaduais de Terras.

³⁶ Foram excluídas as ocupações de terra computadas pelo DATALUTA que foram realizadas por quilombolas e indígenas.

de caráter distributivo estavam dispostas em dialogar com os governos e influenciar as suas políticas. As próprias contribuições que foram dadas para a elaboração da “proposta” do PNRA e a participação na Constituinte indicam a importância que elas conferiam às ações institucionais. Mas a maioria dos atores favoráveis à reforma agrária sabia que esta não seria realizada sem a mobilização dos trabalhadores rurais. Por isso, o MST, organização que mais terras ocupou na década de 1980 e que continuaria mobilizando um grande número de pessoas nas décadas seguintes, afirmou, através de sua palavra de ordem definida em seu V Encontro, que era necessário “Ocupar, resistir e produzir”.

2.6. Síntese do Capítulo

Os eventos e os casos de ocupação de terra expostos acima não representam a totalidade das ações relacionadas ao confronto político em torno da reforma agrária, como fica explícito em diversas partes do texto. Houve uma quantidade de encontros, congressos e reuniões muito maior da que foi mencionada no capítulo; a capilaridade que os defensores da reforma agrária conseguiram atingir passou ao largo dos poucos estados que foram citados; e os embates que se travaram entre, por exemplo, o Executivo Federal e o Legislativo no pré-64, e os desafiantes e os oponentes nos processos de elaboração do PNRA e da CF, foram demasiadamente mais complexos do que se o texto deixou transparecer. Densas pesquisas se detiveram apenas em um destes eventos – muitas das quais serviram como fonte. Além das ocupações que foram abordadas, existiram várias outras. Porém seria impossível tratar de cada uma das 157 que foram empreendidas apenas nos anos 1988 e 1989. Mas, apesar das ocupações comportarem variações de acordo com as conjunturas específicas (MACEDO, 2005), acredita-se ser possível apontar, a partir dos eventos acima e de outros que ainda não foram mencionados, algumas das condições sociais que são fundamentais para a decorrência das ocupações de terra no Brasil.

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que as ocupações de terra relacionadas ao confronto político em torno da reforma agrária só passaram a ser regularmente empreendidas quando se popularizou certas concepções de reforma agrária. Estas concepções, que foram elaboradas, principalmente, pelas chamadas organizações camponesas ou de trabalhadores rurais, fundamentavam-se em algumas características comuns, sendo elas: (1) o principal objetivo destas concepções de reforma agrária seria promover a profunda transformação da estrutura fundiária brasileira, de modo a democratizar o acesso à terra para quem nela quisesse trabalhar; (2) a reforma agrária só seria realizada a partir da ação direta dos camponeses (ou

trabalhadores rurais) com o apoio de outros atores; (3) o Estado, por ser o detentor do monopólio da desapropriação e redistribuição legal das terras, deveria participar ativamente da efetivação da reforma agrária – mostrando, como afirmou José de Souza Martins, que a luta pela reforma agrária no Brasil sempre foi marcada por um intenso legalismo (MARTINS, 2011).

As ocupações eram construídas e disseminadas através de redes de relações, por onde circulavam diversas informações. A imprensa – aqui representada pelos periódicos *Terra Livre* e o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* – cumpriu um papel fundamental para a difusão desse repertório de ação. Nas falas das pessoas que se engajaram no acampamento do Imbé fica claro como o jornal *Terra Livre*, ao divulgar as notícias que as terras ocupadas seriam distribuídas, contribuiu para que a ocupação se fortalecesse. Este caso é bastante emblemático, pois, como mais pessoas passaram a reivindicar terra após a divulgação destas notícias, a área do Imbé deixou de ser suficiente, o que acabou gerando mais ocupações. Porém, os jornais não seriam distribuídos e as notícias não circulariam se não houvesse redes de relações formais (como as organizações) e informais (como as de amizade) – que muitas vezes se confundem. Estas redes são recursos fundamentais para que haja mobilizações. Nos diferentes casos, foi através delas que as pessoas se informaram a respeito das reuniões de preparação para as ocupações; que as autoridades políticas foram chamadas para intervir nos conflitos, abrindo um canal de interlocução com o Estado; que os casos de sucesso foram divulgados; que as concepções de reforma agrária expostas acima foram conhecidas e reconhecidas³⁷.

Os encontros, congressos e reuniões também foram importantes para se forjar estas redes de relações que, como bem notou John Comerford (1999), ultrapassam as estruturas formais das organizações. Cerca de 1.600 delegados que participaram do Congresso Nacional Camponês, em 1961, foram para as suas cidades, pelo menos, com algumas informações sobre a reforma agrária radical. Os aproximadamente 4.000 delegados que participaram do IV Congresso da CONTAG, em 1985, viram o lançamento da “proposta” do PNRA e, provavelmente, conversaram sobre isso com os seus parentes, amigos e colegas de trabalho. Aqueles que foram para o V Encontro Nacional do MST, em 1989, voltaram com a palavra de ordem “Ocupar, resistir, produzir” na cabeça.

³⁷ Charles Tilly e Sidney Tarrow consideram a popularização da imprensa escrita – livros e jornais – como um dos principais fatores para a transformação dos repertórios que deixam de ser “tradicionais” para serem “modernos” (TARROW, 2011, p. 58-60). Eles também ressaltam a importância das redes de relações formais e informais para constituição e disseminação dos repertórios (TARROW, 2011, p. 64-67).

No entanto, as orientações que foram sintetizadas na bandeira da reforma agrária e as redes de relações que foram tecidas resultaram na intensificação das ocupações de terra porque, tanto no pré-64 quanto no período de redemocratização, existiam ambientes que favoreciam o emprego deste repertório. Além disso, faz-se necessário dizer que as organizações que realizavam as ocupações tiveram a perspicácia de perceber que, nos dois momentos, havia oportunidades políticas para agir. Os grupos defensores da reforma agrária que se conformaram dentro dos diferentes governos estaduais e federais foram cruciais para o êxito das ocupações. A atuação de autoridades políticas como Paulo Schmidt, João Pinheiro Neto, José Gomes da Silva, João Caruso, João Goulart, Leonel Brizola, entre tantas outras, foram decisivas para que diversos casos de conflito pendessem para os interesses dos desafiantes. Quando o IGRA, a SUPRA ou o INCRA desapropriavam e redistribuíam uma terra, conferia-se legitimidade à ocupação, que passava a ser vista como um repertório de ação eficaz. À medida que as notícias sobre as desapropriações iam se espalhando, mais pessoas iam se incorporando às ações e mais ocupações iam surgindo, deixando claro que os diferentes atores individuais e coletivos avaliavam, segundo suas expectativas, que, naquele ambiente, o investimento necessário para se conquistar um pedaço de terra por meio das ocupações valia a pena³⁸.

Quando governos repressores estavam à frente do processo, como no caso do Imbé ou da Encruzilhada Natalino, o apoio de outros atores aos desafiantes também foi determinante. Na ocupação do Imbé, o auxílio dado pelo Sindicato dos Ferroviários, que desencadeou uma greve, parando a importante linha da Leopoldina, forçou o governador Badger da Silveira a retroceder em suas ações repressivas e assentar aqueles que reivindicavam as terras. Neste caso, os desafiantes ainda puderam contar com o apoio do governo facilitador de João Goulart. Mas na ocupação da Encruzilhada, os governos estadual e federal não estavam dispostos a atender as demandas dos acampados. Chegou a haver uma intervenção ainda mais repressiva do governo federal. Se não fosse o apoio da Igreja Católica, através de entidades como a CNBB, os acampados não sairiam vitoriosos. O fato da Igreja se posicionar a favor dos desafiantes demonstra, inclusive, como existiam fissuras no interior do regime militar,

³⁸ Como apontou Sigaud, baseando-se em relatos colhidos no trabalho de campo realizado na Zona da Mata Pernambucana na década de 1990: “Alguns dos que participaram daquela ocupação [em Rio Formoso, PE] contam que no início poucos iam às reuniões preparatórias. Desconfiavam do que lhes era dito e temiam o que pudesse vir a lhes acontecer. Progressivamente o grupo foi aumentando [...] Quando, a partir de 1993, o INCRA começou a desapropriar terras ocupadas, a crença ganhou força e solidez e as pessoas passaram a ter menos medo e menos dúvidas a respeito da pertinência de entrar nas terras dos patrões” (SIGAUD, 2004, p. 18).

que disponibilizaram aliados poderosos (como o alto clero da Igreja Católica) e diminuíram a capacidade repressora do Estado.

Por fim, nota-se como a situação de penúria das pessoas apresentava-se como uma condição social central para que elas se engajassem nas ocupações. Esta situação relacionava-se, por um lado, às transformações das relações no campo, que expulsavam, por diferentes motivos e de diversas formas³⁹, os camponeses de suas áreas de trabalho e moradia, e, por outro, à falta de oportunidades para a reprodução social dos trabalhadores nas cidades. No caso da Fazenda Sarandi, de acordo com o Calixto, o *povo estava muito sofrido*, referindo-se as dificuldades materiais pelas quais passava parte da população do município de Nonoai. No caso do Imbé, o primeiro grupo que participou da ocupação encontrava-se desempregado e, ainda por cima, estava sendo expulso pelos usineiros das terras onde morava e trabalhava. Além disso, a chegada ao estado do Rio de Janeiro de famílias oriundas do Espírito Santo e de Minas Gerais, vítima de secas e da falência de núcleos cafeeiros nessas regiões, também contribuiu para o processo de mobilização na área rural. (MACEDO, 2010, p. 184). No caso da Fazenda Macali, diversas famílias que foram expulsas da reserva indígena de Nonoai ficaram em situação de miséria. Josefina, que estava em dúvida em participar da ocupação no dia 7 de setembro, relatou a Marcelo Rosa (2010, p. 99): “Daí, eu pensei um pouco e disse: ‘Mais sofrido que nós estamos não é possível. Porque também se eles matarem [a gente] é um descanso na vida, porque chega de nós sofrermos com essas crianças’”. Estas situações acabavam por gerar um contingente disposto a se inserir nesse confronto político em busca de um pedaço de terra.

³⁹ Para saber mais sobre o assunto, ver Palmeira (1989).

3. A RELAÇÃO ENTRE A REDUÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE TERRA E AS MUDANÇAS NO CONFRONTO EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA

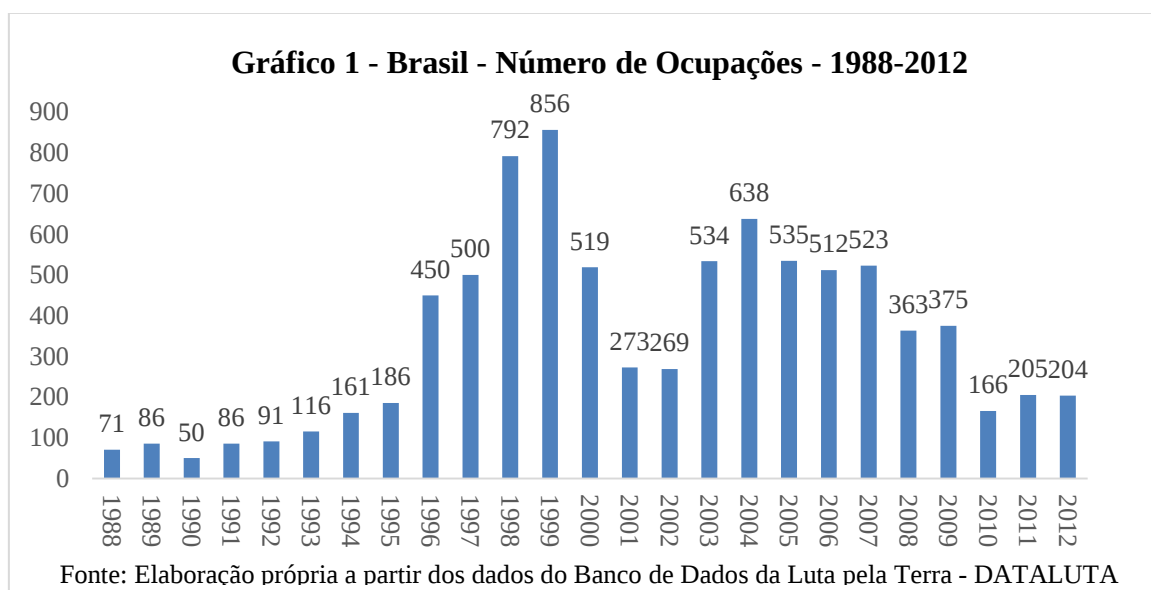
Desde o final dos anos 1970, houve uma tendência ao crescimento do número de ocupações de terra no Brasil. Porém, esse processo de crescimento, que alcançou seu ápice em 1999, quando se atingiu a marca de 856 ocupações, inverteu-se nos três anos subsequentes, quando houve uma queda vertiginosa – 519 em 2000, 273 em 2001 e 269 em 2002. Apesar de ter havido uma rápida retomada do crescimento nos anos seguintes, quando foram realizadas 534 ocupações em 2003 e 638 em 2004, a partir de 2005 a tendência se inverteu, de acordo com os dados do DATALUTA. Em 2005, foram realizadas 103 ocupações a menos que no ano anterior. Já em 2010, quando se alcançou o auge da redução, foram realizadas 166 ações, ou seja, 472 a menos que no ano de 2004. Ao todo, ocorreram, em todo Brasil, 8.561 ocupações ao longo dos 24 anos (ver Gráfico 1).

O MST foi a organização que mais promoveu ocupações de terra neste período, respondendo por 3.844 ações (45% do total), o que demonstra a sua importância para a popularização e disseminação deste repertório. Mas é interessante notar que a popularização do próprio MST está estreitamente ligada à quantidade de ocupações que ele realizou, sobretudo, na segunda metade dos anos 1990. O número de editoriais de alguns dos maiores jornais do Brasil (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*) dedicados ao Movimento, que são bem mais numerosos do que os editoriais dedicados a CUT ou a CONTAG, acompanhou o número de ocupações de terra e de criação de assentamentos (COMPARATO, 2001, p. 110). É claro que outros acontecimentos também contribuíram para a popularização do Movimento, como, por exemplo, o Massacre de Corumbiara, em agosto de 1995, o Massacre de Eldorado dos Carajás, em abril de 1996, e a Marcha a Brasília, em 1997. Entretanto, os dois massacres aconteceram em resposta às ações dos sem-terra, e a marcha em resposta aos massacres. Em outras palavras, se o MST não tivesse intensificado as ocupações, provavelmente ele não experimentaria a repressão brutal do Estado em articulação com os agentes privados.

A CONTAG, por exemplo, optou por priorizar ações mais institucionais e mais próximas do governo em detrimento das ocupações (COLETTI, 2005, p. 19), ou seja, um padrão onde primou a cooperação diante do conflito como foi habitual em boa parte dos movimentos sociais brasileiros a partir dos anos 1990 (BRINGEL, 2014). Além disso, optou por focar nas lutas salariais em detrimento das lutas por distribuição de terra, mas com a crise da produção agrícola (como no caso do Nordeste) e a intensificação da mecanização (como no

caso de São Paulo), que contribuíram para provocar altas taxas de desemprego nos anos 1990, houve um enfraquecimento das campanhas salariais e de repertórios de ação como a greve. A diferença entre as orientações destas duas organizações levou o MST a progressivamente se impor como o porta-voz da demanda por reforma agrária e a ser reconhecido como a organização de trabalhadores rurais mais importante do Brasil (MEDEIROS, 2005b, p. 112-115).

Portanto, para compreender as dinâmicas das ocupações é necessário compreender as orientações políticas desta organização. Mas, como foi visto, as orientações políticas não são as únicas condições sociais a influir no emprego ou não deste repertório de ação. A existência de estruturas de oportunidades, de governos facilitadores ou repressores e de um contingente de pessoas dispostas a se engajar nas ações são outras condições fundamentais. Neste capítulo, serão traçadas algumas relações entre o aumento/redução do número de ocupações e as condições elencadas no segundo capítulo.



3.1. Reforma Agrária Popular: reestabelecendo as bases do confronto político

Ao longo de duas décadas (1984-2004), o MST estabeleceu o latifúndio como o principal problema a ser enfrentado no campo. Este representava o monopólio e a subutilização da terra e de outros recursos naturais, como a água (JTST, abril de 1988, p. 12); simbolizava a violência perpetrada contra trabalhadores, agentes pastorais, advogados e lideranças sindicais que se posicionavam a favor da reforma agrária (JTST, junho de 1986, p. 7); significava a injustiça e a imoralidade por impor aos trabalhadores rurais a impossibilidade

de usufruir da terra para dela retirar o próprio sustento (JTST, maio de 1988, p. 14). Portanto, o latifúndio – sempre relacionado à improdutividade – deveria ser o foco das ocupações, das desapropriações e redistribuições (SILVA, 2013, p. 102).

Em seu II Congresso, realizado em maio de 1990, com a participação de 5.000 delegados e autoridades políticas, como o, na época, deputado Lula, o MST reiterou a necessidade de manter as ocupações como forma de realizar a reforma agrária de caráter distributivo. O desenvolvimento da produção nos assentamentos também passou a ser uma preocupação do Movimento, até para resistir à repressão desencadeada pelo governo Collor.

Neste período, as secretarias estaduais do MST foram invadidas pela Polícia Federal, processos judiciais foram instalados e pedidos de prisão foram encaminhados contra os seus militantes. Segundo Stédile, “Collor estava determinado a acabar com o MST”. Em certa medida, estas ações repressivas, assim como a recusa em criar novos assentamentos e atender as reivindicações das organizações que lutavam pela reforma agrária, explicam a pequena redução do número de ocupações que houve em 1990, ano que foram empreendidas 50 ações. Em 1993, quando Itamar Franco assumiu a presidência, a interlocução entre o governo e as organizações de trabalhadores rurais, que se dava através do Ministério do Trabalho, cujo ministro era Walter Borelli, aumentou consideravelmente, junto com o número de ocupações, que passou para 116 (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 54-70).

No III Congresso, realizado em Brasília entre os dias 24 e 27 de julho de 1995, com a participação de cerca de 5.000 delegados advindos de 22 estados, a transformação profunda da estrutura fundiária continuou sendo o objetivo principal. No último dia do Congresso, 28 militantes do MST participaram de uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, que aceitou recebê-los. Dos 42 pontos que constavam na carta de reivindicações, o primeiro era “Desapropriar os maiores latifúndios de cada estado”; o segundo era “Cobrar em terras as dívidas dos latifundiários e usineiros que tem aval do tesouro, destinando-as para a Reforma Agrária”; e o terceiro era “Cobrar imediatamente em terras, as dívidas dos 1.276 maiores devedores inadimplentes do Banco do Brasil e destinar estas terras para Reforma Agrária”. Como é possível perceber, as principais reivindicações (continuando assim até o décimo ponto) diziam respeito à desapropriação e redistribuição das grandes propriedades rurais (JTST, agosto de 1995, p. 5).

Num texto escrito por José Paulo Bisol para a edição de agosto de 1995 do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, o ex-senador e desembargador, que participou do III Congresso, declarou que o ato de ocupar os latifúndios era justo e necessário para fazer avançar a reforma

agrária, demonstrando como havia, por parte dos editores do periódico, uma preocupação em legitimar a ocupação destas propriedades rurais (JTST, agosto de 1995, p. 6).

Na última página da mesma edição foram publicados os princípios aprovados no Congresso. Em relação ao “Programa da Reforma Agrária”, o primeiro ponto era “Modificar a estrutura da propriedade da terra” e o segundo era “Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade” (JTST, agosto de 1995, p. 15). No editorial de novembro, o periódico enfatizou que os principais inimigos do Movimento eram os latifúndios (JTST, novembro de 1995, p. 2), deixando claro, tanto nos princípios quanto no editorial, que a concepção de reforma agrária defendida pelo MST estabelecia como principal objetivo a democratização do acesso à terra.

No IV Congresso, realizado em agosto de 2000, com a participação de aproximadamente 11 mil delegados e autoridades políticas, vindos de 23 estados, não foi diferente. Isto fica claro já na palavra de ordem escolhida pelos militantes do Movimento: “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”. Outros documentos públicos do MST, como a cartilha elaborada para o Congresso, apontavam a mudança da estrutura fundiária brasileira como o objetivo que deveria ser priorizado. A primeira questão abordada na cartilha era “A luta contra o monopólio da terra no Brasil” (JTST, julho de 2000, p. 10).

No entanto, o foco na questão fundiária não significou uma abdicação a outras pautas, como a luta por direitos à comida, educação, saúde, cultura, informação, entre outros. O MST foi ao longo dos anos incorporando outras agendas nacionais e internacionais – processo que Breno Bringel (2014) chamou de *demandas aglutinadoras*. A partir da segunda metade dos anos 1990 e início dos anos 2000, o Movimento, em consonância com o ciclo de mobilizações “antiglobalização” que irrompeu no cenário mundial, intensificou suas ações contra o chamado “modelo neoliberal” (JTST, fevereiro de 2001, p. 1).

Entretanto, foi por volta de 2004 que a pauta do MST começou a mudar consideravelmente, com a redefinição do principal problema a ser enfrentado e dos adversários a serem combatidos. O principal problema deixou a ser o monopólio da terra, representado pela figura do latifúndio, e passou a ser o modelo agrícola chamado de agronegócio. As multinacionais, como a Monsanto, Bunge, Cargill, além de outras se transformaram, junto com os grandes proprietários de terra, nos principais adversários do Movimento (BRINGEL, 2014). Nesta nova configuração, a disputa fundamental deixou de ser entre os (desafiantes) que defendiam uma reforma agrária distributivista e os (oponentes) que defendiam a conservação da estrutura fundiária brasileira, e passou a ser entre os defensores

de um novo modelo agrícola (representado pela agricultura camponesa) e os defensores da conservação do modelo hegemônico (representado pelo agronegócio).

Esta nova contraposição, que passou a estabelecer as bases do confronto em torno da reforma agrária, foi apresentada no editorial do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, publicado na edição de junho de 2004. Já no título – “Por uma agricultura saudável, sustentável e camponesa” – se expunha a nova prioridade do MST. De acordo com o texto:

A agricultura brasileira vive um processo de disputa de projetos sobre o seu futuro. De um lado o chamado agronegócio, casamento da típica agricultura capitalista, baseada em investidores que moram na cidade e que contratam assalariados para cultivarem a terra de forma mecanizada, através do uso intensivo de agrotóxicos, organizando a produção na forma de monocultura. O pior é que a maior parte dos seus cultivos, como soja, cana, café, laranja e pecuária se destinam à exportação [...] De outro lado, temos a proposta de um modelo de agricultura camponesa. Ela é baseada no trabalho familiar e cooperativo, que direciona sua produção para alimentos saudáveis, praticando a policultura, não usando agrotóxicos ou transgênicos e produzindo para o mercado interno (JTST, junho de 2004, p. 2).

No VI Congresso, realizado em fevereiro de 2014, com a participação de aproximadamente 16 mil delegados, esta nova orientação se consolidou, com o lançamento da *reforma agrária popular*. Neste encontro, a transformação do modelo agrícola foi reafirmada como o principal objetivo. Na carta publicada antes do Congresso para apresentar as novas propostas, a necessidade “de alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano e natureza” aparece como questão central. A transformação da estrutura fundiária é mencionada apenas como uma medida necessária para se alcançar os objetivos gerais, que são: eliminar a pobreza no meio rural; combater a desigualdade social e a degradação da natureza; garantir o trabalho a todas as pessoas, combinando com distribuição de renda; garantir a soberania alimentar, produzindo alimentos de qualidade e desenvolvendo os mercados locais; garantir condições de participação igualitária das mulheres que vivem no campo; preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural; e, por último, garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas (MST, 2009). Percebe-se, a partir dos pontos abordados na carta, que acabar com o latifúndio através da distribuição de terra deixou de ser a prioridade.

Para João Paulo Rodrigues e João Pedro Stédile, a mudança do objetivo se deve à impossibilidade de haver um grande processo de distribuição de terra dentro da nova fase do capitalismo, dirigido pelo capital financeiro e responsável pela implementação do modelo do agronegócio no campo (RODRIGUES, 2014; STÉDILE, 2014b). Para Gerson Teixeira, atual

presidente da ABRA, a mudança está ligada à relação de aliança entre MST e PT. O Movimento estaria reposicionando o nível das lutas pela terra para evitar conflitos com o governo encabeçado pelo PT, mas composto “por forças muito conservadoras”. O PT, por sua vez, temeroso em prejudicar a governabilidade, estaria sendo pouco diligente com a questão da democratização da terra (TEIXEIRA, 2014).

Mas independente dos motivos que causaram as mudanças nas orientações do Movimento, pode-se afirmar que tais mudanças influenciaram na alteração do repertório, pois, segundo o próprio Stédile, a “forma de luta, de ocupar terras, de fazer machas, era apropriada para enfrentar e derrotar o latifúndio. Era suficiente como tática de luta para conquistar a terra” (STÉDILE, 2014a). Houve, portanto, uma negociação entre as três dimensões (objetivos, meios e ambiente) do sistema de ação. Na avaliação dos atores, a democratização do acesso à terra, que era o principal objetivo, deixou de ser adequado ao ambiente político, gerando, assim, a necessidade de se alterar o meio para alcançar o novo objetivo.

3.2. A hegemonia do agronegócio

Em 1999 uma crise de liquidez internacional afetou a economia brasileira, provocando enorme fuga de capitais e forçando a mudança do regime cambial. Os governos FHC e Lula, procurando dar uma solução ao problema, recorreram aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) em três sucessivas operações de socorro, nos anos de 1999, 2001 e 2003. Além disso, alterou-se a partir do segundo mandato de FHC a política econômica para buscar gerar saldos através do comércio exterior, com o intuito de suprir o déficit da Conta Corrente. Neste contexto de crise econômica, os setores primário-exportadores foram escalados para gerar este saldo comercial. Deste modo, a agricultura capitalista, que passou a ser denominada de agronegócio, voltou às prioridades da agenda política macroeconômica externa e da política agrícola interna (DELGADO, 2012, p. 93).

Importante destacar que, sobretudo, a partir do governo Collor começou a ser efetivado no Brasil um projeto neoliberal, que seria aprofundado no primeiro mandato de FHC. Neste período, diversas políticas que favoreciam os grandes empresários do setor agroindustrial foram desfiguradas. Os créditos concedidos a este setor foi reduzido consideravelmente e as políticas de garantia de preços mínimos foram desmanteladas. Além da diminuição dos gastos governamentais com a agricultura, decorrente dos ajustes fiscais impostos pelo FMI à economia brasileira, houve a abertura do mercado interno aos produtos

internacionais iniciada no governo Collor. Mais tarde, a partir de 1994, com o Plano Real do governo Itamar, houve a sobrevalorização cambial. Todas estas medidas foram extremamente prejudiciais para as atividades econômicas agrícolas. Os resultados para os médios e grandes proprietários rurais foram: menor lucratividade, redução do valor de suas terras, aumento do endividamento e, portanto, aumento da transferência de renda do setor agrícola para o sistema financeiro, demonstrando como este setor não desfrutava de tanta influência no interior destes governos e não contava com os mesmos privilégios da época do regime militar (COLETTI, 2005, p. 157-164).

No segundo mandato do FHC, como resposta à crise de liquidez internacional, iniciou-se o lançamento do agronegócio a partir de algumas iniciativas, como (1) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, visando a construção de corredores comerciais para o setor; (2) um direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária, através, principalmente, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), para operar em sincronia com empresas multinacionais na produção de insumos agrícolas; (3) uma regulação frouxa do mercado de terras, deixando fora do controle público as terras devolutas, as que declaradamente não cumpriam a função social, além das produtivas; (4) a mudança da política cambial, eliminando a sobrevalorização do real, de modo a tornar o agronegócio mais competitivo no comércio internacional; e (5) a reativação das políticas de concessão de crédito rural nos Planos de Safra. Nota-se que, por um lado, o Estado passou a ser mais presente na regulação da cadeia produtiva agroindustrial, e, por outro, passou a ser mais ausente no que diz respeito à regulação do mercado de terras e das garantias sociais da Constituição Federal de 1988 (DELGADO, 2010, p. 113-114).

Portanto, o agronegócio se constitui através de um pacto de economia política entre o grande capital agroindustrial, a grande propriedade fundiária e o Estado, cumprindo este último, um papel fundamental (DELGADO, 2012, p. 94). Como ressalta Beatriz Heredia, Sérgio Leite e Moacir Palmeira (2010, p. 165), apesar das diversas definições conceituais existentes em torno do agronegócio, é possível constatar através da bibliografia especializada no assunto e das visitas realizadas pelos pesquisadores às áreas de campo “os enormes investimentos que põem em evidência o fato de que não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam a sua origem mas também sua expansão”⁴⁰.

⁴⁰ Uma lista de medidas tomadas por diferentes governos para consolidar e fortalecer o agronegócio pode ser vista em Teixeira (2013).

As políticas de investimento no agronegócio, que começaram no segundo mandato de FHC e se aprofundaram nos dois governos Lula e no governo Dilma, encontraram, sobretudo, entre 2000 e 2010, um comércio mundial muito favorável a algumas *commodities* (soja, milho, açúcar-álcool, carnes bovinas e de aves, celulose de madeira), que juntamente com os produtos mineiras, passaram a dominar a pauta das exportações brasileiras no período. Em pouco mais de uma década, o país quadruplicou o valor médio anual das exportações, que passou de 50 bilhões de dólares no período de 1995/99 para cerca de 200 bilhões no final da década de 2000; e os produtos básicos, que pularam de 25% da pauta para 45% em 2010, foram os grandes responsáveis pelo crescimento acentuado das exportações. Somando-se ainda os “semimanufaturados”, que correspondem na verdade a uma pauta exportadora das cadeias agroindustriais e minerais, percebe-se que esse conjunto de exportações primárias (básicos + semielaborados) evoluiu de 44% no período 1995/99 para 54,3% no triênio 2008/10, enquanto que as exportações de manufaturados envolveram no mesmo período de 56% para 43,4% da pauta (DELGADO, 2012, p. 95).

O pacto que conforma o agronegócio fez com que os grandes proprietários rurais e as grandes empresas com investimentos nas cadeias agroindustriais se tornassem uma base importante de sustentação político-econômica de todos os governos federais a partir do segundo mandato de FHC, mais especificamente a partir do ano 2000, gerando um reflexo imediato no confronto em torno da reforma agrária. O princípio da função social foi ignorado por estes governos e a luta pela transformação da estrutura fundiária se enfraqueceu.

Como enfatizou Guilherme Delgado:

A política agrária brasileira, assim entendida nos termos dos artigos 184 a 191 da Constituição Federal (Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária) [...] revela-se, há pelo menos três governos (FHC II, Lula I e Lula II), completamente caudatária da economia do agronegócio e de sua estratégia de expansão das exportações primárias. A exportação de “commodities” a qualquer custo [...] transformou a política agrária brasileira em peça acessória da política econômica. Essa metamorfose, combinado com as estratégias privadas de expansão das cadeias agroindustriais para o setor externo (soja, milho, carnes, açúcar, álcool, pasta de celulose, café, etc.), converte-se em argumento retórico oficial para legitimar a acumulação de capital na economia do agronegócio. Nessa operação subliminar de legitimação do agronegócio, fica implicitamente dispensada ou relegada ao segundo plano a legitimidade da política agrária segundo seu ordenamento constitucional, qual seja o de regular a agricultura capitalista conforme o princípio da função social e ambiental de terra (Art. 186 – CF) (DELGADO, 2011, p. 31-32).

Em outras palavras, as diferentes ações que foram empregadas por estes governos para construir a hegemonia do agronegócio são antagônicas às políticas que buscam implementar uma reforma agrária de caráter distributivo. A recusa em atender as reivindicações de democratização do acesso à terra através de repertórios como as ocupações de grandes propriedades rurais foi uma das iniciativas mais explícitas a favor do agronegócio.

Se FHC estava disposto a desapropriar e redistribuir terras até o final dos anos 1990, nos anos 2000 isso mudou completamente. Em seu primeiro mandato e início do segundo, ele apostou que conseguiria amenizar os conflitos por terra no Brasil através de uma ampla política de assentamentos – inclusive para enfraquecer as organizações que defendiam a reforma agrária, sobretudo, o MST. O objetivo, portanto, era assentar 40 mil famílias em 1995, 60 mil em 1996, 80 mil em 1997 e 100 mil em 1998, totalizando, ao final de quatro anos, 280 mil famílias (COMPARATO, 2001, p. 107-108). A ideia era desmobilizar a massa de pessoas que estavam no grau de influência das organizações por meio do atendimento de suas demandas, mas as autoridades do governo não esperavam que a política de criação de assentamentos rurais geraria mais demanda por terra, ao invés de diminuí-la.

Desta maneira, no momento que o setor primário-exportador foi escalado para gerar o saldo comercial, o governo FHC, percebendo a dinâmica das ocupações, passou a reprimi-las. Uma das primeiras providências para combater as organizações que adotavam este repertório foi restringir as verbas públicas destinadas aos assentamentos rurais, abalando a eficácia das ocupações como meio de reivindicar a distribuição das terras e, ao mesmo tempo, incrementar as verbas destinadas à “reforma agrária de mercado”⁴¹ (ver Tabela 1).

Percebe-se, com base nos dados apresentados na Tabela 1, que, a partir de 1999, houve uma queda considerável no orçamento destinado às políticas relativas à criação de assentamentos rurais. Enquanto que no ano de 1998 foram executados um pouco mais de R\$ 2 bilhões, em 1999 foram executados cerca de R\$ 1,2 bilhão. Mas esta queda atingiu seu ápice em 2000, quando os recursos executados não atingiram a casa do bilhão. O índice do valor executado caiu de 73, em 1999, para 58, em 2000, portanto, para menos da metade do valor

⁴¹ A chamada “reforma agrária de mercado” é implementada no Brasil através de três programas do governo federal, que contam com o financiamento do Banco Mundial. São eles: o Banco da Terra, a Cédula da Terra e o Programa de Combate à Pobreza Rural. O que há em comum entre estes três programas é que eles têm como principal objetivo financiar a compra de terras para trabalhadores rurais sem terras ou possuidores de terras insuficientes para prover o sustento da família. Deste modo, diferentemente das desapropriações por interesse social, a obtenção das terras se dá através da negociação meramente comercial entre os trabalhadores rurais (comprador) e os grandes proprietários (vendedor). Estas políticas de “reforma agrária” operam, portanto, dentro da lógica do mercado, e, por isso, são chamadas de “reforma agrária de mercado”. Para saber mais, ver Medeiros (2005a) e Sabbato (2005).

executado em 1998. Além disso, os dados da tabela indicam na coluna do “crédito fundiário” que, a partir de 2000, boa parte dos recursos (25% em 2000, 35,5% em 2001 e 32% em 2002) foi destinada à chamada “reforma agrária de mercado”.

Tabela 1 - Orçamento da "reforma agrária" - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - 1995-2002

(valores a preços constantes de 2002, em R\$ mil)

Ano	Valor Autorizado	Valor Executado	Valor Executado em n° índice	Percentual Executado	Crédito Fundiário* Embutido no Valor Executado	% do Crédito Fundiário sobre o Valor Executado
1995	1.822.578,54	1.671.493,91	100	91,70%		
1996	479.104,90	1.282.724,92	77	267,70%		
1997	2.011.335,60	1.861.472,31	111	92,50%		
1998	2.352.025,83	2.000.938,32	120	85%		
1999	1.167.916,52	1.227.742,62	73	105,10%		
2000	1.253.334,87	974.569,47	58	77,50%	244.018,43	25%
2001	1.392.839,96	1.153.865,94	69	82,80%	409.193,44	35,50%
2002	1.274.612,08	1.089.033,75	65	85,40%	351.739,98	32,30%

Obs: (1) os valores foram deflacionados pelo IPCA/IBGE; (2) essa Tabela exclui os dados referentes aos recursos destinados à agricultura familiar, ao desenvolvimento agroambiental do Estado de Mato Grosso e ao desenvolvimento da Amazônia Legal.

* O "crédito fundiário" refere-se a recursos do Banco da Terra, da Cédula da Terra e do Programa de Combate à Pobreza Rural.

Fonte: SIAF/STN - Banco de dados da assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e PRODASEN.
Elaboração INESC

Com isso, houve um grande arrefecimento na criação de assentamentos que, muito provavelmente, causou um impacto negativo na realização das ocupações. O Gráfico 2 mostra como existe uma associação positiva entre os números de ocupações e assentamentos, o que significa dizer que, no momento que há um decréscimo na criação de assentamentos, espera-se que se reduza o número de ocupações, sendo o contrário verdadeiro.

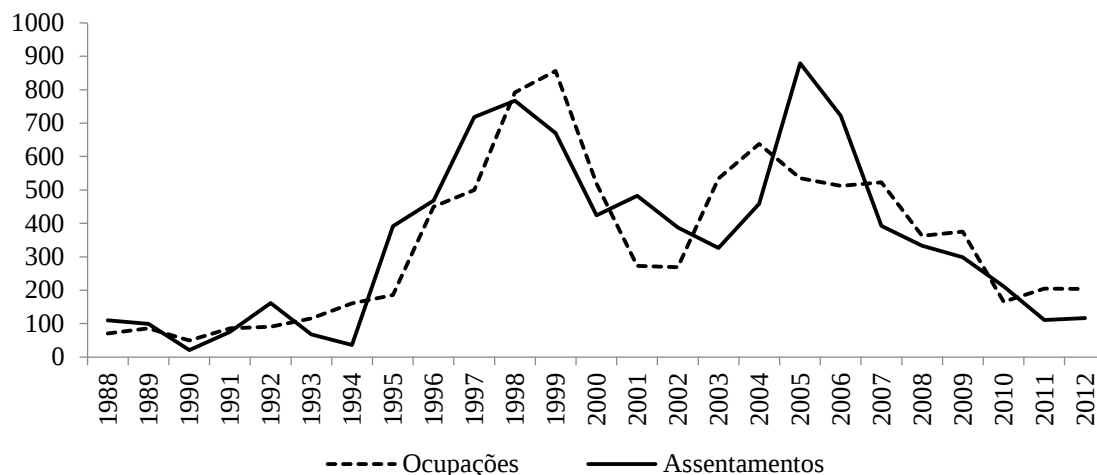
É importante destacar os problemas que os dados sobre assentamentos rurais possuem. Os governos procuram dar respostas aos atores que defendem a democratização do acesso à terra sobrevalorizando os dados, incluindo projetos de assentamento e colonização já existentes, famílias já assentadas, além de regularizações fundiárias. Outra questão que deve ser levada em consideração é que os diferentes tipos de assentamentos – aqueles criados através da “reforma agrária de mercado” e aqueles criados através da desapropriação –

aparecem nos bancos de dados apenas como assentamentos. Se fossem considerados apenas os assentamentos criados a partir da desapropriação das terras, provavelmente, a associação entre assentamentos e ocupações seria ainda mais forte.

Este problema aparece quando se destrincha os dados ao nível de Unidades Federativas e de regiões. Considerando apenas o Norte e o Sudeste do país, a correlação entre estas duas variáveis demonstra ser fraca. Enquanto que 23,2% do total de assentamentos criados no Brasil, entre 1988 e 2012, foram criados no Norte, apenas 9,46% do total de ocupações realizadas no mesmo período ocorreram nesta região. O Sudeste, ao contrário, foi responsável por 26,92% das ocupações e somente 9% dos assentamentos criados no mesmo período. Nas outras regiões, o percentual de assentamentos é mais próximo ao de ocupações. No Sul, foram criados 8,6% dos assentamentos e foram realizadas 12,6% das ocupações. No Nordeste, foram criados 38% dos assentamentos e foram realizadas 45,76% das ocupações e no Centro-Oeste, onde a proximidade entre o percentual de assentamentos e ocupações é maior, foram criados 15,8% dos assentamentos e foram realizadas 13,47% das ocupações.

As diferenças percentuais entre os números de assentamentos e de ocupações no Norte e no Sudeste são de 13,8% e 17,9%. No caso do Norte, esta diferença se deve aos projetos de colonização e as regularizações fundiárias que entram nos bancos como assentamentos. No caso do Sudeste, esta diferença se deve, sobretudo, às 1.448 ocupações empreendidas somente no estado de São Paulo e aos apenas 252 assentamentos criados no mesmo estado.

Interessante notar que das milhares de ocupações feitas em São Paulo, 580 foram realizadas entre 2004 e 2009, período em que estas ações passaram a decrescer no Brasil. Se se excluísse estas 580 ocupações do total de ações empreendidas neste período em todo país, o declínio seria muito maior. O ano de 2004 teria 539 ocupações, ao invés de 638; o de 2005 teria 456, ao invés de 535; o de 2006 teria 405, ao invés de 512; o de 2007 teria 404 ocupações, ao invés de 523; o de 2008 teria 295, ao invés de 363; e o de 2009 teria 267, ao invés de 375. Ou seja, neste período as organizações do estado de São Paulo foram responsáveis por quase 1/5 do total de ocupações. Mas, por outro lado, poucos assentamentos foram criados, se comparado com outros anos e estados. De 1994 a 1999, período de intensa mobilização nacional, foram realizadas 500 ocupações e criados 116 assentamentos no estado. Já de 2004 a 2009, foram empreendidas 580 ocupações e criados 84 assentamentos.

Gráfico 2 - Brasil - Números de Ocupações e de Assentamentos - 1988-2012

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA

Grande parte dos assentamentos do Norte – mais precisamente 47,5% – foi criada nos dois governos Lula. Isto ocorreu porque Lula investiu muito mais na regularização fundiária de terras de posseiros que já viviam na região amazônica do que na desapropriação de terras para a criação de novos assentamentos em outras regiões. O princípio da função social da terra também foi negligenciado pelos dois governos Lula. A opção política de não assentar por meio da desapropriação, mas, principalmente, através da regularização fundiária, gerou, segundo Bernardo Fernandes, um problema para as organizações que mais atuavam por meio das ocupações de terra. O predomínio da criação de assentamentos através da regularização fundiária fez com que o tempo de acampamento das famílias que participavam das ocupações aumentasse enormemente. Sem conquistas, muitas famílias abandonaram os acampamentos, desestimulando outras pessoas a se engajar em novas ocupações (FERNANDES, 2008, p. 81).

Soma-se a isto, o fato da ocupação ser um repertório disruptivo e depender, para ser executado, de um alto nível de comprometimento por parte dos participantes. Sob um ambiente de intensa repressão, torna-se ainda mais difícil manter esse nível de comprometimento por um longo período.

Como afirmou João Paulo Rodrigues:

O que dificulta para o MST fazer luta e aumentar a base social acampada não é o programa social do governo, é a demora em sair terra. Desestimula não só quem está acampado, mas as pessoas em volta, primos, amigos, a família. Como eu vou acampar se não tem perspectiva nenhuma de sair terra? O que dificulta a mobilização, e nisso o governo acertou na mosca, é não desapropriar. Esse é o primeiro componente (RODRIGUES, 2014).

O governo Dilma foi o que menos assentou. Nos dois primeiros anos (2011 e 2012) foram criados 228 assentamentos, superando apenas os dois primeiros anos do governo Collor, quando foram criados 97. Um dos motivos apontados pelo próprio governo para o pequeno volume de assentamentos foi, segundo a matéria da *Carta Capital*, o encarecimento da terra, cujo preço médio do hectare subiu, entre 2001 e 2011, de R\$ 443,00 para R\$ 1.967,00, sem considerar a inflação. Contando com a inflação medida pelo IGP-DI, mais sensível ao dólar, o valor subiu para R\$ 2.012 (BARROCAL, 2013).

Importante lembrar que nos anos 1990 a terra se desvalorizou profundamente. Um estudo realizado pelo Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrou que, no período de 1990 e 1999, o preço das terras de lavoura no Brasil registrou queda real (já descontada a inflação) de 50,3% e o preço das terras de pastagens 60,8%. A desvalorização após o Plano Real foi maior ainda: 56,8% no primeiro caso e 69% no segundo (COLETTI, 2005 p. 164-165). Esta desvalorização levou o ministro da área agrária à época afirmar que a estrutura do latifúndio no Brasil estava finalmente quebrada (LEITE; SAUER, 2012, p. 516).

Já a alta dos preços foi particularmente grande após a crise econômica de 2008, pois empresas estrangeiras, procurando fugir da crise, investiram em terras e empreendimentos agrícolas no país para aproveitar o aquecimento do mercado mundial de *commodities*. De acordo com estudos encomendados pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do MDA, houve um crescimento significativo de investimentos estrangeiros diretos totais no Brasil a parti de 2002 (107% no período de 2002 a 2008, passando de 4,33 para 8,98 bilhões de dólares) (LEITE; SAUER, 2012, p. 511).

Sabe-se que o argumento utilizado pelo governo é razoável, visto que o aumento do preço da terra prejudica a execução das políticas fundiárias, pois, entre outros fatores, fica mais caro desapropriar e indenizar os imóveis para fins de reforma agrária. Entretanto, parte significativa dos investimentos estrangeiros, que são um dos principais responsáveis pela alta do preço, é financiada com recursos públicos, evidenciando a orientação do governo em favorecer os setores que compõem o pacto do agronegócio. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é o maior fornecedor de crédito para o setor sucroalcooleiro para a produção de etanol. Nos anos de 2007 e 2008, o BNDES financiou mais de 50 projetos deste setor, sendo boa parte destinada à compra de equipamentos e à ampliação do parque industrial. Em outras palavras, os próprios governos têm contribuído, via financiamento de investimentos na produção de *commodities*, além de outras ações, para o

aquecimento do mercado de terras, não sendo, portanto, um agente passivo neste arranjo (LEITE; SAUER, 2012, p. 515-516).

Outra questão que tornou a desapropriação para fins de reforma agrária ainda mais cara foi a judicialização dos conflitos por terra. A partir do momento que o governo decreta a desapropriação, os proprietários entram na justiça para contestá-la. Enquanto o Judiciário não autoriza a desapropriação, o governo não pode fazê-la, e, nesse processo, a cada ano que passa incrementa-se 12% sobre o valor do imóvel a título de juros compensatórios (indenização adicional ao preço que o governo precisa pagar pela propriedade). O aumento da indenização ocorre até sair a decisão do juiz (BARROCAL, 2013).

Além de todas as ações elencadas acima, houve um intenso processo de criminalização das organizações de trabalhadores rurais e de repertórios como as ocupações de terra. Uma das providências tomadas por FHC e mantida nos governos Lula e Dilma foi a promulgação da Medida Provisória 2109-52/2001, que proíbe a vistoria, por dois anos, dos imóveis ocupados. Em setembro de 2002, havia 88 propriedades nesta situação, litadas na página do INCRA. FHC também elaborou a Portaria do MDA nº 62, de 27 de março de 2001, que prevê a exclusão dos “beneficiários assentados em Projetos integrantes do Programa de Reforma Agrária” que participam de ocupações de terra (OLIVEIRA, 2001, p. 202-203).

Outros atores, além do Poder Executivo e do Judiciário, são fundamentais para o endurecimento da criminalização das organizações defensoras da reforma agrária e para a consolidação da hegemonia do agronegócio.

Em primeiro lugar, está a Frente Parlamentar da Agropecuária, mais conhecida como Bancada Ruralista. Na legislatura de 2011 a 2015 a Bancada Ruralista contava oficialmente com 161 deputados e 11 senadores, de 18 partidos, advindos de todos os estados do Brasil, com exceção do Amazonas. Porém, adotando-se outros critérios, além da autodeclaração, tais como as votações em plenário e a atuação nas comissões, percebe-se que o número de parlamentares que defendiam os interesses dos setores vinculados ao agronegócio ultrapassava os 200. Isto ocorria porque o objetivo da Bancada Ruralista de *defender a propriedade da terra e a expansão capitalista na agricultura* estava de acordo com os interesses de representantes de setores empresariais que não faziam parte da Frente (FERNANDES; INTINI, 2013, p. 88). A Bancada Ruralista, com a quantidade de membros e com todo o apoio que desfrutava, conforma um dos mais influentes grupos de interesse do Congresso Nacional.

Uma das principais ações da Bancada com claro intuito de criminalizar as organizações de trabalhadores rurais foi a instauração da Comissão Parlamentar Mista de

Inquérito (CPMI) da Reforma Agrária e Urbana, em setembro de 2003. A chamada CPMI da Terra concluiu suas atividades em novembro de 2005 com a rejeição do parecer do relator oficial da Comissão, Deputado João Alfredo (PSOL/CE), e com a aprovação de um voto em separado apresentado pelo Deputado Abelardo Lupion (PFL/PR), integrante da Bancada Ruralista. Um exemplo de como o voto em separado, aprovado por 13 parlamentares, procurava criminalizar as ações das organizações que defendiam a reforma agrária era a recomendação da aprovação de dois projetos de lei para tipificar as condutas de quem ocupa terras como crime hediondo e ato terrorista (SAUER; SOUZA; TUBINO, 2006, p. 41).

Em fevereiro de 2010, foi instaurada outra CPMI, mas agora com o foco no MST. A chamada CPMI do MST, que foi articulada pelos parlamentares da Bancada Ruralista Kátia Abreu (DEM/TO), Ronaldo Caiado (DEM/GO) e Onyx Lorenzoni (DEM/RS), tinha como objetivo formal “apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária”. O objetivo da Comissão era claramente procurar criminalizar as lideranças do MST, além de outros defensores da reforma agrária que atuavam, inclusive, dentro de ministérios, para difamar a imagem do Movimento e para ligá-lo ao PT nas vésperas da eleição presidencial, como forma de prejudicar a candidatura da Dilma Rousseff durante o pleito eleitoral. No dia 17 de julho, o relator da Comissão, Deputado Jilmar Tatto (PT/SP), apresentou o relatório final, no qual frisava a “inexistência de qualquer irregularidade no fato de as entidades [denunciadas pelos idealizadores da CPMI] manterem relações e atenderem público vinculado a movimentos sociais”. Porém, mais uma vez, os membros da Bancada Ruralista, representados pelo Deputado Onyx Lorenzoni, que era o vice-presidente da Comissão, ameaçaram fazer um voto em separado e pedir a prorrogação das atividades da CPMI. A prorrogação foi aprovada até janeiro de 2011, mas nada mais foi votado e debatido durante os meses seguintes (FELIPPE, 2011).

Os grandes meios de comunicação também cumprem um papel fundamental para a criminalização das organizações de trabalhadores rurais e para construção da hegemonia do agronegócio. Um relatório de pesquisa realizado pelo coletivo de comunicação Intervenções sobre a cobertura da imprensa acerca do MST no período da CPMI que se iniciou em fevereiro de 2010 revelou que o Movimento foi mencionado nos meios de comunicação

estudados⁴², na maioria das vezes, relacionado ao tema das eleições (97 inserções). Os meios de comunicação buscaram vincular o MST, visto como um elemento negativo, a candidata do PT nas eleições presidenciais, que, por sua vez, rejeitava este vínculo, afirmando que, caso eleita, não toleraria “ilegalidades” no seu governo. O segundo tema mais abordado foi o Abril Vermelho⁴³ (42 inserções), na maioria das vezes de forma negativa, associando diretamente o MST a ações “violentas” de “destruições” e “invasões” (INTERVOZES, 2011).

Todos os casos que foram mencionados acima, além de vários outros que também poderiam ser citados, revelam o pacto que há entre diferentes atores (Poder Executivo, Judiciário e Legislativo; setores empresariais; grandes proprietários de terra; meios de comunicação, entre outros) para a conformação da hegemonia do agronegócio. O avanço deste modelo produtivo no campo brasileiro vai contra o princípio da função social da terra e, por consequência, contra a realização de uma reforma agrária distributivista. Assim, a ocupação, que era o principal repertório empregado para reivindicar a desapropriação e redistribuição das terras, passou a ser ineficaz sobre um ambiente de intensa repressão.

3.3. A redução do contingente de indivíduos dispostos a ocupar terra

O aumento da pobreza está diretamente vinculado às ocupações de terras, na medida em que gera um contingente de pessoas dispostas a se engajar (e se arriscar) num conflito para tentar “melhorar de vida”. Não é à toa que a situação de penúria causada, muitas vezes, pelo desemprego e pela expropriação dos camponeses de suas terras aparece em estudos como uma condição social que incentiva as pessoas a participarem das ocupações. Nashieli Loera apontou, com base em informações colhidas no campo, como a situação de penúria era uma condição fundamental para gerar este engajamento. Num dos depoimentos, uma das pessoas que estava acampada afirmou que foi “pegar terra por causa da necessidade, da fome” (LOREA, 2006, p. 40); em outro, um dos acampados afirmou que o fato de estar no acampamento para “ganhar terra” representava uma forma de não precisar pedir mais nada para os seus filhos e uma alternativa ao desemprego (LOERA, 2006, p. 48).

Tirando aqueles que só admitem reproduzir suas vidas como trabalhadores rurais e os que se engajam nas ocupações por serem militantes, é difícil – mas não impossível – pensar

⁴² Foram pesquisados, entre 10 de fevereiro e 17 de julho de 2010, a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, a *Veja*, a *Época* e a *Carta Capital*, além dos telejornais *Jornal Nacional*, da Rede Globo, e o *Jornal da Record*.

⁴³ O Abril Vermelho é a jornada anual de lutas promovida pelo MST para lembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás.

que os indivíduos se propõem a enfrentar todas as dificuldades de um acampamento contando com boas ofertas de empregos (bem remunerados e com boas condições de trabalho). Como assinala Luiz Gaiger (1999, p. 86-87), um dos principais motivos para os indivíduos aderirem às mobilizações do MST é o de conceberem o conflito como a melhor forma para resolver seus problemas. Portanto, quando se tem um canal de mobilidade social aberto, o conflito deixa de ser a alternativa mais interessante.

Mas, por outro lado, é importante considerar que, apesar da situação de penúria explicar, em parte, o engajamento das pessoas nas ocupações, a posse de recursos econômicos evita que algumas delas não abandonem os acampamentos. Em outras palavras, aqueles que, por um lado, se engajam com maior facilidade nas ocupações por estarem em situação de penúria *abandonam* com maior facilidade o acampamento por não conseguirem se sustentar sob as duras condições de acampados, e, por outro, aqueles que dificilmente se engajam nas ocupações por desfrutarem de recursos econômicos *se mantem* com maior facilidade nos acampamentos por disporem destes recursos. Como a participação num processo de ocupação costuma ser uma estratégia familiar e não individual, é comum que, enquanto um membro da família fique acampado, outro fique trabalhando. O envio de recursos do membro da família que permanece trabalhando ao membro que fica acampado tornou-se ainda mais importante após a proibição de se entrar e produzir na terra ocupada. Porém, o foco desta pesquisa não é o acampamento, muito menos o processo de abandono de alguns acampados, mas a ocupação enquanto repertório de ação de luta pela reforma agrária.

Neste sentido, vale notar que no mesmo período que o número de ocupações atingiu as suas maiores marcas, isto é, na década de 1990, o nível de desemprego no Brasil bateu seu recorde histórico. Tomando como referência a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo DIEESE e pela SEADE para região metropolitana de São Paulo, a taxa de “desemprego total”⁴⁴ passou de 8,7% em 1989 para 19,3% em 1999. No Distrito Federal, ainda com base na mesma pesquisa, a taxa de desemprego total passou de 15,4% em 1992 para 22,1% em 1999. Em Porto Alegre não foi diferente. Enquanto que em 1993 a taxa era de 12,2%, em 1999 era de 19%. Na capital pernambucana, a taxa era de 22,1% em 1999.

⁴⁴ O *desemprego total* é a soma do *desemprego aberto*, que refere-se àquele trabalhador que não trabalhou na semana anterior à pesquisa, mas que procurou trabalho nos trinta dias anteriores, com o *desemprego oculto*, que podem ser o *desemprego oculto pelo trabalho precário* – referente às pessoas desempregadas que procuram emprego, mas que não entram na taxa de desemprego aberto porque desempenharam algum tipo de atividade descontínua e irregular na semana anterior à pesquisa – ou o *desemprego oculto pelo desalento* – referente aos desempregados que não trabalharam na semana anterior e que, por desânimo, não buscaram emprego nos trinta dias anteriores à data da entrevista, embora o tivessem feito num período de até doze meses anteriores ao levantamento.

O aumento do desemprego nos anos 1990 foi causado pelo aprofundamento das políticas neoliberais executadas por diferentes governos. Com o esfacelamento de estruturas industriais preexistentes sem que nada as substituísse, da abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro e da busca incessante da estabilização monetária, houve uma retração brutal das atividades produtivas, fazendo com que o crescimento médio do produto interno bruto (PIB) na década ficasse abaixo dos 2%. As falências e fusões de diversas empresas que não suportaram a concorrência internacional naquelas condições foi um dos principais motivos para o aumento do desemprego. Soma-se a isso, o intenso processo de privatizações das empresas estatais, que foi acompanhado da dispensa de uma grande quantidade de empregados; a diminuição dos investimentos do Estado nas áreas sociais e em infraestrutura, fazendo com que o governo deixasse de contratar funcionários públicos, além de dispensar alguns; a crise da previdência social, que quase obrigou os aposentados a continuar no mercado de trabalho para complementar a aposentadoria, ocupando, assim, vagas que poderiam ser destinadas aos trabalhadores mais jovens; e, por fim, as novas formas de organização do processo de trabalho, que poupou consideravelmente a força de trabalho (COLETTI, 2005, p. 169-170).

A adoção do receituário neoliberal pelos governos federais da década de 1990, também teve seu impacto nas cadeias agroindustriais, como foi visto no item anterior. Ao chegar a Zona da Mata Pernambucana para realizar uma pesquisa de campo nos anos 1990, Sigaud se deparou com uma massa de trabalhadores desempregados por conta da falência das agroindústrias açucareiras. A crise do setor havia sido desencadeada por mudanças na política do governo Collor, que foram mantidas no primeiro governo FHC: suspensão dos subsídios, privatizações das exportações, extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool e elevação da taxa de juros. Desprovidos da proteção que o Estado tradicionalmente lhes assegurara e obrigados a contar apenas com seus próprios recursos, muitos patrões abriram falência, lançando milhares de trabalhadores no desemprego (L'ESTOILE; SIGAUD, 2006, p. 11).

Curioso notar que a crise era tanta que alguns dos grandes proprietários rurais enxergavam na desapropriação uma saída para solucionar os problemas gerados pela falência de seus empreendimentos agrícolas. Para eles, a desapropriação, que deveria ser realizada com a indenização das benfeitorias em dinheiro líquido e da própria terra em TDA com valor de mercado, dava a possibilidade de saldar as dívidas trabalhistas, além de sobrar uma quantia para investir em outros negócios mais lucrativos, como, por exemplo, o turismo rural. Por isso, os proprietários rurais chegavam a estimular que as suas terras fossem ocupadas e vistoriadas pelo INCRA (SIGAUD et. al., 2006, p. 36).

Um caso interessante que serve como ilustração para demonstrar a relação entre desemprego e ocupação ocorreu na cidade pernambucana de Rio Formoso. Os trabalhadores desempregados das usinas iam para cidade em busca de emprego, mas esta não dispunha de equipamentos suficientes para acolhê-los. Para resolver este problema, o prefeito começou a apoiar as ocupações de terra, cedendo, por exemplo, lonas pretas para que os trabalhadores pudessem montar suas barracas nos acampamentos. Por isso, para ele, a crise da agroindústria açucareira, a falência das usinas e o desemprego representavam a origem dos processos de ocupação em Pernambuco. Este caso sugere que não é somente o desemprego dos trabalhadores rurais, causado pela falência dos grandes empreendimentos agrícolas que gera as ocupações, mas a própria falta de empregos em outras regiões do país, como, por exemplo, nos grandes centros urbanos.

Macedo (2005, p. 492) também se deparou com uma situação parecida em uma pesquisa que tinha como objetivo central compreender os processos de mobilização para ocupação de terra no estado do Rio de Janeiro. Segundo o autor, grande parte das regiões ocupadas que foram tratadas no trabalho eram regiões vinculadas à economia canavieira, que sofreram com o processo de falência das usinas de cana-de-açúcar na década de 1990. Além disso, a maioria das famílias que participaram da ocupação que teve como resultada a criação do assentamento Capelinha, situado em Conceição de Macabu, era composta por ex-trabalhadores da Usina Victor Sense, que também faliu no mesmo período.

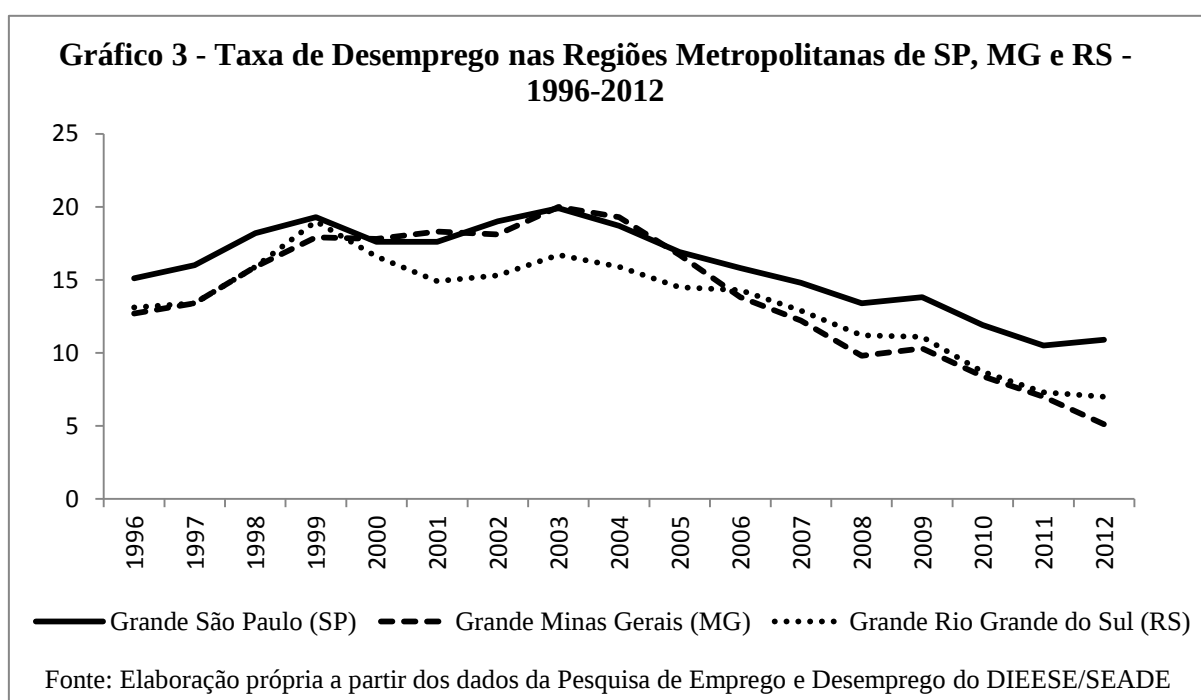
Portanto, ao restringir fortemente o emprego urbano e rural, ao precarizar as condições e as relações de trabalho, ao aumentar o nível do trabalho informal mal remunerado e de péssima qualidade, ao penalizar a agricultura provocando a falência de milhares de pequenos e grandes produtores, os diferentes governos acabaram contribuindo para que grande parte dessa população excluída e marginalizada se tornasse um contingente disposto a se mobilizar para ocupar terras.

Após a crise cambial de 1999, os governos federais – principalmente os governos Lula e Dilma – passaram a adotar uma política econômica, que se contrapunha, em alguns aspectos, às políticas anteriores, responsáveis pelas elevadas taxas de desemprego⁴⁵. Algumas das medidas que foram tomadas para mudar a política econômica fazem parte do pacto do agronegócio. Outras, como os volumosos investimentos no setor da construção civil e da indústria naval, contribuíram para geração de milhões de postos de emprego nesses setores,

⁴⁵ Para mais informações sobre as mudanças político-econômicas adotadas nos anos 2000, ver Boito (2007).

que, como ressaltado na Introdução, foi apontado por muitos como um fator fundamental para redução das ocupações de terra.

Portanto, a redução das taxas de desemprego, provavelmente, teve algum impacto na redução das ocupações de terra. Interessante notar que a região metropolitana de São Paulo foi a que registrou a menor queda no nível do desemprego, comparada às outras duas regiões, e a que mais registrou ocupações de terra durante o mesmo período (ver Gráfico 6). De 2006 (ano que a taxa de desemprego da grande São Paulo se destacou das demais) a 2012, Minas Gerais respondeu por 188 ocupações, Rio Grande do Sul respondeu por 60 e São Paulo por 542.



Porém, uma questão importante a ser destacada é que o aumento do desemprego não gera automaticamente o aumento das ocupações. Sigaud notou, em sua pesquisa mencionada anteriormente, que tomar exclusivamente esta condição para explicar o fenômeno da intensificação das ocupações é um sério equívoco, pois na Zona da Mata Pernambucana, por exemplo, sempre houve desempregados, pelo menos desde os anos 1960, mas as ocupações só começaram a ser recorrentes na década de 1990. Antes, as demissões eram enfrentadas através de processos judiciais. Os dirigentes sindicais estimulavam os trabalhadores a entrar com processos na Justiça do Trabalho para solicitar o reconhecimento do tempo de trabalho sem a assinatura em carteira, de forma a tornar onerosa suas demissões. Porém, os efeitos desse repertório de ação passaram a ser ruins para os trabalhadores, pois aqueles que conseguiam manter-se em seus empregos tinham suas condições de trabalho deterioradas pelo aumento da

intensidade de trabalho, pela perda de algumas garantias, como o acesso à terra para a lavoura de subsistência, e pela alteração nas modalidades de pagamento, que passavam a ser quinzenal em vez de semanal, e em cheque em vez de dinheiro (SIGAUD et. al., 2006, p. 35).

Por isso, como vem sendo enfatizado ao longo do trabalho, faz-se necessário considerar outras condições sociais para compreender o fenômeno da redução das ocupações de terra, como, por exemplo, o apoio que este repertório, que as organizações de trabalhadores rurais e que a bandeira da reforma agrária de caráter distributivo receberam (e recebem) dos mais variados atores.

3.4. Enfraquecimento do apoio à luta pela reforma agrária

No documentário *Sementes em Trincheiras*, que trata do processo de luta pela terra no estado do Rio de Janeiro no pré-64, José Pureza afirmou que “a luta pela desapropriação era uma luta que [...] o povo da cidade [...] apoiava”⁴⁶. Esta afirmação pode ser constatada no próprio apoio que os acampados do Imbé receberam de diversas pessoas que passavam pelas manifestações realizadas em espaços públicos e de sindicatos de trabalhadores urbanos (PUREZA, 1982). Todo este apoio foi fundamental para que os acampados conquistassem as terras que reivindicavam e para que outras ocupações também obtivessem sucesso. Caso contrário, dificilmente as propriedades ocupadas seriam desapropriadas e redistribuídas pelas autoridades.

Esta afirmação também pode ser confirmada com base nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) nas vésperas do golpe de 1964 (AZENHA, 2014). Entre junho e julho de 1963, 6.400 pessoas entrevistadas responderam a seguinte pergunta: “Em princípio o sr.(a) é favorável ou contrário a uma reforma agrária?”. Em todas as cidades onde a pesquisa foi realizada a maioria das pessoas respondeu que era favorável. Os entrevistadores ainda perguntavam para os que eram favoráveis, se a reforma agrária deveria ser feita com urgência ou se poderia ser adiada. A grande maioria respondeu que deveria ser feita urgentemente. Outra pesquisa também realizada pelo IBOPE entre os dias 9 e 26 de março de 1964, mas somente divulgada em 2014, revelou que a maioria esmagadora das pessoas que foram entrevistadas nas cidades de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre também achava a reforma

⁴⁶ SEMENTES EM TRINCHEIRAS. Direção de Marcelo Hernandez Macedo. Rio de Janeiro, 2006 (51 min.). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dqtNKg4uNao>. Acesso em 29 jan. 2015. (16:00 min. – 16:20 min.).

agrária necessária; e não era qualquer reforma agrária, mas uma de caráter distributivo, pois, quando perguntadas se eram a favor ou contrárias “à desapropriação das terras que margeiam açudes, ferrovias e rodoviárias federais”, a maioria, inclusive, das “classes A/B – Rica e Média”, se mostrou favorável.

Por outro lado, de acordo com Eliane Cantarino⁴⁷, Pureza dizia que, antes do golpe de 1964, as organizações camponesas não contavam com o apoio “moral fundamental” das igrejas católicas e evangélicas da mesma maneira com que contaram as organizações de trabalhadores rurais a partir da redemocratização. Os grupos cristãos ligados à Teologia da Libertação foram determinantes para a intensificação das mobilizações que reivindicavam a democratização do acesso à terra no Brasil. A atuação da CPT em diferentes estados, mobilizando as pessoas para realizar ocupações e apoiando de diferentes maneiras as que não eram organizadas diretamente pela Comissão, exemplifica esta nova postura dos grupos católicos e evangélicos em relação ao confronto em torno da reforma agrária.

Como disse Stédile:

O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, em Goiânia (GO), foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas [...] De certa forma, foi uma autocritica ao apoio da Igreja Católica ao golpe militar, sobretudo, em relação aos camponeses. Com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 19-20).

Em 1985, José Sarney, na época Presidente da República, pediu ao Itamaraty que organizasse uma visita ao Vaticano com o intuito de pedir para o papa desautorizar os setores da Igreja comprometidos com a reforma agrária. Sarney havia sido alertado pelo governador de São Paulo, Abreu Sodré, que o surgimento do MST, com amplo apoio de grupos católicos, poderia resultar num levante no campo. O propósito da viagem, porém, foi um verdadeiro fracasso. Segundo Rubens Ricupero, que acompanhou José Sarney na qualidade de assessor especial da Presidência, o papa se recusou a se manifestar publicamente contra os bispos, padres e leigos que apoiavam as mobilizações favoráveis à democratização do acesso à terra e, ainda por cima, escolheu para ler, durante a missa em homenagem ao povo brasileiro, os textos escritos por Dom Hélder Câmara para a Campanha da Fraternidade, que tratavam da

⁴⁷ SEMENTES EM TRINCHEIRAS. Direção de Marcelo Hernandez Macedo. Rio de Janeiro, 2006 (51 min.). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dqtNKg4uNao>. Acesso em 29 jan. 2015 (13:53 min. – 14:36 min.).

função social da terra. Na saída da celebração, uma jornalista que acompanhava a delegação brasileira, perguntou ao papa, numa atitude não protocolar, se ele tinha uma última mensagem para os brasileiros. “Sim”, respondeu o pontífice em português, “desejo que se dê mais atenção aos pobres do Brasil e que se faça a reforma agrária”. No entanto, a posição do Vaticano era a de que a reforma agrária deveria ser realizada sem desrespeitar o direito de propriedade, e que, portanto, apesar de entender as reivindicações do MST como justas, não concordava com as ocupações de terra. Mas esta posição não impediu que o papa enviasse uma carta a CNBB condenando o Massacre de Eldorado dos Carajás e pedindo uma reforma agrária “corajosa e de longo alcance” (COMPARATO, 2001, p. 115).

Após o Massacre, que ocorreu no ano de 1996, o MST organizou, em 1997, a chamada Marcha a Brasília, que, segundo Stédile, tinha como principal objetivo promover um diálogo com a população durante o trajeto. A Marcha foi formada por três colunas que saíram do Sudeste, do Centro-Oeste e do Sul, caminhando, cada uma delas, por mil quilômetros até Brasília, onde foi realizada uma imensa manifestação com a participação, não apenas dos integrantes do MST, mas de diversos atores que eram contra as políticas neoliberais que estavam sendo implementadas pelo governo federal (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 152). A Igreja Católica foi fundamental durante todo processo, cedendo igrejas e casas paroquiais para os participantes passarem as noites, além de contribuir com a arrecadação de alimentos (COMPARATO, 2001, 114). A partir da Marcha, o MST se lançou como um dos principais atores políticos no cenário brasileiro e conseguiu popularizar ainda mais a bandeira da reforma agrária a nível nacional.

Uma pesquisa realizada pelo IBOPE nesta época confirmou que 80% dos 3.000 entrevistados eram favoráveis às redistribuições de terras improdutivas, enquanto que apenas 12% se posicionavam contra, demonstrando que grande parte da população concordava com a realização de uma reforma agrária de caráter distributivo. Enquanto a aceitação era maior no Nordeste (86%), a rejeição era maior no Sul do país (15%). Entretanto, quando os entrevistados foram questionados em relação às ocupações de terra, as opiniões se dividiram: 59% desaprovavam as ações e 34% aprovavam. Este resultado indica que, mesmo apoiando uma reforma agrária distributivista, a maioria da população não achava a ocupação de terra um meio legítimo de reivindicá-la (IBOPE, 1998). Bruno Comparato afirmou ainda em seu artigo que, durante a Marcha a Brasília, a popularidade do MST atingiu seu auge, chegando à marca de 77% de apoio (COMPARATO, 2001, p. 116).

No entanto, quase uma década depois, outra pesquisa também realizada pelo IBOPE, em 2006, apontava mudanças na opinião da população brasileira, principalmente no que diz

respeito ao MST e às ocupações de terra. Perguntados se as ações do MST traziam mais resultados positivos ou negativos para as negociações da reforma agrária, 56% dos 2.002 entrevistados respondeu que traziam mais resultados negativos, enquanto 32% respondeu que trazia mais resultados positivos. Ainda que a pergunta não tenha sido se os entrevistados apoiavam ou não o MST, é plausível interpretar que aqueles que responderam que as ações traziam mais resultados negativos não apoiavam, situação bem distinta da de 1997, quando 77% da população dizia apoiar. Os entrevistados também foram questionados se as ocupações abalavam a democracia brasileira. 76% responderam que abalava e apenas 16% responderam que não. A não ser que grande parte dos entrevistados compreendesse o “abalamento da democracia brasileira” como algo positivo, é possível interpretar que a maioria não aprovava as ocupações de terra. Interpretação esta, que pode ser corroborada com base na resposta dos 53% dos entrevistados que acreditavam que o governo deveria utilizar a polícia para retirar os integrantes do MST das propriedades ocupadas (IBOPE, 2006).

Em maio de 2008, outra pesquisa feita pelo IBOPE também apontou resultados distintos das pesquisas levadas a cabo no final da década de 1990. Dos 2.100 entrevistados em várias partes do Brasil, 97% disse conhecer – bem (22%) ou pouco (75%) – o MST. Entre aqueles que disseram conhecê-lo, 50% se mostrou desfavorável (36% “desfavorável” e 14% “muito desfavorável”) e 46% manifestaram ser favorável (38% “favorável” e 8% “muito favorável”) ao Movimento (IBOPE, 2008).

O resultado de outra questão também demonstrou a redução do apoio ao novo objetivo do MST. Os entrevistadores diziam aos entrevistados: “O MST declara que seu objetivo é garantir que a produção agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores e das regiões. Ouvindo isso você:”. E as respostas foram: 27% disseram concordar com o objetivo e acreditar que o MST estava realmente lutando por isso; 38% afirmaram concordar com o objetivo, mas achar que o Movimento estava se desviando dele; 31% declararam não concordar com o objetivo, por não achar ele um direito válido no Brasil; e 4% não souberam responder ou não opinaram (IBOPE, 2008). Esta questão ressalta uma mudança considerável em dois aspectos: em primeiro lugar, na transformação, já mencionada, do principal objetivo do MST; em segundo lugar, na diferença entre os 80% favoráveis a uma reforma agrária de caráter distributivo, no final dos anos 1990, para os 65% favoráveis à garantia de uma produção agropecuária voltada para a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconômico dos trabalhadores e das regiões, em 2008.

Perguntados ainda quais palavras de uma lista fechada serviam para descrever melhor o MST, a maioria dos entrevistados respondeu “violência”, demonstrando estar em conformidade com o teor do discurso midiático dos grandes meios de comunicação sobre o Movimento – o que pode ser visto na pesquisa do Intervozes mencionada acima. É razoável supor que o fato de parte considerável da população relacionar o MST à violência está ligado à falta de legitimidade que a ocupação de terra passou a possuir (IBOPE, 2008).

As igrejas católicas e evangélicas também deixaram de apoiar com o mesmo afinho as mobilizações em defesa da democratização do acesso à terra. Desde a década de 1980, grupos de cristãos contrários às ideias e às práticas preconizadas pela Teologia da Libertação vinham ganhando força dentro de suas igrejas. Com o crescimento do movimento denominado carismático, entre os católicos, e das igrejas neopentecostais, entre os evangélicos, o neoconservadorismo cristão passou imperar nestas instituições religiosas. Na Igreja Católica, o movimento carismático atingiu seu auge com a nomeação do Cardeal Ratzinger para assumir o lugar do papa João Paulo II, em 2005, quando passou a ser chamado de Bento XVI. Ratzinger, que deixou o posto de papa em fevereiro de 2013, sempre foi conhecido por ser um dos principais teólogos do Vaticano engajados em combater a Teologia da Libertação, cujos princípios, segundo ele, não passam de uma “heresia marxista”.

De acordo com Antonio Menezes Neto:

No novo século, observa-se que a presença da Igreja Católica nos assentamentos é mais restrita às missas e celebrações do que propriamente às ações políticas [...] As lideranças e os assentados mais engajados nas lutas do MST reconhecem que apenas uma pequena parcela da Igreja Católica e das igrejas evangélicas expressa solidariedade com as lutas políticas do Movimento. No caso da Igreja Católica, tem-se também a dependência hierárquica de padres politicamente comprometidos com os movimentos populares às Dioceses e aos bispos que, em momentos de retração popular e conservadorismo político, travam a atuação política (MENEZES NETO, 2007, p. 340).

Interessante notar que no período em que os grupos ligados às igrejas católicas e evangélicas apoiavam às mobilizações em defesa da reforma agrária distributivista, houve um aumento considerável das ocupações de terra. Do mesmo modo, no período em que parte considerável da população dizia ser favorável à bandeira da reforma agrária, que o MST contava com uma taxa de 77% de apoio e que uma quantidade razoável de pessoas dizia apoiar as ocupações de terra, houve uma intensificação no emprego deste repertório de ação. Portanto, provavelmente, a partir do momento que estas condições se inverteram, isto é, que houve o aumento da taxa de rejeição às ocupações e que o MST deixou de contar com o

mesmo apoio que recebia das instituições cristãs e da própria população, tornou-se muito mais custoso realizar mobilizações em defesa da profunda transformação da estrutura fundiária brasileira, gerando, com isso, um arrefecimento no emprego das ocupações.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa procurou apresentar alguns dos motivos que contribuíram para a redução do número de ocupações de terra no Brasil. Entretanto, seria impossível compreender tal fenômeno sem entender a dinâmica mais ampla da própria ocupação, isto é, sem entender o confronto político no qual esse repertório está inserido e as condições sociais que de alguma forma proporcionam incentivos ou constrangimentos para a sua decorrência. Isto porque as ocupações de terra não se apresentam isoladamente, como propriedades de atores específicos, mas como resultados de relações históricas de confronto entre os desafiantes, que realizam reivindicações, as autoridades, que possuem a capacidade de atender ou não as reivindicações, e os oponentes, que têm interesses contrários às reivindicações dos desafiantes.

O confronto político – chamado ao longo do trabalho de *confronto em torno da reforma agrária* – no qual a ocupação de terra está inserida foi, inicialmente, compreendido a partir, principalmente, de dois períodos históricos: um que se inicia no final dos anos 1950 e termina com o golpe de 1964 e outro que se inicia no final dos anos 1970, no processo de redemocratização, e termina no final dos anos de 1990. Nestes dois períodos, houve a intensificação dos conflitos no campo e do emprego das ocupações como meio de reivindicar a desapropriação e redistribuição das grandes propriedades rurais. O que estava em jogo era, pelo lado dos desafiantes, a luta contra a grande concentração fundiária no Brasil, e, pelo lado dos oponentes, a defesa de tal concentração. Os governos federais e estaduais, possuidores do monopólio da desapropriação e redistribuição legal das terras, se posicionaram ora ao lado dos desafiantes, na luta pela democratização do acesso à terra, ora ao lado dos oponentes, na defesa das grandes propriedades rurais.

Estes dois períodos – assim como as ocupações e eventos utilizados para ilustrá-los – foram escolhidos com base em análises de pesquisas que trataram de casos específicos de ocupações, como as ocupações do Imbé e da Macali, ou de eventos relacionados ao confronto em torno da reforma agrária, como o Congresso Nacional Camponês e o processo de elaboração do PNRA. Portanto, estas análises lançaram mão das chamadas fontes secundárias que ofereceram uma visão geral do processo, pois seria impossível analisar, caso por caso, milhares de ocupações que foram realizadas durante décadas, além de todos os eventos existentes relacionados ao confronto em torno da reforma agrária. Mas, partindo do princípio que as ocupações que foram tratadas no trabalho são produtos do mesmo confronto político, foi possível estabelecer inferências a partir dos casos específicos abarcados por estas fontes.

Também foram empreendidas pesquisas em fontes primárias, como os jornais *Terra Livre* e o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*. As fontes primárias apresentaram, sobretudo, as orientações de atores que foram fundamentais para a realização das ocupações. Nos períodos abordados no segundo capítulo observou-se que tanto o periódico *Terra Livre* quando o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, que representavam determinados grupos de desafiantes, tinham como intuito divulgar a ocupação como um repertório de ação eficaz para se reivindicar uma concepção de reforma agrária de caráter distributivo.

Assim, a partir de análises comparativas feitas entre os diversos estudos que se debruçaram sobre casos específicos de ocupação, foi possível perceber que, nos períodos de intensificação deste repertório de ação, existiam algumas condições sociais comuns que foram determinantes para o aumento do número de ocupações. Em primeiro lugar, tanto no pré-64 quanto no período pós-regime militar existiam organizações que defendiam determinada concepção de reforma agrária, cujo principal objetivo era a profunda transformação da estrutura fundiária brasileira, que só seria alcançado a partir da ação direta dos trabalhadores, com a participação do Estado. Em segundo lugar, nos dois períodos, existiam ambientes propícios para se reivindicar esta concepção de reforma agrária (distributivista) por meio das ocupações de terra. Ou seja, existiam governos que estavam dispostos a atender as demandas dos desafiantes, seja por não terem tanto poder para reprimi-los, seja por serem governos decididos a contribuir com a democratização do acesso à terra. Em terceiro lugar, nos dois períodos que houve a intensificação das ocupações, existia uma rede de apoio às organizações que lutavam pela reforma agrária composta por sindicatos urbanos, instituições religiosas e a população em geral. A existência de governos com baixa capacidade repressiva, de governos facilitadores e de aliados poderosos conformava um quadro de oportunidades políticas que foram percebidas e aproveitadas pelos desafiantes nos dois momentos. Por fim, havia uma situação de penúria causada pelo alto nível de desemprego, pela intensificação da expropriação dos camponeses, pela precarização das condições e relações de trabalho, além de outros fatores, que produziu um contingente de indivíduos dispostos a se engajar e se arriscar nas ocupações para conquistar um pedaço de terra.

As transformações que ocorreram a partir da década de 2000 no confronto em torno da reforma agrária solaparam todas as condições mencionadas acima. O MST, organização que mais realizou ocupações no Brasil, alterou sua concepção de reforma agrária. Se na década de 1990 o Movimento assumia como prioridade transformar profundamente a estrutura fundiária brasileira por meio da ação direta dos trabalhadores, a partir da década de 2000 ele passou a assumir como objetivo central a transformação da estrutura de organização da produção e da

relação entre o ser humano e a natureza. A emergência do pacto que conforma o agronegócio gerou uma série de constrangimentos para a luta pela democratização do acesso à terra e, conseqüentemente, para realização das ocupações. Se antes os governos demonstravam certa disposição para atender às demandas daqueles que realizavam ocupações, a partir do momento que se consolidou a hegemonia do agronegócio, esta disposição deixou de existir, ou, pelo menos, diminuiu consideravelmente. Além disso, iniciou-se um processo de criminalização das organizações de trabalhadores rurais encabeçado pela Bancada Ruralista no Congresso Nacional e pelos grandes meios de comunicação, sendo o MST o principal alvo deste processo. Soma-se a isso, o enfraquecimento do apoio dado, principalmente, por instituições cristãs, católicas e evangélicas, à luta pela reforma agrária que contribuiu para deslegitimar a ocupação como um meio de reivindicar a distribuição das terras e para diminuir o poder das organizações de trabalhadores rurais. Dessa maneira, a consolidação da hegemonia do agronegócio e o enfraquecimento do apoio à luta pela reforma agrária de caráter distributivo suprimiram as oportunidades políticas e configuraram um ambiente para ação extremamente repressivo. Por último, houve um aumento considerável da oferta de emprego e de outras políticas sociais que diminuiu o contingente de indivíduos em situação de penúria potencialmente interessados em se engajar nas ocupações de terra para melhorar suas condições de vida.

Assim, sem organizações interessadas em ocupar terras, sem governos facilitadores inclinados a atender as reivindicações, sem todo o apoio de aliados poderosos e sem uma massa de indivíduos dispostos a se engajar nas mobilizações para reivindicar a desapropriação e redistribuição das grandes propriedades rurais, seria difícil não se reduzir o número de ocupações de terra no Brasil. Entretanto, isso não significa, de maneira alguma, que o confronto em torno da reforma agrária deixou de existir, que os conflitos fundiários do país foram inteiramente resolvidos e que as ocupações não voltarão a crescer.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- _____. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, jun. 2012.
- ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturadores*. Rio de Janeiro: Editora Idade Nova, 1996.
- ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 91, p. 23-52, nov. 2011.
- ARRUDA, Roldão. Número de invasões de terras é menor desde 2004. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 abr. 2011. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-invasoes-de-terras-e-o-menor-desde-2004,708587>. Acesso em: 4 jan. 2015.
- AZENHA, Luiz Carlos. Reforma agrária tinha grande apoio popular às vésperas do golpe. *Viomundo*, 19 mar. 2014. Disponível em <http://www.viomundo.com.br/politica/luiz-antonio-lima-reforma-agraria-tinha-grande-apoio-popular-as-vesperas-do-golpe-jango-seria-forte-candidato-em-caso-de-se-candidatar.html>. Acesso em: 4 jan. 2015.
- BARROCAL, André. No lugar da terra, financiamento. *Carta Capital*, São Paulo, p. 22-23, 6 fev. 2013.
- BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. v. 5, 3ª ed. Brasília, DF: Senado, 2012. 121 p.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 2013. 50 p.
- BRASIL. Decreto n. 91.766 de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, e dá outras providências. *Estatuto da Terra*. 14ª ed. atual. e empl. São Paulo: Saraiva, 1999, pp. 302-339.
- BREDA, Tadeu. Pleno emprego e bolsa família desmobilizam luta pela terra no Brasil, diz estudo. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 28 dez. 2013. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/12/pleno-emprego-e-assistencia-social-desmobilizaram-luta-pela-terra-no-brasil-2900.html>. Acesso em: 4 jan. 2015.
- BREMBATTI, Katia. Diminui a tensão no campo no PR. *Gazeta do Povo*, Paraná, 4 out. 2011. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1176253>. Acesso em: 4 jan. 2015.
- BOITO Jr., Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 28, p. 57-73, jun. 2007.

BORGES, Antonádia. O emprego na política e suas implicações teóricas para uma antropologia da política. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 91-125, 2006.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p. 43-67, 2012.

_____. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *Eccos Revista Científica*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 97-121, jan./jun. 2009.

_____. The MST Agenda for Emancipation: Interfaces Between National Politics and Global Contestation. In: CARDOSO, Adalberto; PIETERSE, Jan N. (Eds.) *Development, inequality and emancipation in Brazil*. London/New York: Routledge, 2014. p. 97-120.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 269-288, maio/agosto 2008.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José M. (org.) *Global Modernity and Social Contestation*. London/California/New Delhi: SAGE, 2015.

_____. Teoria crítica e movimentos sociais: interseções, impasses e alternativas. In: BRINGEL, Breno; GOHN, Maria da G (org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. pp. 57-75.

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

BRUNO, Regina. et. al. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Edur, 2009.

CCV – COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório Final: violações de direitos no campo – 1946-1988*. Brasília: [s.n.], dez. 2014. 452 p. Relatório técnico.

CNRA – Campanha Nacional pela Reforma Agrária. *Reforma Agrária: Para que?* Rio de Janeiro: CTPAV, ago. 1985. Disponível em:

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1985%20%E2%80%93%20S%C3%ADntese%20da%20proposta%20para%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20do%20Primeiro%20Plano%20Nacional%20de%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%20-%20Campanha%20Nacional%20pela%20Reforma%20Agr%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2015.

COELHO, Douglas C.; REFATI, Daiana C.; ROOS, Djoní. Disputas territoriais no Paraná recente: a luta camponesa e indígena no estado em 2014. *Boletim DATALUTA*, Presidente Prudente, n. 82, p. 2-12, out. 2014. Disponível em

http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_10_2014.pdf. Acesso em: 13 jan. 2015.

COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. 2005. 299 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

COMERFORD, John. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 105-118, 2001.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. *Anais do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*, 21 a 25 de mai. 1979, Brasília: CONTAG.

COSTA, Célia M. L.; SILVA, Suely B. da. (coord.) *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. João Pinheiro Neto. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_pinheiro_neto. Acesso em: 29 jan. 2015.

COSTA, Luiz F. C. (org.). *O Congresso Nacional Camponês (Belo Horizonte, 1961): Trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad X; Edur, 2010.

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

_____. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em debate*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 111-125, jan./ago. 2010.

_____. *Do capital financeiro à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

_____. Política agrária e reforma agrária: convergência ou inviabilidade. In: MENDONÇA, M. L.; MERLINO, Tatiana (org.) *Direitos humanos no Brasil 2011*. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social movement: an introduction*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. MST poupa Dilma com menos invasões de terra em 2011. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 31 jan. 2012. Disponível em <http://www.old.diariodepernambuco.com.br/nota.asp?materia=20120131081620>. Acesso em: 4 jan. 2015.

ÉBOLI, Evandro. Em 2012, país teve 176 invasões, o 2º menor número no governo do PT. *O Globo*, Brasília, 22 jan. 2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/em-2012-pais-teve-176-invasoes-2-menor-numero-no-governo-do-pt-7372982>. Acesso em: 4 jan. 2015.

ECKERT, Córdula. *Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. 1984. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

EFE. Falta de resultados desincentivou ocupações no campo, diz líder do MST. *EFE*, São Paulo, 12 mar. 2014. Disponível em <http://www.efe.com/efe/noticias/brasil/brasil/falta-resultados-desincentivou-ocupa-campo-diz-lider-mst/3/16/2263449>. Acesso em: 4 jan. 2015.

FABRINI, João E. et. al. Conflitos entre ruralistas, camponeses e indígenas no Paraná. *Boletim DATALUTA*, Presidente Prudente, n. 72, p. 2-12, dez. 2013. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_12_2013.pdf. Acesso em: 13 jan. 2015.

FELIPPE, Igor. CPI do MST derrota Katia, Cerra e Globo. 22 fev. 2011. Disponível em <http://www.conversaafiada.com.br/politica/2011/02/22/cpi-do-mst-derrota-katia-cerra-e-globo/>. Acesso em: 29 jan. 2015.

FERNANDES, Bernardo M.; STÉDILE, João P. *Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, Bernardo M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. *OSAL – Observatório Social de América Latina*, ano IX, n. 24, p. 73-85, out. de 2008.

_____. O MST não está em crise, mas, sim, os pequenos agricultores. *IHU On-Line*, São Leopoldo, abr. 2011. Entrevista concedida ao IHU On-Line. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/42460-o-mst-nao-esta-em-crise-mas-sim-os-pequenos-agricultores-entrevista-especial-com-bernardo-mancano-fernandes>. Acesso em: 4 jan. 2015.

_____. *MST: formação e territorialização em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Uelton F.; INTINI, João M. Bancada Ruralista: a face política do agronegócio. *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, Campinas, edição especial, p. 87-96, jun. 2013.

FERREIRA, Juliana G. O. *A luta agrorreformista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) – 1964-1974*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, S. R.; FILHO, L. P. Comunidades tradicionais e disputas territoriais no ES: um estudo a partir do banco de dados DATALUTA. *Boletim DATALUTA*, Presidente Prudente, n. 67, p. 2-10, jul. 2013. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_7_2013.pdf. Acesso em: 13 jan. 2015.

FOLHA DE S. PAULO. Bolsa Família esvazia MST, dizem analistas. *Folha de S. Paulo*, Ribeirão Preto, 4 nov. 2007. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0411200703.htm>. Acesso em: 4 jan. 2015.

_____. Choque com exército deixa três grevistas mortos na CSN. *Folha de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1988. Disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_10nov1988.htm. Acesso em: 4 jan. 2015.

FREITAS, R. et. al. Conflitos no campo e a reforma agrária em Minas Gerais: 1986-2011. *Boletim DATALUTA*, Presidente Prudente, n. 65, p. 2-13, mai. 2013. Disponível em

http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_5_2013.pdf. Acesso em: 13 jan. 2015.

FREITAS, R. et. al. O contexto das lutas sociais do campo nas cidades: mapeamento das manifestações no período de 2000-2012. *Boletim DATALUTA*, Presidente Prudente, n. 77, p. 2-10, mai. 2014. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_5_2014.pdf. Acesso em: 13 jan. 2015.

GAIGER, Luiz Inácio. As condições socioculturais do engajamento no MST. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 70-92, out. 1999.

GIRARDI, E.; PEREIRA, L.; ROSSETTO, O. Ações de luta pela terra no estado do Mato Grosso em 2011. *Boletim DATALUTA*, Presidente Prudente, n. 64, p. 2-10, abr. 2013. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_4_2013.pdf. Acesso em: 13 jan. 2015.

GIRARDI, E.; VINHA, J. (Coord.). *DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2012*. Presidente Prudente: UNESP, 2013.

_____. Conjuntura da luta pela terra no Brasil: balanço e perspectivas. *Boletim DATALUTA*, Presidente Prudente, n. 75, p. 2-7, mar. 2014. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_3_2014.pdf. Acesso em: 13 jan. 2015.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HEREDIA, B.; LEITE, S. P.; PALMEIRA, Moacir. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-176, out. 2010.

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. *Reforma agrária conta com a simpatia dos brasileiros*. mar. 1998. Disponível em <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Reforma%20agr%C3%A1ria%20conta%20com%20a%20simpatia%20dos%20brasileiros.aspx>. Acesso em: 29 jan. 2015.

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. *Pesquisa de Opinião Pública sobre a imagem do MST e do INCRA*. São Paulo: IBOPE, fev. 2006. 57 p. Relatório técnico. Disponível em http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/opp025_mst_fev06.pdf. Acesso em: 29 jan. 2015.

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. *Avaliação Movimentos: MPM*. São Paulo: IBOPE, mai. 2008. 62 p. Relatório técnico. Disponível em <http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/relatoriospesquisas/Lists/RelatoriosPesquisaEleitoral/OPP%20080474%20-%20MPM%20-%20imagem%20movimentos%20sociais.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2015.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. *Vozes Silenciadas: a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. São Paulo: Intervozes, 2011. 61 p. Relatório técnico.

JTST – JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Edições de 1981-2011. Irregular.

KURZMAN, Charles. The Iranian Revolution. In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James (ed.). *The Social Movements Reader: Cases and Concepts*. 2ª Ed., Malden: Blackwell Publishing, 2009. p. 42-52.

L'ESTOILE, Benoît; SIGAUD, Lygia. Introdução. In: L'ESTOILE, Benoît; SIGAUD, Lygia (org.). *Ocupações de terra e transformações sociais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 7-17.

LEITE, Sérgio P.; SAUER, Sérgio. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *RESR*, Piracicaba, v. 50, n. 3, p. 503-524, jul./set. 2012.

LOERA, Nashieli R. *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo: Polis; Campinas: CERES, 2006.

MACEDO, Marcelo. Entre a “violência” e a “espontaneidade”: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 473-497, 2005.

_____. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In: MACEDO, Marcelo; ROSA, Marcelo; SIGAUD, Lygia. *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 133- 265.

MACEDO, Marcelo; ROSA, Marcelo; SIGAUD, Lygia. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 107-142, 2008.

_____. *Ocupações e acampamentos: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1983.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político, *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.

MEDEIROS, Leonilde S. *A questão da reforma agrária no Brasil – 1955-1964*. 1982. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

_____. Banco da Terra. In: MOTTA, Márcia (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. p. 49-51.

_____. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

_____. “Sem terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, Norma (org.) *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2005b. p. 107-133.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. *Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society*. London: Hutchinson Radius, 1989.

MENEZES NETO, Antonio. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, mai./ago. 2007.

MIRAD/INCRA. Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – PNRA. Brasília, mai. 1985.

MOTTA, Márcia (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Nossa proposta de Reforma Agrária Popular*. jul. 2009. Disponível em antigo.www.mst.org.br/node/7708. Acesso em: 15 jan. 2015.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação”: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

O ESTADO DE S. PAULO. A crise do MST aos 30 anos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 jan. 2014. Disponível em <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-crise-do-mst-aos-30-anos-imp-,1121334>. Acesso em: 4 jan. 2015.

_____. Sem-terra desaceleram invasões, que caem 33% no 1º semestre. *O Estado de S. Paulo*, Sorocaba, 26 dez. 2013. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,sem-terra-desaceleram-invasoes-que-caem-33-no-1-semester-imp-,1112441>. Acesso em: 4 jan. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PALMEIRA, Moacir. Diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 43-51.

_____. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n.7, p. 87-108, set./dez. 1989.

PESCHANSKI, João Alexandre. *A evolução organizacional do MST*. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PUREZA, José. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

- RAMOS, Carolina. CONTAG: distantes abordagens e base social. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, 2011. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300648291_ARQUIVO_textoanpuh.pdf. Acesso em: 13 jan. 2015.
- REIS, Thiago. Governo Dilma registra menos invasões de terra que antecessores. *G1*, São Paulo, 13 fev. 2014. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/02/governo-dilma-registra-menos-invasoes-de-terra-que-antecessores.html>. Acesso em: 4 jan. 2015.
- RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- RODRIGUES, João Paulo. MST 30 anos: “Estamos no canto do ringue”. *Repórter Brasil*, Brasília, fev. 2014. Entrevista concedida a Daniel Santini. Disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2014/02/mst-30-anos-estamos-no-canto-do-ringue/#parteII>. Acesso em: 29 jan. 2014.
- ROSA, Marcelo. Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul (1962-1980). In: MACEDO, Marcelo; ROSA, Marcelo; SIGAUD, Lygia. *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 19-131.
- SABBATO, Alberto Di. Cédula da Terra. In: MOTTA, Márcia (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 91-93.
- SAUER, Sérgio; SOUZA, Marcos R.; TUBINO, Nilton. O parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra. *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, Campinas, v. 33, n. 2, p. 41-65, ago./dez. 2006.
- SEMENTES EM TRINCHEIRAS. Direção de Marcelo Ernandez Macedo. Rio de Janeiro, 2006 (51 min.). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dqtNKg4uNao>. Acesso em 29 jan. 2015.
- SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 58, p. 73-92, nov. 2000.
- _____. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. *Cuadernos de Antropología, Social*, Buenos Aires, n. 20, p. 11-23, 2004.
- SIGAUD, Lygia; FAJOLLES, David; GAUTIÉ, Jérôme; GÓMEZ, Hernán; SMIRCIC, Sergio Chamorro. Os acampamentos da reforma agrária: história de uma surpresa. In: L’ESTOILE, Benoît; SIGAUD, Lygia (org.). *Ocupações de terra e transformações sociais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 29- 63.
- SILVA, Carlos F. da. Estatuto da Terra. In: MOTTA, Márcia (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 198-200.
- SILVA, Diógenes Luiz da. *Do latifúndio ao agronegócio: os adversários do MST no Jornal Sem Terra*. 2013. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento,

Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, José Gomes. Reforma Agrária na Constituição Federal de 1988: uma avaliação crítica. *Reforma Agrária* – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, Campinas, ano 18, n. 2, p. 14-17, ago./nov. 1988.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STÉDILE, João P. “Está em curso, no Brasil, uma concentração da propriedade da terra”. *IHU On-Line*, São Leopoldo, mai. 2014a. Entrevista concedida a Patricia Fachin e Luciano Gallas. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/531351-as-eleicoes-presidenciais-nao-tem-como-proposito-recolocar-a-questao-da-reforma-agraria-entrevista-especial-com-joao-pedro-stedile->. Acesso em: 4 jan. 2015.

_____. MST muda o foco e quer lutar por uma agricultura mais fraterna e sustentável. *EcoD*, abr. 2010. Entrevista concedida a EcoD. Disponível em <http://www.ecodesenvolvimento.org/noticias/mst-muda-o-foco-e-quer-lutar-por-uma-agricultura?tag=economia-e-politica>. Acesso em: 4 jan. 2015.

_____. MST, 30. Muito além da distribuição de terras. *Revista Fórum*, jan. 2014b. Entrevista concedida a Igor Carvalho e Glauco Faria. Disponível em <http://revistaforum.com.br/digital/131/mst-30-muito-alem-da-distribuicao-de-terras/>. Acesso em: 29 jan. 2015.

_____. O MST e a questão agrária, *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 31, 1997, pp. 69-97. Entrevista concedida a Alfredo Coelho, Dario Borelli e Marco Antonio.

TARROW, Sidney. Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention. In: TRAUGOTT, Mark (ed.) *Repertoires and Cycles of Collective Action*, Durham: Duke University Press, 1995, p. 89-115.

_____. *Power in Movement*. Social Movements and contentious politics. 3ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

TEIXEIRA, Eduardo T. O Ocupa Rio e sua inserção no movimento mundial. *Passa Palavra*, Rio de Janeiro, 8 nov. 2011. Disponível em <http://passapalavra.info/2011/11/48081>. Acesso em: 4 jan. 2015.

TEIXEIRA, Gerson. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. *Reforma Agrária* – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, Campinas, edição especial, p. 13-30, jun. 2013.

_____. Reforma Agrária assume dimensão estratégica. *IHU On-Line*, fev. 2014. Entrevista concedida a Luciano Gallas e Patrícia Fachin. Disponível em antigo.mst.org.br/node/15732. Acesso em: 29 jan. 2015.

TL – TERRA LIVRE. Edições de 1949-1964. Irregular.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.

_____. Introduction to Part II: Invention, Diffusion, and the Transformation of the Social Movements Repertoire. *European Review of History*, v. 12, n. 2, p. 307-320, jun. 2005.

_____. *Regimes and Repertoires*. Chicago: Chicago University Press, 2006.

_____. Repertorios de acción contestataria en Gran Bretaña, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (ed.) *Protesta Social: Repertorios y ciclos de la acción colectiva*. Barcelona: Editorial Hacer, 2002, p. 17-47.

TRAUGOTT, Mark. Las barricadas como repertorio: continuidades y discontinuidades en la historia de la contestación en Francia. In: TRAUGOTT, Mark (ed.) *Protesta Social: Repertorios y ciclos de la acción colectiva*. Barcelona: Editorial Hacer, 2002, p. 49- 66.

_____ (ed.). *Protesta Social: Repertorios y ciclos de la acción colectiva*. Barcelona: Editorial Hacer, 2002.

VIANA, Gilney (cood.). *Camponeses atingidos por procesos na Justiça de Transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014.

_____. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011.

ZÉ PUREZA. Direção de Marcelo Hernandez Macedo. Rio de Janeiro, 2006 (97 min.).

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EH4Uf9dSLTw>. Acesso em 29 jan. 2015.